

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO

CLEISEMERY CAMPOS DA COSTA

GESTÃO CULTURAL E CAPACITAÇÃO DE GESTORES DE CULTURA: O CASO
DE SÃO GONÇALO (1993 A 2005)

Niterói
2009

CLEISEMERY CAMPOS DA COSTA

GESTÃO CULTURAL E A CAPACITAÇÃO DE GESTORES DE CULTURA: O CASO
DE SÃO GONÇALO (1993 A 2005)

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social e Política do Brasil, linha de pesquisa: Sociedade, Cultura e Trabalho do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mary Del Priore.

Niterói
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

C837g Costa, Cleisemery Campos da.

Gestão cultural e capacitação de gestores de cultura: o caso de São Gonçalo (1993 a 2005) / Cleisemery Campos da Costa.- Niterói, 2009. 120p.

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2009.

Orientador: Dsc. Mary Del Priore.

1. Política cultural - São Gonçalo (RJ). 2. Gestão e produção cultural - São Gonçalo. 3. Cultura. I. Título.

CDD 306.098153

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

CLEISEMERY CAMPOS DA COSTA

GESTÃO CULTURAL E A CAPACITAÇÃO DE GESTORES DE CULTURA:
O CASO DE SÃO GONÇALO (1993 A 2005)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 27 de agosto de 2009

Banca examinadora

Prof. Dr. Lincoln Penna – UNIVERSO
Examinador interno

Profa. Dra. Maria Tereza Goudard – FFP/UERJ
Examinadora externa

Profa. Dra. Mary Del Priore - UNIVERSO
Professora Orientadora

Agradecendo

Cumprir as etapas deste trabalho, ao longo dos recentes meses foi um ciclo marcante, me dando conta que somos muitos, ninguém está sozinho.

Agradecimentos a presença amiga de apoio nos primeiros momentos de Izabel Mattos e Rosely Sardinha, cada uma com singular participação.

Agradecimentos a Aparecida de Oliveira, pelos cuidados e cucas em boa hora...

Agradecimentos a Renato Campos, irmão próximo e companheiro.

Agradecimentos amorosos pelas palavras serenas e de confiança de Cinea e Iracy, meus pais: embora a militância cultural tenha promovido repetidas ausências na família, foram queridos apoiadores, sempre.

Agradecimentos aos professores doutores examinadores da banca, qualificando um pouco mais, em tempo oportuno, minhas medidas de equilíbrio entre a prática e a teoria.

Agradecimentos fraternos a Profa. Dra. Mary Del Priore, minha orientadora, pelos indicativos que me levaram a percorrer este tema, desavisada que estava no início da caminhada, pelo seu elegante e contínuo incentivo e ainda, o generoso apoio nos desdobramentos da pesquisa, abrindo novos horizontes na minha trajetória.

Agradecimentos especialíssimos pelas trocas, reflexões e participação da Profa. Dra. Cristina Amélia Pereira de Carvalho na etapa final, me apresentando importantes alternativas de rumos neste exercício de pesquisadora, numa mistura de parceria constante, entre o mundo da academia e dos afetos.

Agradecimentos aos Companheir@s e amig@s da Comissão Estadual dos Gestores de Cultura – COMCULTURA RJ, colaboradores neste trabalho, através da atuação coletiva nos últimos nove anos, quando os assuntos da cultura saíram das pautas dos gabinetes nos municípios fluminenses e se alojaram em nossos compromissos de vida, pelo que a cultura tem de agregador e junto, que nos reúne e enlaça, grata: Argina Seixas, Silvana Felix, Luisinho de Iguaba, Catherine de Sá, Vera de Pádua, Marilda Ormy, Marilda Lúcia de Itaboraí, Marcelo Mourão, Rosângela Silva, Silvio Leal, Randal, Francisco Carlos (Cinquenta de Paracambi), Célia do PIM, Suely Guedes, Paulo Lisboa, Paulo Baiense, Marilyn Pires, Dicéia Selano, Simone Rosa, Fernanda Peralta, Fernanda Trovão, Roberto Cobas, Ricardo Adriano, Guilherme Lemos, Helter Barcellos e Lia Calabre, e os gestores trabalhadores de cultura dos tantos encontros. Todos agradecimentos e admiração, aos fundadores da COMCULTURA, resistentes: Ana Sobral, Sonia Cardoso, Marta Fonseca, Maria Amélia Curvello e Ivan Cid.

Dedicatória...

*Penso que meus sobrinhos e sobrinhos netos,
podem ter cidades mais cidadãs para viver,
mais culturalmente felizes e
acolhedoras de abraços,
gostosamente fraternas.
Então,
este trabalho é dedicado
as pessoas de amanhã,
em especial,
crianças e jovens da cidade de São Gonçalo,
RJ- Brasil.*

Redescobrir

Gonzaguinha

*Como se fora brincadeira de roda,
memória
Jogo do trabalho na dança das mãos, macias
O suor dos corpos na canção da vida,
história
O suor da vida no calor de irmãos, magia
Como um animal que sabe da floresta,
perigosa
Redescobrir o sal que está na própria pele, macia
Redescobrir o doce no lamber das línguas,
macias
Redescobrir o gosto e o sabor da festa, magia
Vai o bicho homem fruto da semente,
memória
Renascer da própria força, própria luz e fé,
Entender que tudo é nosso, sempre esteve em nós,
história
Somos a semente, ato, mente e voz, magia
Não tenha medo, meu menino povo,
memória
Tudo principia na própria pessoa, beleza
Vai como a criança que não teme o tempo,
mistério
Amor se fazer é tão prazer que é como se fosse dor,
Como se fora brincadeira de roda,
memória
Jogo do trabalho na dança das mãos, macias
O suor dos corpos na canção da vida,
história*

Resumo

Este trabalho trata de políticas culturais, considerando a capacitação e formação de gestores de cultura, com foco em São Gonçalo, no Estado Fluminense, e sua influência na formulação e elaboração de políticas de cultura desta cidade de 1993 a 2005. Apresento reflexão sobre os conceitos de cultura e um breve retrospecto da política cultural no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. Gestão cultural e gestores de cultura, educação e cultura, são temas abordados para contextualizar o cenário das políticas culturais nas últimas décadas. No caminho das experiências de capacitação e formação cultural, registros do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ministério da Cultura e a Comissão Estadual de Gestores de Cultura, nos recentes nove anos. Descrever os caminhos da cultura gonçalense no período foco deste trabalho, é também um exercício de memória da história e da cidade, fazendo da presente pesquisa uma oportunidade de construção e costuras, na composição de pedaços da história, no passado e no presente, envolvendo agentes culturais, trabalhadores e técnicos de cultura e educação, gestores de cultura, artistas e ainda, alguns outros participantes – atores deste processo, numa constatação de lacunas a serem preenchidas no coletivo e na própria historiografia de São Gonçalo. Gestão cultural e gestores de cultura são expressões recentes da cultura brasileira, por isto mesmo apresentam neste momento, um tempo de formação e efetivação, como as próprias políticas do setor. Considerando os conceitos mais amplos de cultura e sua condição de “ser e estar”, pensando na cultura como direito e o lugar primeiro que ela habita e se estabelece, onde ela é - nas cidades - a análise aqui apresentada, é uma soma de retalhos colhidos na história dos indivíduos, como a costura artesanal de uma colcha de fuxico de cores e tamanhos diversos, num resultado final que ainda está em curso, na travessia e composição deste tempo atual, do trabalho coletivo de muitas mãos. Troca-se o pneu com o carro em movimento.

Abstratc

This work is about cultural policies, considering the training and formation of cultural managers, with focus in the city of São Gonçalo, in the Fluminense State and its influence in the formulation and preparation of politics of culture of this city from 1993 to 2005. I present reflections about concepts of culture and a short retrospective look of the political culture in Brazil and in the State of Rio de Janeiro. Cultural management and cultural managers, education and culture, are the main subjects to context the scenery of cultural policies in the last decades. In the way of the experiences of cultural training and formation, I do register of the Permanent Seminar of Cultural Public Policies of the State of Rio de Janeiro, developed in partnership with the University of the State of the Rio de Janeiro, Ministry of Culture and the State Commission of Cultural Managers, in the recent nine years. Reporting the ways of the gonçalense culture in the period focalized in this work, it's also a memory exercise of the history and the city, doing from the present inquiry an opportunity of construction and sewing, in the composition of pieces of history, in the past and in the present, wrapping cultural agents, educational and cultural workers, technicians and managers, artists and other participants – actors of this process, in an observation of gaps to be filled in the community and in the historiography itself of São Gonçalo. Cultural management and cultural managers are recent expressions of the Brazilian culture, witch present at this moment, a time of formation and effectiveness, like the policies itself of the sector. Considering the majors concepts of culture and it's condition to “being and to be”, thinking about the culture like straight and the place where she lives and established, where she is - in the cities - the analysis here presented is a sum of odds and ends gathered in the history of the individuals, like a handcraft patchwork of different colors and sizes, in a final result that is still in process, in the journey of this current time, of the collective work of many hands. The tire is exchanged with the car in movement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11	
1.1	Apresentando o problema da pesquisa	12
1.2	Justificativa	13
1.3	Objetivos	14
1.3.1	Geral	
1.3.2	Específicos	
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1.	Cultura: conceitos e contextos	16
2.2.	A cultura no Brasil colônia e império, um comentário	21
2.2.3.	Do Ministério da Educação - MEC ao Ministério da Cultura – MinC	23
2.2.4.	Políticas culturais no estado fluminense	32
2.3.	Políticas e gestão cultural	42
2.3.1	Gestores de cultura, quem são?	45
3.	METODOLOGIA DE ESTUDO	49
3.1.	Delineamento da pesquisa	49
3.2.	Coleta de dados	51
3.3.	Tratamento dos dados	53
3.4.	Limitações da pesquisa	54
4.	INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	55
4.1.	Um retrato da história gonçalense	55
4.2.	Políticas e gestão cultural na cidade Gonçalense	66
4.3.	A experiência do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e a capacitação de gestores de cultura	78
4.4.	A influência da capacitação de gestores de cultura na elaboração e efetivação de políticas de cultura em São Gonçalo	91
5	CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS	96
	A colcha de fuxico: cultura, direito e cidadania	
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
7	ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

A cultura é sempre atraente quando se experimenta e vivencia suas variadas expressões, nas movimentadas agendas das linguagens artísticas (teatro, dança, música, pintura, escultura, literatura, desenho, circo, etc...) ou na admiração contemplativa dos patrimônios e bens culturais, simbolizados em prédios históricos ou manifestações folclóricas da tradição popular. É a “cultura” que sempre é lembrada para programações diversas, com alegria e diversão certa nos calendários festivos.

E a execução de políticas culturais no Brasil e no Estado Fluminense? E o debate e a formulação das políticas culturais, nas cidades que compõem o mapa do Estado? Esta pesquisa apresenta este aspecto, ainda pouco discutido em nossas cidades e estado: Políticas de cultura e história. Políticas de cultura e as cidades fluminenses. Políticas de cultura e gestão cultural. Políticas de cultura e gestores de cultura. Políticas culturais e desenvolvimento.

De 1985, quando foi criado o Ministério da Cultura, à 1994 quando da criação da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, como as políticas culturais vêm sendo formuladas nas cidades fluminenses? Quem as executa? Que elementos são necessários para tal execução?

Qual a importância das políticas culturais, nos gabinetes executivos das prefeituras e no Palácio Laranjeiras? Como as ações entre o Ministério da Cultura, a Secretaria de Estado de Cultura e as diversas estruturas administrativas da cultura nos municípios fluminenses, se comunicam e se integram? Gestores de cultura capacitados, com formação específica para o desempenho desta função, podem contribuir mais na formulação das políticas culturais, ou são impedidos diante do jogo de xadrez das políticas partidárias e baixo orçamento para cultura?

São Gonçalo apresenta um quadro excepcional ou repete cenário semelhante daquele identificado na maioria dos municípios fluminenses no tocante as políticas culturais?

No exercício do pensamento e no investimento de aprender, as perguntas têm em algumas ocasiões, melhor e maior resultado do que as respostas, pelo processo que elas nos obrigam a percorrer. O trabalho aqui realizado tem esta proposta: no desenvolvimento da pesquisa, durante as leituras atentas que

constroem a fundamentação teórica, nas investigações durante as andanças e descobertas no campo empírico, apontando elementos para a análise, até às considerações quase finais, que seja uma oportunidade, um processo para a busca e a reflexão.

Quais tentativas teimosas (peculiar para quem atua e trabalha na cultura, e pela cultura) podem ser colocadas? Qual tamanho das cidades, células primeiras de todas as pautas, no corpo da cultura brasileira? Como intensificar as trocas, intercâmbios e a redes? Como estabelecer o papel do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, para o desenvolvimento humano sustentável através cultura? Como viabilizar materialidade e sustentabilidade para cultura, na sua prática cotidiana?

Estabelecer planos para a cultura é projetar o futuro. São as tentativas de garantir políticas contínuas que possam contribuir para mudanças na prática do fazer cultural, do cotidiano do artista e trabalhador de cultura, do acesso irrestrito aos bens culturais para a sociedade, como bem universal no seu exercício pleno e livre.

Se esta pesquisa não dá conta de responder estas questões, cumpre em parte a tarefa, levando para academia, nos lugares credenciados dos saberes diplomados, tais questionamentos. Desejo que isto aconteça em tempo oportuno, necessitadas que estão, a educação e a cultura, de maior integração, de se envolverem mais, para além dos calendários festivos.

1.1. Apresentando o problema da pesquisa

A questão que guia esse trabalho é: **de que forma a capacitação de gestores públicos de cultura influenciou a formulação, implantação e execução de políticas públicas para a cultura no município de São Gonçalo?**

O propósito do trabalho é analisar as mudanças nas administrações públicas, no tocante a elaboração e execução de políticas de cultura a partir da capacitação e formação de gestores culturais neste município. Busco responder a questão levantada, identificando na cidade gonçalense, localizada na grande área metropolitana do estado fluminense, os resultados diferenciados a partir da análise nas políticas públicas de cultura, de 1993 à 2005. O estudo visa contribuir com o

conhecimento existente sobre políticas e gestão, enriquecendo o debate sobre temas como capacitação, políticas públicas, cultura e desenvolvimento.

1.2. Justificativa

No início de 2001, a partir da identificação da falta de linhas políticas definidoras para atuação em nossas próprias cidades e sem experiência de gestão, vários gestores do estado fluminense foram empossados como secretários, subsecretários, diretores, coordenadores e assessores de cultura, oriundos de variadas áreas, como artistas, produtores, animadores e trabalhadores culturais, professores e arte educadores, empresários. A aproximação e atuação histórica no setor, a indicação política partidária ou ainda, a “sobra” nas divisões de partilha de poder, ficando na cultura como opção final de cargo vago, foram os critérios. Um investimento específico na busca de melhor desempenho para as funções exercidas, buscando em conjunto, caminhos e alternativas de soluções, foi feito pelo grupo.

Na busca, foi constatado quadro semelhante nas esferas estadual e federal, que mantinham políticas de cultura sem metas definidas ou que pudessem atender às demandas e expectativas das gestões municipais, centralizando seu marco de atuação em algumas capitais do país (Rio, São Paulo e Brasília), em concentração repetida de orçamento e aparelhos culturais.

A falta de apoio e parceria, e o isolamento das cidades diante do quadro estadual e nacional, estimularam o grupo de gestores culturais a se estabelecer em rede. Com trocas e pontes possíveis, pautando propostas em conjunto, num circuito que envolvia comunicação, circulação de agendas mútuas, pesquisa e encontros regionais. Debater a cultura do estado, tendo como foco principal, as cidades.

Nas cidades, a capacitação de gestores se apresentava como fator fundamental para mudança do cenário vigente, frente às mudanças que começavam a ser operadas naquele mesmo momento, no âmbito nacional, com a instalação do Governo Lula. Os debates e propostas em torno da estruturação de políticas culturais se intensificam, se aprofundam, reunindo governo, sociedade civil e trabalhadores de cultura de modo geral.

Como trabalhadora de cultura, fundadora e diretora da rede dos gestores de cultura no estado, a atuação na gestão cultural foi se estabelecendo nas somas desta trajetória, desta caminhada e muito especialmente, aprofundada após o investimento de formação e capacitação na área.

A proposta desta pesquisa é motivada pelo processo coletivo daquele que originou a rede estadual de gestores, anos antes: fundamentar mais a necessidade de formação dos gestores culturais, visando melhor e mais produtivo desempenho na área, e na seqüência, a elaboração de políticas culturais.

Tendo como espaço-foco de análise, meu próprio local de nascimento e vivências, o local de origem das primeiras experimentações no setor cultural, com o teatro de bonecos e na gestão cultural: a cidade de São Gonçalo.

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral

Identificar como a formulação, implantação e execução de políticas públicas para a cultura foram alteradas pela capacitação dos gestores públicos na cidade de São Gonçalo.

1.3.2. Específicos

1. Descrever as práticas de formulação, implantação e execução das políticas públicas para a cultura em São Gonçalo, antes dos processos de capacitação ocorridos;

2. Caracterizar os modelos de capacitação dos gestores públicos de cultura em São Gonçalo;

3. Descrever as práticas de formulação, implantação e execução das políticas públicas para a cultura em São Gonçalo após os processos de capacitação ocorridos;

4. Identificar as diferenças entre os dois tipos de práticas;

5. Caracterizar as diferenças decorrentes nas políticas públicas para a cultura na cidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A narrativa histórica, como um dos focos protagonistas desta pesquisa, a partir de breve panorama da história das políticas culturais no Brasil, propõe um olhar atento no passado recente, identificando material base de reflexões para este trabalho, onde a relação com os cenários estadual e municipal, amplia as possibilidades de investigação.

Faço inicialmente, referências sobre conceitos de cultura, em especial o antropológico, que pauta a linha desta análise, das idéias e pensamentos aqui apresentados. Reforçando as indicações presentes na justificativa deste estudo, ressalto a importância da construção histórica como aspecto central de sua *práxis*: história, cultura, políticas, agentes culturais e desenvolvimento.

Neste sentido, é perceptível a curta história das políticas de cultura em mais de 500 anos de Brasil, identificando breves relatos a serem observados nos séculos XX e XXI. Nas subseções a seguir, apresento as origens do campo de estudo em que este trabalho se encontra; o caminho teórico escolhido para pensar a História e prosseguir na construção da pesquisa: O breve relato do Brasil colônia e império, algumas intervenções do Estado Brasileiro na cultura, na década de 30, do século passado, até chegar ao tratamento mais recente dado à área; em seguida o contexto das políticas locais, seus agentes protagonistas – os gestores culturais, as relações da cultura e gerências administrativas municipais.

Finalizando a fundamentação com reflexões da relação de cultura com outras políticas públicas, e suas interferências, em especial a educação, destaco suas estreitas ligações históricas.

2.1. Cultura: conceitos e contextos

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já um significado e uma apreciação valorativa. Um relato de viagem, por exemplo, explora tais vetores: relatos culturais e históricos. O contexto social cultural e político de viagens fazem de cada narrativa uma memória diferenciada, um olhar diferente da e na história, do mesmo lugar.

Cultura, com todo o seu arsenal simbólico e imaginário, passou a ser relacionada a uma totalidade histórica antes desprezada: como se formaram os mecanismos de dominação e de exploração entre os homens? Como estes mecanismos (ao nível do cultural) se confrontam, se difundem e se perpetuam? Assim, os símbolos, as imagens, as mentalidades, as práticas culturais, foram consideradas lugares de exercícios de poder, de dominação e de conflitos sociais.

Ainda que este retorno ao histórico cultural traga um sintoma de cansaço por uma história saturada de estruturas, hierarquias, modos-de-produção, sistemas, subsistemas, modelos, enfim, da “história como um processo sem sujeito”, na referência do historiador Eric Hobsbawm (1988) em *Tempos Interessantes*, tipo o operário da fábrica, a mulher pobre, os vadios, as prostitutas, as feiticeiras, o escravo urbano, os marginais sociais, os perseguidos religiosos e sexuais, camponeses enclacrados em processos, escritores e artistas obscuros, os massacres étnicos, personagens e fatos de uma história onde a cultura das sociedades, das pessoas, era excluída, por isto mesmo não se deve perder tal memória, refletindo sobre o sentido da história e ainda, associá-la à razão.

Eis então casamento fundamental da história com a cultura, se alimentando, se constituindo: a memória como substancial instrumento de sentido, que assume a forma fascinante das construções culturais, da própria história, das identidades: uma história cultural.

A história, na soma do mundo das pessoas, abrangendo o passado, o presente e o futuro, se apresenta como síntese entre experiência e expectativa: o futuro se perfila nos impulsos normativos da vida concreta, que se nutre da experiência da vida passada e de sua força transformadora. A memória é matéria-

elemento crucial de identidade, cuja busca é uma das atividades fundamentais das pessoas.

O retrato conceitual de cultura que se apresenta comumente é estampado pelas suas variadas linguagens artísticas (literatura, cinema, artes cênicas, artes visuais, música, arte popular) ou ainda, elementos que a compreendem (costumes, religião, crenças, mitos, valores morais e éticos, comportamento, preferências, invenções, ritos, festas), num campo mais abrangente, todas as maneiras de ser, sentir, pensar e agir da condição coletiva das pessoas. A cultura é uma das principais características humanas, pois somente o homem tem a capacidade de desenvolver culturas, distinguindo-se de outros seres.

Os diversos conceitos de cultura, cento e cinquenta é o número de significados atribuídos ao termo, segundo Muniz Sodré (2005), podem ser definidos de maneira diferenciada, de acordo com o campo de estudo ou ciência que se apropria do termo: para a Sociologia, cultura terá uma conotação, para a Antropologia, outra.

Desta forma, vários conceitos serão atribuídos ao seu sentido, de acordo com a sua especialidade. Dentre os significados de cultura, atendendo à linha que trata esta pesquisa, destaca-se a cultura no sentido antropológico que atribui à cultura tudo aquilo que foi adquirido pelo homem como membro da sociedade, como sistema de padrões de comportamento, de modos de organização econômica e política, de tecnologias, em permanente adaptação, em vista do relacionamento dos grupos humanos com seus respectivos ecossistemas e a história, como ressalta Albino Rubin:

O conceito de cultura vai além daquele tradicionalmente associado às artes, ao cinema teatro, acredito que a cultura abrange, além das artes, o comportamento e os valores. Digo que a cultura é tudo que tem dimensão simbólica e dá sentido à nossa presença no mundo" (2007, 08)

Cultura apresenta-se deste modo, com conceito bem mais amplo, como destacam Rubin e Peter Burke. Burke escreve da ampliação do conceito, pontuando seu salto na história, pois até o século XVIII:

O termo cultura tendia a referir-se apenas a arte, literatura e música, hoje, contudo, antropólogos e historiadores e outros pensadores usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser

apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante. (Burke, 1989, 25).

A filósofa Marilena Chauí, em sua obra *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, faz primeiramente uma abordagem do termo através de sua etimologia.

Dessa forma revela que o termo cultura vem do verbo latino *colere*, que originalmente era utilizado para o cultivo ou cuidado com a planta.

Cultura era então, o cuidado com tudo que dissesse respeito aos interesses do homem, quer fosse material ou simbólico. Para a manutenção desse cuidado era preciso a preservação da memória, e a transmissão de como deveria se processar esse cuidado, daí o vínculo com a educação e ao cultivo do espírito. O homem culto teria então uma interioridade "cultivada para a verdade e a beleza, inseparáveis da natureza e do sagrado. " (Chauí, 1986,11). A partir da explicação de Chauí, identificamos que a ampliação do conceito no século XVIII, da qual fala Peter Burke, esta ligada a invenção, mobilidade, um tempo humano da história, uma história cultural.

Assim, nas evoluções pelas quais passa o mundo, a cultura, que mantém uma capacidade permanente, quase intacta, passadas aos descendentes como uma memória coletiva, como um elemento social, impossível de se desenvolver individualmente, um bem, um patrimônio coletivo, recebe também influências, sendo acrescida de contribuições ou mesmo novos símbolos, mantendo sua base e essência dentro de numa construção histórico-coletiva. "A historia não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial", escreve Milton Santos (1996, 38). A compreensão, como mediadora essencial para o entendimento do mundo novo, movido pela aceleração contemporânea, era pauta constante dos trabalhos desenvolvidos pelo geógrafo, reunindo tempo, espaço e técnica.

Temas cruciais para a compreensão e construção desse mundo novo, onde a cultura, no seu conceito mais antropológico, é foco do olhar do geógrafo pensador: globalizar o conhecimento e seu uso. Definir a inserção dos lugares em uma rede de relações humanas de modo a valorizar a singularidade em meio à totalidade, viver um mundo mais solidário. Essas possibilidades de pensar, representar e propor relações humanas caminham na contramão da história atual, considerando o quadro real da sociedade.

Em diversas passagens de seus livros e artigos, Santos afirma pretender construir um mundo diferente daquele em que vivemos, tratando sob uma nova dimensão cultural, a promoção de novos diálogos. Diferente do que afirmam alguns pesquisadores, que acreditam no estabelecimento de uma homogeneização da cultura, do sistema de valores, a partir da globalização, Milton Santos (1996, 52) concebe que "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente".

Para o geógrafo, a importância de estudar os lugares reside na possibilidade de captar seus elementos centrais, suas virtudes locais de modo a compreender suas possibilidades de interação. É no lugar que a cultura vai ganhar sua dimensão simbólica e material, combinando matrizes globais, nacionais, regionais e locais.

Chauí apresenta novos cenários desta construção coletiva, enfatizando o fim da idéia de uma cultura única, onde a elite considerava a sua cultura, superior à do povo, achando que o povo não é capaz de produzir cultura. Assim cabe considerar que o plano cultural define e é definido pelo campo econômico-social. Sobre isso, destaca:

A elite está no poder, acredita-se, não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o aparelho do Estado, mas porque tem competência para detê-los, isto é, detém o saber, a incidência de uma ou outra política cultural na história da humanidade esteve sempre relacionada a diversos fatores, como a forma de governo e a ideologia defendida pela administração estatal, e assim continua. Ditaduras, governos democráticos, socialistas ou liberais entendem o investimento no setor de forma diferente, e vão estabelecer esta ou aquela linha cultural, para atender sua forma de governo, onde a cultura é "arma" para a construção de comportamentos, ou mesmo, dirigismo. (CHAUÍ, 1989, 49)

Um conceito de cultura sob os moldes de prática democrática, além de garantir à população o acesso aos bens culturais por meio de serviços públicos, propõe-se a incentivar a participação de todos na criação e nas esferas de decisões públicas, na perspectiva da garantia de um fazer cultural distanciado dos padrões do clientelismo e da tutela. Neste cenário, os movimentos populares, e as organizações sociais, participantes que não tem historicamente falando, acesso neste fazer cultural, teriam nova localização, ocupando espaço, conforme destaca Marilena Chauí : "a política de animação cultural deve ser substituída pela ação cultural das comunidades, dos movimentos sociais e populares, com ações voltadas para o local, o descobrir de suas identidades. " (2006, 72).

A associação de idéias entre Marilena Chauí com o geógrafo Milton Santos, são localizadas no pensamento de ambos, quando destacam o fator de desenvolvimento a partir da identidade local, onde as políticas culturais sob linha democrática de ação, reconheçam a existência de múltiplas culturas em uma mesma sociedade, e às diversas manifestações clássicas, eruditas e populares; profissionais e experimentais; consagradas e emergentes estão postas, somando-se ainda a dinâmica inovadora da presença dos movimentos sociais, comunitários, religiosos, étnicos ou de gênero.

Esta concepção não é contrária a ações pontuais, como a promoção de grandes festas e eventos, mas privilegia ações com sentido contínuo, contra o autoritarismo e o dirigismo. Com o objetivo de transmitir conhecimentos e desenvolver a sensibilidade, tais políticas tendem a aplicar condições sociais para estimular a criatividade coletiva, conforme explica Canclini:

A democracia sociocultural é, sobretudo, um projeto de movimentos e grupos alternativos, cujo crescimento é um signo forte da renovação na cena política. Esses movimentos têm conseguido mais do que outras organizações, socializar a ideologia democrática, que antes ficava restrita às elites e à classe média, entre as classes populares. (CANCLINI, 2000,42).

O reconhecimento geral da sociedade e dos partidos aos direitos destas classes a ter relações democráticas e iniciativas políticas em áreas das quais sempre foram excluídas, é cenário ideal para o fazer cultural, para a efetivação do conceito de cultura no seu sentido mais amplo, quadro este que apresenta-se diferente no quadro brasileiro ao longo de sua história, uma vez que não é realidade no mapa geral do Brasil este exercício cultural, dentro da linha apontada por Chauí:

As ações culturais contam com ampla participação e estão enraizadas na comunidade – e é através da participação que se concretiza o direito à cultura. As decisões sobre as políticas culturais devem ser partilhadas através da criação da esfera pública não-estatal, por meio de diálogos interculturais entre Estado, secretarias de governo, conselhos, fóruns deliberativos e organizações sociais (CHAUÍ, 2006,71).

A presença de políticas públicas que tenham como objetivos o fortalecimento da cidadania e a inclusão social surge de uma dimensão que considera que todos os indivíduos, são sujeitos e atores sociais, e, por isso, deveriam ser o foco de

atividades e projetos da administração governamental. Tais constatações e avaliações, como os diferentes conceitos de cultura, são muito recentes no Brasil.

Neste contexto recente, assiste-se à construção e formulação de políticas culturais que possam se adequar aos dias atuais, onde a cultura figure e se estabeleça como direito e cidadania.

Com o passar dos anos e as mudanças econômicas e sociais enfrentadas em alguns países, em especial os latino americanos, as definições de cultura foram sendo modificadas, reavaliadas. Hoje, estabelecer conceitos de cultura de elite, cultura de massas, cultura do povo, é manter longo debate, considerando a diversidade cultural como referência e mesmo os novos cenários, dando conta de atores sociais protagonistas em vários segmentos da sociedade, atestando a pluralidade cultural.

Deste modo, o debate posto atualmente sobre cultura, mantendo alargado seu conceito, ainda que se apresente um pouco “atrasado”, começa a ser realidade no Brasil:

Em sua dimensão antropológica corresponde ao que a Unesco já defendia nos anos 70 – a noção de que não pode haver verdadeiro desenvolvimento de um país, de um local, se não for considerada a sua dimensão cultural (BOTELHO, 2000, 179)

Diante de tais considerações e associações de idéias acerca dos conceitos de cultura, destaca-se a cultura e seus contextos na formulação de políticas de cultura no Brasil, voltadas especialmente para o local primeiro do fazer cultural: as cidades, seu espaço social – histórico, estabelecendo relações com os estados e o país.

2.1. A cultura no Brasil colônia e império, um comentário.

Estudos, pesquisas e indicadores atuais das diferentes esferas públicas de governo, nos recentes vinte anos, têm revelado o papel fundamental da cultura para o exercício da cidadania, para a consolidação da democracia e o desenvolvimento,

sendo colocada como pauta principal na elaboração de políticas públicas. O seu histórico, entretanto, mostra que o foco se distancia muito deste propósito.

Na prática, as agendas do governo federal, estaduais e municipais, mesmo priorizando para cultura lugar de importância, e mudanças marcantes estejam sendo operadas nos recentes sete anos, o saldo que é identificado na consolidação da democracia e o desenvolvimento através da cultura, é insuficiente, considerando os débitos históricos que atravessam a história cultural do país, como assegura Rubim (2007, 13) “não houve políticas públicas culturais nacionais no Brasil colônia, nem no segundo império ou na chamada República Velha (1889-1930).”.

Em 1808, a corte portuguesa instala-se no Brasil e por esse motivo, D. João VI fez investimentos em variados setores para que o país pudesse apresentar novo cenário, entre eles, na cultura, e os fez ao ponto de igualar os investimentos na cultura aos outros segmentos da economia. Para ilustrar: foi nesse período que se deu a publicação do primeiro livro (1808), criada a Biblioteca Nacional (1811), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1813), a Filarmônica (1837), entre outras iniciativas.

Rubim destaca que não se deve considerar essas ações efetivamente políticas públicas para a cultura, pois o investimento na cultura, na realidade, tratava-se de personalizadas atitudes culturais de Dom Pedro II, como o estímulo à inauguração dos Institutos Históricos e Geográficos, salientando que:

Em tempo colonial, a monarquia portuguesa negava as culturas indígenas e africanas; além de submeter a colônia a rigorosos controles, como a proibição de instalar imprensas, censura de livros e jornais estrangeiros, dificultava o desenvolvimento da educação, em especial a implantação de universidades, entre outras ações. (2007, 13).

Esse contexto não foi substancialmente modificado com a independência brasileira. Logo após os primeiros investimentos no setor cultural em função da chegada da Corte Portuguesa, as novidades e investimentos foram sendo reduzidos. O Estado se manteve despendendo pouca atenção a cultura, que era vista como um privilégio ou ornamento, em uma sociedade que imperava a exclusão social.

Ou ainda, linha de protecionismo e favorecimento dos interesses europeus, como revela a medida em 1875: em função da crise mercantilista, Portugal foi obrigado a importar tecidos da Inglaterra, impondo ao Brasil a proibição de atividades da tecelagem manual em algodão, restringindo o artesanato e a produção

têxtil no Brasil : as “indústrias” caseiras, fabricavam não só o tecido de algodão para vestimentas de indígenas, negros e caboclos, mas também podiam ser encontrados o fustão, chitas e alguns brocados. As artesãs e tecelãs brasileiras eram concorrentes do produto inglês, com sua fabricação caseira e traço cultural. (ARQUIVO NACIONAL, 1953).

Nos primeiros anos da República até a Era Vargas, a relação cultura e Estado foi nula, distante, onde a cultura era percebida como dispêndio, uma despesa a mais: acentuando ainda mais a dissociação entre desenvolvimento e cultura, na consideração de Calabre:

Só no governo de Vargas foram implementadas as primeiras políticas públicas de cultura no Brasil e tiveram o propósito de promover maior institucionalidade para o segmento cultural. (CALABRE, 2007, 45)

Deste ponto, traça-se breve panorama do contexto da política cultural brasileira, do Ministério da Educação - MEC ao Ministério da Cultura - MinC.

2.2.3. Do Ministério da Educação - MEC, ao Ministério da Cultura – MinC

Estudos mais apurados e densos sobre cultura no Brasil, têm início na segunda metade do século XIX, sob os auspícios da construção de uma identidade nacional. O Brasil, país integrado periféricamente no sistema capitalista internacional, tardou um pouco a discutir a questão nacional e só então no século XIX, que se inicia aqui a busca de “uma identidade nacional”.

A filósofa Marilena Chauí, em seu livro *Brasil – Mito fundador e sociedade autoritária* trata da questão desta identidade, expondo o pensamento do historiador inglês Eric Hobsbawm, onde ele define o ano de 1830 como marco do aparecimento do termo *nação*, no vocabulário político, em seu livro *Nações e nacionalidades desde 1780 / Programa, mito e realidade*.

A partir daí, Marilena Chauí define a idéia de identidade nacional ligada ao princípio de nacionalidade (1830 a 1880). A identidade, poderia ser entendida como disposição natural de um povo e sua expressão cultural, quando a filósofa afirma que:

O conceito de identidade é em princípio compreensivo, cobrindo todos os traços de um indivíduo ou grupo; ele é auto-suficiente, não necessitando de referência externa para sua definição; e é mutável, permitindo modificações parciais ou gerais (CHAUÍ,2000,21)

A discussão a cerca da questão da identidade nacional tem sido uma constante no Brasil: ela toma caminhos diferenciados conforme a etapa do desenvolvimento do pensamento brasileiro ou os atores em cena.

Segundo Renato Ortiz (1985) este debate e tais etapas de desenvolvimento se acentuam com o deslocamento da idéia de raça para a de cultura. Tal momento coincide com as intensas mudanças às quais o Brasil estava atravessando: as primeiras décadas do século XX foram de intensa atividade intelectual e também de um surto de industrialização que transformaria radicalmente as relações sociais no país. A relação desse novo pensamento brasileiro com a cultura, vai se estabelecer através do ideário nacional-popular e da própria reavaliação do conceito de cultura. Nesse sentido a professora Lúcia Lippi de Oliveira, esclarece que o homem brasileiro seria:

Um homem sem passado, alienado no íntimo do seu ser porque fora colonizado, ao qual haviam sido impostos conjuntos culturais transferidos do exterior; tornava-se urgente criar ou descobrir uma cultura nacional válida, que assim se apresentava como um projeto ligado ao futuro, como uma utopia do porvir que serviria de motor à ação (OLIVEIRA, 1992,71).

Neste contexto, a partir dos anos 1930 com o governo de Getúlio Vargas, a cultura passa a ser vista como um importante *lócus* de interferência do estado, no sentido de se produzir um ideal de homem brasileiro. A música, através do samba, é um desses lugares onde se travou um combate contra a malandragem, por exemplo. O Brasil entrava naquele momento em uma nova etapa de seu desenvolvimento, e os grupos hegemônicos sentiam a necessidade de estabelecer um imaginário que atendesse as expectativas que surgiam, que estavam sendo postas.

Algumas experiências no século XX, como na cidade de São Paulo, década de trinta, tem registro: a organização do Departamento de Cultura, tendo a frente Mário de Andrade, que trouxe os primeiros conceitos de gestão cultural contribuindo no panorama nacional para além das fronteiras paulistanas com práticas e ideários inovadores na citação de Albino Rubin:

Mário de Andrade apresentou metas para estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura, pensando a cultura como algo “tão vital como o pão” propôs uma definição ampla de cultura, extrapolando as belas artes, considerando por exemplo as culturas populares, assumiu o patrimônio não só como material, possuído pelas elites, mas também como algo imaterial e pertinente aos diferentes estratos da sociedade, dentre outras metas a frente da pasta de cultura na prefeitura de São Paulo. (RUBIN, 2007,15)

E no Ministério da Educação, da Saúde e dos Negócios, gestão Gustavo Capanema (1934 – 1945), contando com a presença de artistas e intelectuais na equipe de cultura, em meio à ditadura Vargas, como Carlos Drummond de Andrade, Candido Portinari, Oscar Niemeyer, outro registro.

É desta época a criação e organização de várias estruturas nacionais: Superintendência Nacional de Cinema Educativo, Serviço de Radiodifusão Educativa, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Serviço Nacional do Teatro, Instituto Nacional do Livro, Campanha Nacional do Folclore e o Conselho Nacional de Cultura.

Tal período é marcado pelo paradoxo de se pensar e elaborar políticas culturais em pleno regime autoritário, situação que deixa traços substantivos ao longo da história das políticas culturais, abrindo lacunas e vácuos durante décadas. A inexistência de políticas culturais definidoras para estados e municípios excluiu o restante do país, marcando ainda de modo antagônico as práticas autoritárias vigentes do Estado com políticas culturais, como reconhece Rubim:

O Estado nacional, principalmente pela presença de Capanema no Ministério da Educação e Saúde, pela primeira vez realizava um conjunto de intervenções na área da cultura, porém apresentava além de uma face afirmativa, com a elaboração de legislações, das ações e instituição de novas organizações de cultura, uma face negativa, com a censura, repressão, opressão. (2007,16)

Logo após a Era Vargas, o período democrático que data 1945 a 1964, anterior à ditadura militar, apresenta poucos resultados das intervenções do estado brasileiro, exceto o SPHAN e mesmo a criação do Ministério da Educação e da Cultura, em 1953, no tocante as políticas culturais, mantendo ainda distanciamento das cidades e estados da federação.

Na ditadura, a cultura e suas variadas linguagens artísticas sofrem ação direta de censura e ainda de modo pragmático, o dirigismo para que cultura fosse instrumento-aliada do regime imposto. Neste aspecto figura o papel do Conselho

Federal de Cultura, criado em 1966, onde o regime militar estimula ainda a criação de conselhos e secretarias estaduais de cultura, numa correspondência direta com o regime e seus programas, formato e composição (a existência de tais conselhos com modelo deste período, ainda é realidade em vários estados).

No final da década seguinte, de 1976 a 1979, com o começo da diminuição da violência do regime e suas derrotas nas eleições legislativas, algumas novas ações com participações mais amplas para além do governo federal, de caráter inovador, começam a ser identificadas na pauta cultural, ainda que embasadas na linha dos interesses da ditadura: pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura e importantes instituições são criadas: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, Conselho Nacional de Cinema, a RADIOBRÁS e a Fundação Pró-Memória.

Rubim destaca o lançamento, em 1975, do primeiro plano de ação governamental no país que aponta princípios norteadores para a política cultural: a Política Nacional de Cultura (PNC). Revela que seus redatores, com este documento, tinham o propósito de defender a brasilidade cultural, propondo-se preservar “a originalidade, genuinidade, peculiaridade, enraizamento, tradição, fixidez, personalidade, vocação, perenidade, consciência nacional” (RUBIM, 2007,44).

Entendiam seus ideólogos que a maneira de obter uma unidade nacional, era preservando a diversidade. A forma encontrada para viabilizar a unificação da política cultural foi a realização de encontros nacionais de cultura reunindo representantes culturais de todos os estados da federação. No Encontro de Secretários de Cultura, realizado em 1976 em Salvador, Raymundo de Aragão, então presidente do Conselho Federal de Cultura, expressa na abertura o propósito do trabalho: “o almejado é a unidade, e não a uniformidade” (RUBIM, 2007, 46).

Os governos autoritários deram atenção à cultura, porém as ações visavam instrumentalizá-la: a atuação do Estado na cultura, tinha por objetivo a domesticação do seu caráter crítico, submetendo-a aos interesses autoritários, numa busca de sua utilização como um dos fatores de legitimação da ditadura. Esse momento da história do Brasil evidencia dois lados: a ação dos governos militares na área da cultura foi acompanhada da criação e reordenação de instituições, demonstrando assim o propósito de ampliar o papel do Estado, e por outro lado, a sua face

repressiva ao censurar filmes, peças de teatro, publicações e outras formas de expressão cultural.

Destaque para a criativa presença de Aloísio Magalhães e sua passagem pelo setor cultural do Ministério da Educação: a curta gestão abreviada pela morte prematura do gestor, foi facilitada pelo seu dinamismo e relações com alguns militares, dando conta de renovar e criar organismos na estrutura administrativa preparando a casa para a instalação do futuro Ministério da Cultura, como o Centro de Referência Cultural, IPHAN e a Secretaria Nacional de Cultura do MEC, em 1981. Aloísio Magalhães fala sobre política cultural, trazendo a figura-símbolo do estilingue-bodoque:

Pensar no cotidiano de nosso desenvolvimento humano e cultural, histórico e social, visualizando o movimento do bodoque, fazendo deste movimento, uma atitude constante: é preciso recuar no passado, pressionando as tiras de borracha para trás, dando-lhe pressão e força suficiente para o arremesso em direção ao futuro, mirando um alvo no futuro. Quanto mais nos afastamos do presente em nossa valorização cultural mais longe chegaremos no futuro, ou seja, o conhecimento crítico do passado como elemento fundamental para qualquer projeto ou programa durável no futuro.(MAGALHÃES, 1985, 37)

Esta atitude envolve os três tempos da história, da própria vida: o passado, o presente e o futuro, tratando passado e presente com peso similar e de fundamental importância na construção da história, e a memória, proporcionando alimento e energia para a efetivação de identidades e raízes. O que foi acumulado de passado na história das políticas culturais, sendo alvo de estudo, aprendizado, absorção do que é positivo e importante, não dispensando tal memória.

Neste breve tempo da história cultural brasileira, as décadas mais recentes que datam final do século XX (processo de re-democratização do país de 1985 a 1994) registram a criação do Ministério da Cultura, com o fim do regime militar. Dez ministros no espaço de dez anos na pasta da cultura, apresenta instável cenário na gerência nacional de cultura, fato este que demonstra a fragilidade do recente ministério.

A Constituição de 1988 traz em seu texto o papel do Estado no tocante à cultura, retratando a sua responsabilidade em relação a este setor; mas, na verdade, não houve, na prática, mudanças significativas. Anuncia a Constituição Federal / 88 que:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A primeira eleição por voto direto no Brasil, depois do regime militar, em 1989, elege para presidente, Fernando Collor. Encontra-se neste período democrático, o que dizem os autores Cesnik e Beltrame (2005) “o ápice do processo ditatorial atrasado», onde são extintos todos os organismos de cultura que existiam, com rebaixamento do Ministério da Cultura a secretaria, ligada a Presidência da República, como represália aos artistas que apoiaram seu opositor, Luis Inácio Lula da Silva.

A ausência de política estatal em benefício dos interesses do mercado, quando se instala no Brasil a chamada Lei de Incentivo à Cultura (Lei Sarney), deixando na mão da iniciativa privada (e mesmo de algumas empresas estatais) a decisão final do que deve ser incentivado e financiado. Assim foi afunilada, a alocação de recursos públicos sob renúncia fiscal nas produções de cultura, no eixo Rio – São Paulo, quase sempre nas mãos dos mesmos beneficiados.

Os estados e municípios dão os primeiros passos na elaboração de suas próprias leis, e uma sistemática de política cultural para fomentar a cultura. Nos moldes da Lei Sarney, com significativas correções, foi criada a Lei Mendonça (1990) no município de São Paulo. Outros estados e alguns municípios adotaram mesmo formato assim resumido: o produtor artístico preenchia um cadastro junto aos órgãos do governo, apresentando um projeto no qual constava a descrição e o orçamento, depois da aprovação deste, estaria habilitado para buscar financiadores no setor privado. Ao final do projeto, prestava contas junto ao governo quanto à aplicação dos recursos conseguidos. O benefício desta sistemática para o empresariado estava no abatimento, no seu ISS ou IPTU, de determinado percentual sob o valor investido (na Lei Mendonça, no município de São Paulo, era de 70%).

Em 1991 foi promulgada a lei federal Rouanet (segundo secretário da gestão Collor) um aprimoramento da Lei Sarney, ampliando o poder de fogo da lei de incentivo, onde os governos seguintes acentuam sua prática: as reformas e mudança de nome para Lei Rouanet, mantêm os interesses do mercado acima de qualquer outra política, com ausência de políticas de cultura do Estado.

Seu texto legal é ainda hoje a base de toda a política de incentivos praticada no Brasil, atualmente, sob reforma. Comparada com as políticas praticadas anteriormente, percebeu-se uma maior participação das entidades representativas de setores culturais. Entretanto por serem as empresas os principais financiadores, os padrões mercadológicos continuavam prevalecendo. É ainda neste período, a criação de alguns outros organismos, como a Fundação Palmares, por exemplo.

É também neste período que se efetiva a presença do produtor cultural: atuando na frente de captação de recursos, realizador e promotor de eventos, megas agendas e ainda, agenciador de cultura.

Na gestão Fernando Henrique Cardoso, a presença contínua do titular, não simboliza avanço ou mudanças da linha política adotada: Francisco Weffort permanece durante oito anos e o marco desta quase uma década a frente da cultura nacional é a publicação de luxuoso livro, pelo ministério, intitulado “Cultura é um bom negócio”, endossando a prática iniciada no fim da ditadura: o mercado dita as regras, o governo libera o dinheiro sob renúncia fiscal. A copia de tal linha em algumas capitais e estados, é o que se pode destacar de modelo de políticas culturais nos anos finais do século XX.

Considerando a passagem do autoritarismo para a democracia, fica evidente que não basta estabelecer como parâmetro a condição republicana de governo, mas sim a linha administrativa cultural adotada. Na gestão Luiza Erundina (1989 – 1992 / São Paulo) a Secretária Municipal de Cultura Marilena Chauí, registra medidas para a pasta intituladas “Cidadania Cultural, o direito a Cultura”, onde a cultura é base fundamental de desenvolvimento e democracia. No pacote em questão, a secretária aponta as políticas culturais para a maior cidade do país, numa linha oposta daquela traçada pela cultura nacional vigente:

Com uma definição de cultura alargada de elaboração coletiva pelo prisma democrático com direitos iguais para todos os cidadãos, sem privilégios ou exclusões; com definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, combatendo em particular à memória social uma, indivisa, linear, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade; garantindo com esta linha de ação proposta o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes seja pela invenção de novos significados culturais; direito de participar das decisões quanto o fazer cultural; direito de usufruir dos bens da cultura com condições de acesso e uso; direito a informação sobre os serviços culturais; direito à formação artística e cultural, gratuita; direito a espaços para reflexão, debate e críticas, direito à informação e à comunicação (CHAUI, 2006, 69).

A pequena síntese pontuando ações de governo, ainda que participações sociais e de movimentos estudantis, populares, artísticos e intelectuais tenham deixado registros importantes, das décadas que antecedem o século XXI, explicitam o cenário das políticas culturais no Brasil. Em grande parte, é evidente a ausência de políticas no mapa brasileiro.

A mudança e o gosto de novidade experimentado pelas cidades e estados do país, no campo das políticas culturais com o governo Lula, traça um marco divisor na história brasileira. O entrelace cultura e desenvolvimento é destacado no discurso do ministro Gilberto Gil, em palestra no Instituto Rio Branco:

O Ministério da Cultura, como eu disse, tem insistido na abordagem das conexões entre cultura e desenvolvimento e na necessidade de ampliar seu papel, somando às políticas tipicamente compensatórias aquelas capazes de diagnosticar e estimular o mercado, ou seja, as empresas e os empreendedores brasileiros que atuam no setor cultural. Trata-se de uma abordagem mais abrangente e integrada. (GIL, 2003)

Os encontros nacionais, editais, os vários programas de cultura viabilizando frentes de trabalho nas linguagens artísticas, os debates regionais e seminários, a conferência nacional de cultura, a implantação do Plano Nacional de Cultura e por fim, as múltiplas ações do Ministério da Cultura entre parcerias e medidas transversais, com traço de participação e cooperação singular de vários atores sociais, sociedade civil e demais membros da união, estados e municípios.

É outra, e é nova, a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura (Luiz Inácio Lula da Silva, texto de abertura do Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. DF, 2006)

Uma gestão democrática da cultura, que impõe novo comportamento ao País, como registra Rubim, destacando avanços no discurso do ministro Gilberto Gil, que propõe uma forma diferente de tratar o setor cultural e fazer política pública:

a ênfase no papel ativo do estado na formulação e implementação de políticas de cultura, numa crítica o governo anterior por ter substituído o Estado pelo mercado, através das leis de incentivo, a conexão do Estado com a sociedade, com o desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas, e ampliação do conceito de cultura, no seu sentido antropológico, abrangendo assim não só as culturas cultas (eruditas), mas também as culturas populares (RUBIM, 2007,29)

Afirma ainda o autor, que a atuação do Ministério da Cultura nestes casos se não é totalmente inaugural, representa um diferencial comparado às políticas anteriores, a exemplo do apoio a cultura indígena ou as questões de orientação sexual, por exemplo.

Com destaque para ação fundamental, destaca-se a qualificação de gestores para área. A qualificação e capacitação de gestores de cultura entram na pauta nacional de cultura, justamente em resposta as novas demandas do setor.

Algumas experiências são reconhecidas nos recentes anos, a saber: o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, com o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - CULT, o Programa de Pós – Graduação em Comunicação da PUC-Minas (MG), o Curso de Especialização em Gestão Cultural na Universidade Federal de Cuiabá (MT), o Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (Ministério da Cultura \ Universidade do Estado do Rio de Janeiro \ Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro \ Comissão Estadual dos Gestores de Cultura do Rio de Janeiro), o curso de Pós-Graduação de História Cultural – UFGRS e ainda interessantes fontes de pesquisas nos observatórios: Itaú Cultural (São Paulo – SP) Diversidade Cultural (Belo Horizonte – MG) Políticas Culturais em Revista (Salvador – BH).

No cenário atual, as considerações de Lygia Segala registram o tom do quadro presente, onde medidas de equilíbrio, debates, proposta de longo e médio prazo se misturam às agendas de curto prazo dos gabinetes e gerências de cultura em todo Brasil:

Como pensar uma política de cultura escapando dos termos que muitas vezes balizam esse debate: a valorização nostálgica de um tempo perdido ou a sua promoção entusiasmada como bem de consumo, celebração do mercado, arte turística? O que, de forma compartilhada, aprendemos a lembrar ou a esquecer sobre nossa história? O que revelam os silêncios do conhecimento? Como a idéia de História Cultural vem sendo formulada e apropriada na construção de políticas culturais pelos gestores de cultura? Como esses debates se institucionalizam no Brasil, definindo conceitos de referência, metodologias particulares de gestão e de intervenção? Como essas diretrizes se vinculam ao debate internacional? (SEGALA, 2001)

Ainda que a gestão do ministro Gilberto Gil tenha apontado uma nova perspectiva para as políticas culturais no Brasil, com a proposta do governo federal de colocar a cultura como aliada na promoção do desenvolvimento, linhas de longo

prazo ainda não são realidade na totalidade do mapa brasileiro, tendo em vista os acúmulos ao longo do tempo quanto à relação entre cultura e desenvolvimento e o lugar primeiro de tal ação: as cidades. Mudanças e uma nova linha de políticas culturais estão sendo propostas e já aplicadas na atualidade pelo governo federal e alguns estados, é fato, mas na maioria das cidades do Brasil, o quadro identificado é a ausência de tais políticas, ainda que muitas cidades se movimentem em ritmo acelerado para alteração deste quadro, ou seja: se localize o mais próxima possível dos avanços e encaminhamentos do cenário nacional, trabalhando com projeções de médio e longo prazo no tocante às políticas culturais nos municípios.

2. 2.4. Políticas de cultura no estado fluminense

O cenário atual das políticas culturais no estado fluminense resulta especialmente dos recentes trinta anos, onde a relação estado / municípios e a produção cultural vêm criando tradição nas últimas décadas, acompanhando os lentos processos de construção democrática do Brasil.

A cultura começa a ser efetivada como veículo condutor de assimilação e de apropriação das políticas públicas, mudando lentamente, para além das agendas conhecidas e festivas da “cultura do evento”, das festas e folguedos, calendários religiosos e ritos folclóricos, ainda que estas tenham grande importância e destaque nas agendas municipais do estado fluminense e do País. como destaca Lia Calabre:

O estado brasileiro, de origem oligarca e elitista, formado por uma visão européia de civilização, investiu durante muito tempo, em projetos de educar as práticas culturais do conjunto da população. Esse é um dos motivos pelos quais o projeto de proteção do patrimônio com uma visão ampla, como foi o de Mário de Andrade, foi reduzido a política de proteção do patrimônio edificado e europeu. Ainda temos muito dos resquícios dessa visão de civilizar as práticas culturais. Desde meados da década de 1970, tal visão vem sendo alterada muito lentamente. Tal processo é intercalado por momentos de exclusão quase total da presença do estado. (CALABRE, 2003, 21)

As cidades, células primeiras de qualquer ação administrativa na elaboração de políticas, apresenta distanciamento ao longo da história de ações ou programas de políticas culturais, pois ainda que vários organismos e estruturas tenham sido

originadas a partir da década de trinta, e ainda no final da segunda metade do século XX, sua abrangência e execução geográfica social foi limitada a pequeno eixo do mapa do país.

Da produção do artesanato – de barro, cobre, pano, madeira, pedra, linhas – a expressão material e imaterial dos municípios, com seus símbolos e significados na sua diversidade e semelhanças, acompanha-se uma linha cultural que perpassa todo o estado, no descreve Adair Rocha:

Nova Iguaçu, na Baixada, por Varre Sai, no Sul Fluminense, por Arraial do Cabo na região dos Lagos, em Itaperuna, Norte Fluminense, Itaboraí na região Leste Fluminense, e ainda a Costa Verde, que tem em Paraty o seu ícone, constata-se as mais ricas e tradicionais produções culturais, cujas raízes remontam a folia de reis – espalhadas literalmente por todo estado e ainda com força na capital. O jongo, que recupera a tradição da resistência escrava na rota do ouro e do café, chegando até a favela da Serrinha, e a identificação da presença indígena, sobretudo na região de Angra dos Reis, proporcionando o resgate da história da cultura indígena, entre a memória da adaptação e o preço da resistência. Da Aldeia de Arcozelo, em Paty de Alferes, aos debates abertos, provocados pelos eruditos de Volta Redonda até a Associação Sertaneja da periferia de Barra Mansa, com uma infinidade de grupos ligados ao teatro, a dança, a música – na sua diversidade. (ROCHA, 2003, 127)

A expectativa de apoio do Estado tanto na viabilização da formação - técnica, artística e acadêmica – como no apoio ou em parcerias com os municípios e com a iniciativa privada, é cena recorrente, considerando os poucos recursos e pouca autonomia dos grupos alternativos e autônomos, bem como as próprias estruturas públicas municipais.

Com cenário que demonstra diversidade cultural viva e rica, efervescente, mais ações e programas protagonizadas pelo poder público foram sendo necessários para dar cabo da produção, com acesso assegurado a população, no tocante ao fomento e a fruição da cultura.

Há, no entanto uma questão que certamente remonta à sua natureza teórica, isto é, como compatibilizar a criação do sonho, o simbólico, o imaterial com as políticas públicas de cultura, via de regra, atrelados aos trâmites burocráticos tendentes ainda na maioria das cidades a produção de eventos?

As gerências administrativas de cultura nos municípios fluminenses são recentes, com grande dependência em outros setores da administração local, numa relação do que era praticado na esfera estadual e federal. Durante décadas, os municípios desconheciam qualquer linha de trabalho ou ações que fossem

planejadas para o setor. Na síntese de Lia Calabre sobre políticas culturais, constata-se a inexistência de tais políticas, considerando que:

O conjunto das ações sistemáticas, articuladas coerentemente entre si, institucionalizadas, realizadas por agentes públicos e privados, com o objetivo de desenvolver o campo da cultura, de maneira a satisfazer as necessidades culturais da população, seja na esfera da produção, da capacidade de expressão ou do consumo, e que devem ser elaboradas de maneira participativa. (CALABRE, 2007, 88)

O setor administrativo da cultura no estado do Rio de Janeiro, passa por mudanças estruturais ao longo de três décadas, depois de instituído o primeiro setor para área no estado fluminense: em 1975, na Gestão do Governador nomeado Floriano Peixoto, é criado na pasta da Secretaria de Estado de Educação, o Departamento Cultural, com linha de atuação voltada prioritariamente para as escolas. Dentro do departamento, é organizado o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – INEPAC, com três divisões básicas: Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico; Divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural e Divisão de Folclore.

Pela característica que apresentava e alinhada ao regime militar, com poucos funcionários e reduzido orçamento, o Departamento de Cultura estabelece relação de trabalho e relações intensas com as escolas, espalhadas pelos cinquenta e quatro municípios, à época. (COUTINHO, 2004,30)

Tal agenda cria imediato desdobramento no âmbito municipal, com 54 municípios existentes à época, onde as cidades passam a organizar o setor de cultura integrado a pasta da educação, numa agenda inicialmente restrita ao calendário escolar, e as datas referentes a cultura popular, com ações voltadas ao patrimônio material e anos mais tarde, atividades e apoio ao patrimônio imaterial do estado.

No primeiro mandato do governo Leonel Brizola, a cultura é transferida da pasta da Educação, para a recém criada Secretaria de Estado de Ciência, Cultura e Tecnologia, em 1984, onde surge a presença dos animadores culturais, em atuação nos Centros Integrados de Educação Pública - CIEP'S. A figura do animador cultural, um profissional peculiar no estado fluminense, por ocasião da instalação dos CIEP'S (principal programa de educação, do governo Brizola, concebido e dirigido pelo Prof. Darcy Ribeiro) passa a integrar o cenário cultural, não apenas no governo estadual, como também nos municípios. Os Animadores Culturais, inseridos em agendas e

programações, estabelecem relação na produção cultural de várias cidades, além de sua jornada de 40 horas nos CIEP'S, ou mesmo, numa situação de troca, transferindo-se para as estruturas de cultura dos municípios, entidades e instituições sócio educativas e culturais.

A criação da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do Estado, no segundo mandato do Brizola, em 1991, para abrigar especialmente os CIEP's, apresentava várias coordenações de trabalho, dentre elas, a Coordenação de Animação Cultural.

Uma preocupação muito presente no CIEP é a de integrar a cultura da escola com a cultura da comunidade, fazendo-as interagir fecundamente. Para tanto foi criada uma posição especial no seu quadro profissional: a dos Animadores Culturais, que relacionam a escola com seu contexto, oferecendo as facilidades com que ela conta – estádio esportivo, biblioteca, salão social e refeitório – para o uso comunitário, sobretudo nos dias em que não tem aula. O animador cultural atua também em outros programas integrados, com outros profissionais atuantes no CIEP. (MEMÓRIA, 1999, 23)

Responsável por um bom tempo pelas agendas culturais, o animador cultural foi se perpetuando como representante da cultura em vários municípios, para além dos muros das escolas estaduais e municipais. Pela força da tradição, o folclore se transforma no tema principal de ação, junto com iniciativas de preservação e tombamentos dos patrimônios históricos e artísticos, em função da atuação do INEPAC, com a expansão de políticas de preservação, tombamento e apoio às manifestações folclóricas no estado.

Ao final do segundo mandato do Governo Brizola, a cultura tem novo encaminhamento: na curta gestão de Nilo Batista, vice-governador (Brizola deixa o governo para concorrer as eleições presidenciais) é criada em 1994, a Secretaria de Estado de Cultura, com a presença da atriz Ângela Leal à frente da pasta.

Sempre gostei do Brizola. Nos assuntos sobre teatro e debates da cultura no Rio, eu estava em todas. O convite para assumir a Secretaria foi um desafio, misturando meu papel de atriz e o que podia ser feito na cultura do Estado, era um tempo muito bom e tinha muita coisa para se fazer. (Ângela Leal, atriz , depoimento – Palestra “Os caminhos da cultura fluminense “ / FIRJAN, RJ. 2008)

No governo Marcelo Alencar, em 1998, uma portaria decreta no final do mandato a extinção da Secretaria de Estado de Cultura, transferindo o setor ,numa

nova arrumação administrativa: cria-se Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, sendo alterada logo a seguir pelo seu sucessor, Antony Garotinho, retornando a estrutura da Secretaria de Estado de Cultura, em 1999.

Nesta seqüência, os municípios apresentam vazios de políticas culturais, com estruturas administrativas reduzidas e sem autonomia, em sua grande maioria localizadas nas pastas da educação, ou ainda, esporte, lazer e turismo. As atividades desenvolvidas, sem resultarem de planejamentos ou metas definidas para cultura, eram ações trabalhadas em alguns segmentos das linguagens de expressão artística (música, literatura, artes plásticas, cinema, literatura) no patrimônio (material e imaterial). Tais atividades eram desenvolvidas de acordo com as características mais acentuadas da cidade, considerando a tradição cultural já enraizada no coletivo, ou ainda o turismo cultural, explorando a geografia natural da cidade, ou mesmo com a “fabricação de agendas de cultura”. O apelo de exploração comercial através do turismo cultural, em muitos municípios, se apresenta como a principal atividade cultural.

Pela histórica relação administrativa da cultura nas gerências educacionais, nas três esferas do poder público (federal, estadual e municipal), localiza-se profunda dependência da cultura em vários municípios fluminenses: as pastas municipais de educação absorvem o setor cultural, distribuídos em assessorias, coordenações, diretorias, superintendências ou ainda, subsecretarias de cultura. Considerando a realidade dos municípios do estado do Rio de Janeiro e as exigências das pastas titulares, o quadro identificado para cultura, apresenta limitações correntes. Além disto, o próprio contexto educacional é uma variante para tal limitação, onde a educação se mostra com práticas conservadoras na maioria dos municípios.

Aqui, faz-se paralelo da proposta de uma educação transformadora e a cultura, onde o educador, na consideração de Paulo Freire deve ter “a consciência de si enquanto ser histórico que continuamente se educa, num movimento dialético no mundo que o cerca” (FREIRE, 1976, 19), destacando a reflexão crítica da prática educacional, que implica em saber dialogar e escutar, que supõe o respeito pelo saber do outro e reconhece a identidade cultural do outro. Segundo o educador, a história é feita pelas pessoas que se propõem a serem protagonistas dela. Para isso, é fundamental a consciência do papel de cada um nos processos da história, com um novo comportamento cultural.

Educação é (ou deveria ser), instrumento de ação, na medida em que possibilita a pessoa tomar consciência da realidade em que vive e, assim, agir para transformar essa realidade. Trata-se da formação da pessoa, considerada como ser inacabado, em permanente processo de auto-formação. Entender a pessoa como ser inacabado e a educação como processo permanente de “acabamento”, é tema constante de discussão, em âmbito mundial e no Brasil, mas que ainda não é realidade, não é tema central de debate nas cidades, neste caso, sob olhar - espaço contextual desta pesquisa, as cidades fluminenses.

As secretarias municipais de educação vivenciam as limitações dos sistemas escolares e modelos arcaicos de prática educacional, aliada ainda ao agravante cenário de “privatização da coisa pública” em vários governos, estabelecendo dirigismo que passa ao largo de pensar em processos inovadores, como por exemplo, a partir e com a cultura, considerando o diálogo como ação cultural - educativa prioritária, no destaque do educador: “ninguém educa ninguém; os homens e as mulheres se educam numa relação dialógica, de saberes e afetos” (FREIRE, 1976, 41).

Tal quadro, com uma visão de educação nova e transformadora, segundo a educadora Maria Tereza:

É cada vez mais urgente e necessária, para a ampliação do conceito de educação escolar visando à constituição de outras sociabilidades e subjetividades mais criadoras, menos submissas aos ditames do capital (TAVARES, 2003, 34)

Na citação da educadora, identifica-se quadro ideal entre educação e cultura, considerando as interligações possíveis entre uma política e outra, os intercâmbios e ações transversalizados entre uma e outra, onde ela destaca Arroyo:

Há novas dimensões de formação humana recolocadas hoje como direitos à educação. A estreita concepção de educação está sendo alargada. Novas dimensões pressionam para ter um lugar legítimo nas propostas de educação escolar. A rigidez da escola resiste à entrada dessas novas dimensões. Há um conflito na escola atual entre uma prática estreita e uma concepção alargada do direito à educação [...]. A escola está fechada em si mesma em seus rituais de transformação, promoção-retenção, enquanto a cidade cria novos tempos -espaços, e rituais públicos de vivências culturais. Uma das demandas mais atuais é por espaços públicos culturais. (ARROYO, 1994, 6)

Durante anos, apesar do reconhecimento da cultura como elemento fundamental para o desenvolvimento social e econômico da sociedade, e mesmo apresentando rico cenário de diversidade e produção cultural, com genuínas manifestações artísticas, o contexto das políticas culturais dos municípios fluminenses se resumia aos eventos (pautados nos calendários religiosos, festas, ritos e datas cívicas escolares) que não se enquadravam na condição de programas, como resultado de uma política cultural planejada.

Em levantamento do IBGE – Ano 2006, referente aos Indicadores Culturais no Brasil, identifica-se nos dispositivos culturais dos municípios fluminenses, que a localização de instrumentos de participação, discussão e avaliação da área cultural da cidade, suas ações e programas culturais, a presença de conselhos municipais de cultura, fundos e leis de incentivo a cultura, apresenta-se nulo, bem como os aparelhos de cultura (teatros, galerias de arte, cinema, biblioteca, espaços de dança, museus). A ausência de tais instrumentos e ações é realidade na maioria dos municípios, evidenciando quadro semelhante de ausências de políticas específicas para o setor.

Nas décadas de 80 e 90, após a criação do Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, poucas foram as mudanças no tocante a formulação e implementação de políticas nos municípios do estado do fluminense: constata-se ausência da presença do estado, onde as leis de incentivo (Rouanet, no nível federal e a Lei do ICMS, no Estado Fluminense) ocupam os balcões de negociação entre poder público, empresas e produtores culturais, reduzindo a prática da cultura na capital, concentrando no mercado, na iniciativa privada aquilo que seria ou não financiado, com nula participação dos municípios em tal movimentação.

Nas administrações municipais, a presença partidária na divisão do “bolo administrativo” engessa a gerência pública, com cenário assistencialista e prática corrente de fisiologismo nas cidades, ocupando espaço demasiado nas mesas de poder: cargos são entregues não pela competência técnica ou afinidades na área, mas na conta matemática dos interesses e influência partidária. Nessa linha, a democratização é entendida como um movimento estabelecido de cima para baixo, capaz de disseminar essa herança em nome da qual se formulam as políticas e a cultura tem espaço dos mais reduzidos na escala dos interesses.

No estado Fluminense, como em outros estados do país, os jovens não encontram trabalho, os desempregados não têm esperança de conseguir emprego no mercado formal, e a maioria dos cidadãos, com baixa escolaridade, teme por seus empregos. Registra-se ainda, renda familiar insuficiente. O sistema de saúde está em crise, da educação, idem. As mulheres sofrem a violência doméstica e social, destituídas dos aparatos institucionais e legais de garantia da sua cidadania. A população afro-descendente, majoritária na região, encontra poucos canais de valorização cultural e socialmente, constitui o grupo mais vulnerável à exclusão social. Micro, pequenas e médias empresas fecham suas portas. A ausência de esperança no futuro gera perigosas lacunas na sociedade, onde a violência é pauta constante nos debates.

Neste contexto político, econômico e social, somados a baixa arrecadação tributária, limitando os orçamentos das prefeituras, a localização da rubrica de cultura encontra-se restrita, e na seqüência deste quadro, identifica-se pouca independência, poucas ações no corpo dos executivos municipais, no tocante as políticas de cultura.

Nesta divisão, a distribuição orçamentária e infra estrutura, obedecem à lógica das pastas prioritárias (educação, saúde e saneamento, por exemplo) onde a cultura, via de regra, esta na lanterninha da fila, sendo quase sempre a primeira a perder o pouco orçamento estabelecido, considerando a sociedade empobrecida e por isso mesmo, tão desigual, no quadro socioeconômico da maioria do estado fluminense. Depois desta estratégia de composição das equipes, orçamentos e estrutura, os municípios ainda apresentam cenários peculiares, atrelados aos feudos em famílias, ao poder econômico de grupos, que se mantêm entre o público e o privado, sem distinção de "ocupação" deste ou daquele espaço. É o quadro recente, atual das políticas de cultura nos estado, fazendo registro do município de Varre Sai:

Varre Sai, pequena cidade ao noroeste do estado fluminense, deve seu nome a um fato local: tropeiros viajantes de passagem pela cidade tinham abrigo certo numa fazenda do lugarejo. Com pouso certo, água e frutas, os viajantes eram saudados pela escrita tosca, à carvão, na parede da sala principal da casa aos fundos da larga fazenda: varre e saí. A saudação-ordem-de-chegada deu nome ao lugar, que na década de 1990, não tinha cinema, biblioteca, teatro, galeria de arte, não tinha livraria e uma extensa lista de "não tem", no tocante aos itens de aparelhos culturais, repetindo na íntegra, em mais de setenta e cinco dos noventa e dois municípios que compõem o estado. Varre Sai traz ainda um dado preocupante, se não pitoresco, que aponta detalhada reflexão de avanço, tensões e paralisia da cultura no estado do Rio de Janeiro, em especial, o interior: na prefeitura

local, a política cultural dividia até o ano de 2003, espaço no mesmo setor, incluindo mesa e gestor, dos "assuntos gerais" do gabinete do prefeito, que englobava dentre outros, os serviços funerários da cidade. (CAMPOS, 2007,215).

Salvo as poucas experiências em algumas cidades, na abrangência do mapa cultural do estado, a cultura continua a ser pensada como um conjunto de práticas ou eventos artísticos, com a reprodução de conhecimentos que pouco influenciam no embate ideológico e na ação cotidiana da política, dentro das administrações públicas. A criação de condições para o desenvolvimento de uma cidadania cultural, com a elaboração de projetos e ações que resultem de programas culturais, potencializando uma política cultural, não é realidade na maioria dos municípios do estado fluminense. O quadro existente em grande parte dos municípios se molda ao mercado dos eventos, à prática de agendas de turismo comercial, à contínua pouca atenção dos chefes de executivo:

Quer pelas urgências que se apresentam nas listas de prioridades das administrações locais, quer pela posição sem conteúdo que destinam para cultura, numa sucessiva repetição de *sem*: sem espaço, sem verbas, sem orçamento, sem equipe (CAMPOS, 2007,215).

As poucas gestões municipais que administram a cultura de forma transversal e sistêmica, reconhecendo que a realização de políticas necessita de orçamento compatível com suas propostas, são casos isolados: não são frutos de uma diretriz geral que possa ser um retrato que se repete no estado. A localização de organismos participativos específicos (conselhos de cultura, paritários e deliberativos, fóruns, conferências e congressos) e a garantia de orçamento mínimo para as gerências de cultura (PEC 150, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe 2% do orçamento para a União, 1,5 % para os Estados e 1,0% para os municípios) são temas e ações bem recentes, a partir da gestão do Ministro Gilberto Gil, em 2003, com a instalação do governo Lula, traçando para os municípios e estados, uma nova agenda de trabalho e conseqüentemente, de organização.

As mudanças no Ministério da Cultura a partir desta data constituem um marco no âmbito das políticas públicas, passando a atuar em sintonia com as grandes questões nacionais, sem perder de vista ações dirigidas nos municípios, inaugurando nova relação e diálogo. Os movimentos e respostas às várias indagações sobre o fazer cultural e o funcionamento da cultura passam a ser

apresentados e discutidos em grande parte por esta recente atuação do Ministério da Cultura, e de algumas secretarias estaduais, *chegando* finalmente nas cidades, o debate nacional de políticas culturais.

Em finais do século XX e início do XXI, mudanças são localizadas em algumas gestões municipais: até 2000, menos de trinta municípios apresentavam unidades administrativas específicas para cultura, mantendo secretarias municipais ou fundações de cultura, com equipe, metas dirigidas de ação, orçamento e a organização de conselhos de cultura, com indagações recorrentes: onde a cidade reflete sobre a sua cultura, quem decide como é fomentada a cultura, como são definidos os projetos e como são avaliados? Onde devem ser aplicados os recursos ou ainda, o que deve ser financiando? Qual papel dos Conselhos de Cultura? Como garantir independência e autonomia para as estruturas administrativas da cultura? No destaque registrado por Adair Rocha:

Os municípios começam a discutir nova pauta para cultura, onde dois fatores são preponderantes: a presença, participação e cobrança da sociedade e atores da área cultural (artistas, técnicos e trabalhadores de cultura) e a própria formação dos gestores, que passam a experimentar nova atuação, com melhor formação e capacitação para o desempenho da função na gestão cultural (ROCHA, 2007, 38).

Assim, uma nova concepção de políticas culturais só será discutida nos municípios nesta década presente, ampliando o debate do estado, com diálogo sendo travados entre poder público e sociedade civil, câmaras legislativas e os “fazedores de cultura”, envolvendo vários atores no processo. É o reconhecimento que existem diversas formas de discutir e formular as políticas culturais, com interação, parcerias e intercâmbios, ainda no destaque de Adair Rocha:

Do ponto de vista das políticas, houve uma expansão da diversidade cultural, gerando demandas onde parte da população deixou de ser considerada apenas público e passou à condição de agente cultural, significando desafio para o poder público (ROCHA, 2007, 46)

Localizando o cenário da cultura fluminense, que se repete como reflexo em varias cidades, um modelo de desenvolvimento tomando a cultura como irradiador deste investimento, desta experimentação, é meta apresentada em alguns fóruns internacionais de cultura: Pitombo (2007) aponta que eventos como o Mundiacult (no México, em 1992), com a proposição do decênio Mundial para o Desenvolvimento

Cultural das Cidades (1988-1997), e a Conferência Intergovernamental de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento e principalmente, a Proclamação da Declaração Universal sobre diversidade cultural, são ações expressivas realizadas para a revisão de conceitos e discussão e implementação de projetos que levassem em conta a dimensão cultural do desenvolvimento a partir do local, das cidades. O que é um desafio pela complexidade dos termos, cultura e desenvolvimento.

Para Milton Santos, as relações da pessoa com o seu espaço são relações temporais, transcendentais e criativas. Assim, a “ geografia existencial de uma cidade implicaria a recriação desse espaço, como o seu espaço de viver” (1998). Neste aspecto, a valorização das políticas públicas de cultura do estado pressupõe, assim, o fortalecimento e reconhecimento da sua autonomia, da sua identidade e pluralidade, como já mencionado, fato identificado em período recentíssimo: muito mais pelas exigências apresentadas pela própria sociedade, a comunidade artística e o novo espaço-local que as cidades vem ocupando no mapa estadual e nacional, do que uma pauta programada nos gabinetes municipais no tocante a formulação de políticas públicas.

2. 3. Políticas e gestão culturais

Por administração pública, recorre-se a conceito genérico, ou seja, “é o conjunto de órgãos do Estado encarregado de exercer, em benefício do bem comum, funções previstas na Constituição e nas leis” (CENEVIVA, 2002,09). Administração pública, como à própria gestão dos interesses da coletividade, é o conjunto de órgãos a serviço do Estado agindo para satisfação de seus fins de conservação, de bem estar individual dos cidadãos e de progresso social. E ainda, administração pública “é o conjunto de meios institucionais, material, financeiro e humano preordenados à execução das decisões políticas: um conjunto de órgãos a serviço do Poder Político e as operações, atividades administrativas” (SILVA, 2006,55).

A Constituição Federal de 1988 também estabelece um comportamento para gestores em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública, a saber o

princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência. Especificamente sobre o princípio da eficiência espera-se que o gestor tenha direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, imparcialidade, neutralidade, transparência, participação e aproximação dos serviços públicos da população, eficácia, desburocratização e busca da qualidade. Neste sentido, o gestor público tem o papel de integrar sua equipe, exigindo eficiência e eficácia na prestação de serviços, agregando novos valores à administração pública em prol de serviços públicos de qualidade (Art.37,CF).

No âmbito do poder público recorre-se aos ensinamentos de Weber sobre as decisões políticas e para ele, elas são influenciadas pela paixão. Contudo, além da paixão, o líder precisa desenvolver e se guiar pelo seu senso de responsabilidade e avaliar as conseqüências de seus atos. O político analisa, sempre, os interesses e a direção do governo, a correlação de forças (e seu poder real de realizar inovações) e sua capacidade de convencer ou impor sua vontade às pessoas e grupos políticos.

Mesmo que o sistema estipulado pelas forças políticas, crie impedimentos para real prática democrática, o gestor pode se utilizar de gestão participativa, onde as decisões tomadas não são exclusivas dele, são descentralizadas, sem obedecer a uma hierarquia: o gestor na condição de líder. Igualmente às empresas privadas, a administração pública também requer a presença marcante de um líder.

A capacidade de liderança seja na área pública ou privada exerce uma grande influência em um ambiente de trabalho, indivíduos e grupos de pessoas. Sem o poder de persuasão que o líder impregna em sua equipe de trabalho, dificilmente os objetivos são alcançados, já é comum à resistência de alguns integrantes do grupo, que geram movimentos contrários à cooperação, inclusive com a presença de conflitos, sendo assim necessárias ações para minimizar as divergências e direcionar estratégias para a colaboração da grande maioria dos funcionários.

Considerando tais definições de liderança e administração pública, constata-se que é comum a noção de que os líderes são indivíduos que, por suas ações, facilitam o movimento de um grupo de pessoas rumo a uma meta comum ou compartilhada. Ou seja, é um processo de influência. A liderança é de suma importância, pois através dela, se é possível atingir os objetivos em conjunto aos

demais, é a capacidade de influenciar outras pessoas para que se possa fazer aquilo que se precisa ou se deseja. O líder - gestor é responsável pelo envolvimento dos funcionários em todas as fases das funções administrativas, influenciando e motivando.

Liderança deve ser pensada como uma habilidade para inspirar pessoas. Enquanto que gerenciamento está voltado para materiais, produtos. O objetivo da liderança é elevar o potencial humano. Aqui localizamos em especial, o gestor cultural: um líder, com atuação específica na área, unindo quatro fatores: conhecimento, habilidades, atitude e interesse.

O contexto histórico, social e político que levou o cenário das relações sociais no campo da cultura e, conseqüentemente, à constituição da gestão cultural como campo profissional, deve ser considerado a partir da década de 1990, quando o quadro cultural institucional brasileiro estava em pleno processo de redefinição de suas bases estruturais, e espaços específicos estavam sendo criados.

As instituições públicas e privadas de cultura no Brasil estavam em acelerada reformulações, a partir da criação das primeiras Secretarias Estaduais de Cultura (Minas Gerais, Paraná e São Paulo) e o próprio Ministério da Cultura, em 1985, atendendo ao cenário da sociedade contemporânea, que apresentava uma nova complexidade na cultura, aqui já mencionado.

Junto com os setores culturais das diferentes áreas públicas e privadas, surgia uma “definição” de gestão cultural: uma organização do setor de cultura, dando seqüência a novo cenário tanto no processo de criação artística quanto no âmbito da produção e conceito cultural, como destaca Gilberto Gil, em discurso no *Seminário Cultura para Todos* (UERJ, 2003) “gestão cultural não é só gestão de recursos financeiros ou materiais. É gestão de recursos humanos, criativos, de conceituação.”

A definição de gestão cultural como uma terminologia para designar área de atuação de uma categoria profissional, tem destaque e importância nos países ibero-americanos, a partir dos meados da década de oitenta (período da criação do Ministério da Cultura no Brasil e as primeiras secretarias estaduais) onde destaca-se a tese de Martinell:

Quienes consideran que existen transformaciones - importantes em la dimensión cultural que insinúan la búsqueda de una expresión próxima a la actual praxis cultural. Advirtiendo en todo momento que lo gestionable en

la cultura sólo puede entenderse a la luz de lo no gestionable, ya que la libertad, la autonomía y la independencia de los procesos culturales no son gestionables. (MARTINELL, 2002, 7).

Situando que gestão cultural não é intervir na liberdade de expressão individual ou de grupos artísticos, mas sintonizar idéias, realidades e recursos para tornar mais eficiente e eficaz a ação proposta. Ainda segundo o autor, a ação da gestão com a cultura, fazendo a soma de uma *gestão cultural*, está assim posta:

Gestionar significa una sensibilidad de comprensión, análisis y respeto de los procesos sociales. Capacidad de entender los procesos creativos y establecer relaciones de cooperación con el mundo artístico y sus diversidades expresivas. La gestión de la cultura implica una valoración de los intangibles y asumir la gestión de lo opinable y subjetivo. La gestión de la cultura ha de encontrar unos referentes propios de su acción adaptándose a sus particularidades y encontrar una forma de evidenciar, de forma muy diferente, los criterios de eficacia, eficiencia y evaluación.” (MARTINELL, 2002, 7).

Identifica-se que o processo deste setor, está em construção, ou mesmo o segmento, enquanto área profissional: a gestão cultural, dentro da realidade sócio cultural e econômica vigente, é uma novidade, operando sua formação-construção, enquanto a própria ação se desenvolve e é executada. Quer pelo espaço-local que a cultura se localiza, quer pelo seu próprio conceito e definição na sociedade, nos espaços das administrações públicas e privadas, onde os calendários e variadas atividades, não podem parar.

2. 3. 1 Gestores de cultura: quem são?

O gestor cultural, como a própria concepção recente para gestão cultural, é resultado da experiência construída no cotidiano das práticas culturais e constituiu-se em acontecimento a partir deste cotidiano. Os sujeitos foram levados pelas circunstâncias e oportunidades ao ofício próprio de gestor cultural, com uma e outra presença identificada no final da década de oitenta, passando na década seguinte e início do século XXI, por uma escolha já consciente de inserção como profissionais de gestão cultural, mediante a formação sistemática e o reconhecimento dos pares, apresentando-se de modo mais objetivo e direcionado, como escolha profissional. A

figura do gestor cultural foi resultado da própria organização e constituição do setor de gestão cultural: as demandas e exigências da área foram impondo um profissional para este lugar, alguém que ocupasse este espaço, com perfil peculiar para tal papel.

A geração que se formou no fim da década de 1980 e início da década de 1990, apresenta marcas de autodidata: a partir de experiências práticas no dia-a-dia do trabalho (discussões, debates públicos, seminários, agendas diárias de trabalho, pesquisa e experimentações). É um processo contínuo de experiência cotidiana nos diversos ambientes culturais, nos quais atuaram profissionalmente, não apresentando inicialmente objetivação ou, pela condição de ser um “gestor cultural”, na verdade tal profissional foi sendo construído, sem cartilhas prévias ou fórmulas premeditadas.

A oficialização da função de gestor cultural para o campo profissional era tratada como consequência de acontecimentos casuais, compostos a partir da experiência em outras carreiras, atuando na cultura ou em conjunto, quase sempre ligados a educação, a produção cultural, a áreas artísticas, por exemplo.

Destas somas e vivências, vão sendo “transformados” em gestores culturais, ou vão se transformando em gestores culturais: na maioria dos casos, pessoas com militância cultural ou ligação na área, atuação anterior em agendas de cultura, ou mesmo atividade profissional extra, como os artistas, intelectuais, professores ou produtores de cultura, que passam a ser convidados para assumir o papel de responsáveis do setor de cultura nas instâncias públicas municipais, estaduais e federal, em formação - organização: são as assessorias, coordenações, superintendências, diretorias, departamentos, subsecretarias, secretarias e fundações de cultura.

Pela passagem recente na construção deste profissional, e considerando a forte presença do produtor cultural, cabe ressaltar que a experiência cotidiana de trabalho na produção cultural, gerou a formulação de conhecimentos necessários para se estruturar o próprio processo de formação atual dos gestores culturais. Há igualmente que considerar a troca de papel entre um e outro, destacando recentemente, a diferença entre produtor e gestor cultural, estando tal quadro de profissões contemporâneas ainda em processo de constituição como campo profissional.

A identificação entre os dois profissionais, o produtor e o gestor cultural, começa a ser localizada justamente quando se altera o cenário cultural no Brasil, onde a figura do produtor, na década de oitenta e início de noventa, ditava as regras diante das exigências nos encaminhamentos de projetos para as leis de incentivo no país e estados, onde a presença do estado com políticas culturais, era nula diante da presença marcante da iniciativa privada no financiamento da cultura sob as leis de isenção fiscal.

Quando o estado começa a estabelecer nova pauta e mesmo, projetar o debate de políticas culturais no que diz respeito à formulação de programas e linha de ação, surge o gestor de cultural, com perfil diferente daquele do produtor, como destaca Maria Helena:

Além de ser um profissional estratégico, o gestor cultural deve dominar o processo de desenvolvimento da gestão cultural, definindo programas, políticas e conceitos, tanto de projetos ou de instituições culturais. Figura que evidencia um planejador, articulador, agregador e mobilizador, ainda destacando olhar sensível no mundo da arte e conhecimentos pontuais das linguagens artísticas, diferenciando o gestor cultural, de outros gestores. (CUNHA, 2007, 114)

Outras denominações ainda são atribuídas para esses profissionais, como: mediadores de cultura, administradores e agentes culturais, animadores culturais. Neste contexto, avaliando o perfil e condições para exercer a função de gestor cultural e ainda a não exigência de formação específica na área, pode-se afirmar que uma série de profissionais como advogados, economistas, administradores, historiadores, comunicólogos, antropólogos, jornalistas e vários outros, podem atuar na função de gestores de cultura, conciliando ainda com suas opções acadêmicas de formação, aplicando estes conhecimentos no próprio campo de trabalho em cultura, que se apresenta como setor interdisciplinar.

A compreensão da lógica própria do campo artístico é fundamental para tal atuação, pois estarão lidando diretamente com a linguagem cultural, que é bastante subjetiva, peculiar, dentre os demais setores da administração e/ou gestão. O início da profissionalização da gestão no mercado cultural vem atrelado diretamente à necessidade de formação de seus agentes, considerando o ineditismo da “função” e mesmo da própria atividade, como afirma Martinell (2002, 21) “não se configuran a partir de un proceso planificado en el que las instituciones formativas se dedican a preparar las nuevas figuras profesionales que la sociedad necesitara”.

É no próprio cotidiano do trabalho, o espaço para a reflexão, durante o exercício prático da atividade como gestor cultural. É o aprender fazendo, é o “comer enquanto se está assando”, ou ainda, trocar o pneu com o carro em movimento.

Assim, durante a metade final da década de 1990 e início do século XXI, os gestores culturais ainda buscavam de forma autodidata, formação específica e contínua para atuarem profissionalmente no setor, tendo como referência o exercício prático e a elaboração conceitual construída a partir de sua própria experiência. Tal período é considerado como um período de transição, na afirmação de Albino Rubin:

Em meados da década de 1990, constata-se o surgimento de uma demanda de formação que alia a prática profissional à possibilidade de uma reflexão mais sistemática, esse fato permitiu a construção de referências coletivas, identificando um campo comum de atuação profissional, a geração mais recente de gestores culturais, começou a atuar de forma efetiva a partir de 1999, início do século XXI, onde se localizou estruturas organizacionais do sistema público de cultura bem mais delimitadas e, ao mesmo tempo, um mercado mais atuante no que diz respeito à participação no processo de investimento, à criação, à produção e ao consumo de bens culturais. (RUBIM, 2007, 27)

Recentemente a entrada no campo da cultura veio do processo de formação por meio de cursos, com conhecimentos mais sistemáticos sobre o fazer do gestor cultural. Esse foi um período que iniciou o processo de estruturação de cursos acadêmicos (especialização, extensão, graduação e pós-graduação) em algumas regiões do Brasil, entre iniciativas públicas e privadas, indo além de cursos esporádicos.

Tais cursos não nasceram como exigência para atuação no campo profissional da gestão cultural, até por não serem obrigatórios para o exercício da função, nem por parte do governo, nem do mercado, mas principalmente pelos próprios gestores de cultura, interessados na sua própria formação e capacitação. Em alguns casos, surgiram da iniciativa dos próprios gestores, uma vez que a ausência de uma política de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura (nos diferentes níveis federal, estadual e municipal) permanece sem solução, como registra Albino Rubim “consistindo um dos obstáculos para a institucionalização do Ministério e uma gestão mais qualificada e profissionalizada das instituições culturais no país” (2007, 32).

E no processo em curso, onde a figura do gestor cultural é tão recente quanto o próprio exercício da gestão cultural, registra-se o destaque de Roberto

Conduru (2003, 155) sobre “localizar as pessoas aptas para este papel, esta função, onde o gestar é administrar, com quais pressupostos se autoriza alguém a conduzir os caminhos da cultura?” ou ainda, o *Discurso Competente*, onde Marilena Chauí (2001,7) escreve que “não é qualquer um, que pode dizer a qualquer outro, qualquer coisa, em qualquer lugar e em qualquer circunstância”.

A presença do gestor cultural faz parte do novo cenário cultural brasileiro, com estados e municípios, instituições e entidades, trabalhadores e técnicos de cultura vivenciando o tempo presente da história, onde “construção” é a palavra chave. Nesse ambiente, inicia-se o caminhar da constituição profissional do gestor cultural.

3. METODOLOGIA DE ESTUDO

Delineados os fundamentos teóricos da pesquisa, traçam-se nas próximas páginas, as orientações metodológicas que foram adotadas de modo a garantir a cientificidade do trabalho e o alcance dos objetivos propostos.

Assim, neste capítulo apresentam-se o delineamento da pesquisa, os tipos e fontes de dados, as formas de coleta e as técnicas de tratamento desses dados.

3.1. Delineamento da pesquisa

A pesquisa qualitativa é a opção neste projeto, pois como coloca Merriam (1998, 6), “pesquisas qualitativas estão baseadas em uma visão que a realidade é construída por indivíduos interagindo com seu mundo social, pesquisadores qualitativos estão interessados nos significados que as pessoas constroem na relação com as outras pessoas, e com o mundo em que vivem”.

A pesquisa qualitativa mostra ser adequada quando o objeto de estudo mostra nuances complexas de natureza social afirma Minayo (2003), e não há como entendê-lo ou analisá-lo por meios de dados quantificáveis, isto é, quando o problema não depende do número de vezes em que uma variável aparece, mas sim no contexto em que se apresenta. Por estas razões esta forma de compreender a realidade é a mais adequada para responder ao problema desta pesquisa. O principal produto da pesquisa qualitativa é o argumento, fruto da combinação de descrição e interpretação. A descrição, na qual ela se apóia, mantém uma relação

de equilíbrio com a análise e a interpretação. Assim, o argumento não necessita afundar num acúmulo excessivo de dados, mas sim dar-lhe o devido tratamento analítico para descrever e explicar o fenômeno.

O historiador tem acesso às práticas sociais do passado principalmente através de textos (CHARTIER, 1990). Mas o fundamental no trabalho do historiador é procurar entender as relações entre o texto e as práticas às quais ele se refere. Nesse sentido o texto foi pensado como mediação, e não, portanto, entendido como possuindo uma identidade imediata com as práticas.

Esse tipo de pesquisa é desenvolvido em íntima relação com a realidade em investigação, em quase todos os estágios, o que inclui idas ao, e vivência no campo nomeadamente, o que foi vivenciado pela pesquisadora antes e no decorrer desta pesquisa.

A presença e visitas ao campo empírico foram sempre complementadas por leituras de textos da área de história, da história cultural, das políticas, das políticas culturais e gestão cultural, enfatizando a opção por um olhar multidisciplinar que abrange áreas como a sociologia, a ciência política, a educação e a filosofia.

Determinada a linha mestra que guia este trabalho, foram percorridas as etapas de pesquisa necessárias à construção de uma interpretação da realidade para responder o problema de pesquisa formulado. Para compreender as transformações ocorridas no campo da cultura de São Gonçalo, em um de seus aspectos em particular como evidencia o problema de pesquisa, foi necessário conhecer e descrever a história desse cenário, ou seja: como se encontram, numa perspectiva histórica, as políticas culturais no Brasil e na cidade fluminense em observação.

Como pesquisadora e pesquisada há que mencionar os momentos /estados que balizam a dimensão empírica desta investigação, que se estendem de 2001 até à data atual e cujo fio condutor é a atuação da pesquisadora como gestora, agente cultural, tomadora de decisões e organizadora, mas também participante, das ações de formação.

O primeiro momento na Secretaria Municipal de Cultura na cidade de São Gonçalo, ao ocupar funções durante os quatro anos subseqüentes (diretora executiva e vice presidente da Fundação Municipal de Artes - FASG, Subsecretária e Secretária de Cultura) No segundo momento, como diretora-fundadora da Comissão Rede dos Gestores de Cultura no Estado Fluminense, a COMCULTURA,

e, ao mesmo tempo, aluna do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (MEC / Ministério da Cultura - MinC / Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ / Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro – SEC RJ / Comissão Estadual dos Gestores de Cultura - COMCULTURA RJ). O terceiro momento que tem interferência com este trabalho é o papel exercido como dirigente do Partido dos Trabalhadores na Secretaria Nacional de Cultura e, o quarto momento, como mestrande, ao traduzir as experiências vivenciadas para as exigências acadêmicas da pesquisa científica.

Sendo assim, esta pesquisa, além de responder ao problema que a norteia, é também resultado da participação de muitas mãos na construção deste tempo da história que atravessa esta investigação, sujeitos reais e identificáveis na minha própria história e trajetória cultural. Desempenho aqui, como pesquisadora, o papel de interlocutora, testemunha e participante deste processo, neste pequeno espaço de tempo da história das políticas públicas de cultura no Brasil, em especial no Estado Fluminense. Dessa maneira, no campo teórico pretendo contribuir, com esta investigação, num fazer acadêmico não estéril, trazendo para as discussões teórico-empíricas da produção acadêmica em História e outras áreas das ciências humanas, temas que me preocupam e angustiam, me interessam e alimentam enquanto cidadã.

3.2. Fontes e coleta de dados

Nesta pesquisa fez-se uso de dados secundários e dados primários. Enquanto os dados secundários são preexistentes à pesquisa, organizados e estruturados por outros por meio de banco de dados, arquivos, relatórios, publicações de grande divulgação ou científicas, dissertações e teses, os dados primários são obtidos diretamente pelo pesquisador a partir de informações por ele coletadas, sintetizadas e interpretadas.

A principal fonte de dados secundários foi o acervo de documentos acumulados e ordenados ao longo de anos de participação no cenário cultural em causa, composto principalmente de: atos oficiais, documentos oficiais de políticas públicas de cultura, relatórios, atas de reuniões, relatos de encontros e fóruns, decretos e portarias, textos de leis, relatórios de gestão, programas de governo sobre cultura e educação, entre outros.

Também foram consultadas matérias jornalísticas, sites da internet e anotações próprias realizadas quando da participação nos diversos eventos que compuseram o cenário da cultura fluminense no período de tempo em estudo.

A coleta destes dados, para além do acervo mencionado, representou um trabalho de sistematização das informações enquanto dados para a pesquisa. Para além disto, foram usados trabalhos acadêmicos, como dissertações e teses, cujos temas tangenciavam este problema de pesquisa a partir de outras perspectivas, bem como textos elaborados por autores não acadêmicos (gestores culturais, formuladores de políticas culturais, jornalistas, artistas e trabalhadores de cultura, intelectuais e escritores), cujas vivências enriqueceram o esforço multidisciplinar desta pesquisa.

Os dados primários para além da vivência relatada, foram obtidos a partir de entrevistas semi-estruturadas e questionários.

O uso de entrevistas com diferentes informantes-chave, foi outra forma de consolidar e confrontar os resultados obtidos nos dados secundários, bem como dar voz de modo especial aos gestores de cultura, captando seus discursos e avaliações. Somando-se a tal coleta, os meus acúmulos de trabalho de investigação-vivência no campo, enquanto pesquisada e pesquisadora.

No período que delimita este estudo participei de reuniões, seminários, congressos, conferências, palestras, cursos, fóruns, colóquios, audiências e solenidades focados especificamente na gestão e nas políticas culturais, em nível municipal, regional, estadual e nacional como dirigente, mediadora, consultora, gestora, pesquisadora, palestrante, representante oficial, delegada e/ou participante legal, ouvinte, convidada e, deste modo, participando *in loco* no campo. Com esta participação direta, dados e informações foram registrados, arquivados e ordenados, resultando no acervo que constitui uma das fontes de dados usada.

Esta presença direta garantiu acesso privilegiado a várias informações e pessoas, o que facilitou a obtenção das entrevistas e questionários.

Foram realizadas 10 entrevistas semi-estruturadas – usando uma forma mais espontânea e aberta de perguntar com roteiro orientador aberto para oferecer orientações gerais, mas com flexibilidade para incluir questões não previstas, que o decorrer da pesquisa exigisse – com duração média de uma hora. E 40 questionários enviados, dos quais 30 respondidos por escrito pelos informantes,

retornados por Internet, pessoalmente, ou por fax. Assim foram entrevistados ou questionados os seguintes tipos de informantes (informações detalhadas em anexo):

- Prefeitos e Prefeita de São Gonçalo (1993 a 2005)
- Secretários, subsecretários, diretores, superintendentes, coordenadores e assessores municipais de cultura de São Gonçalo (1993 a 2005)
- Participantes do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (2002 a 2005)

A amostragem realizada foi do tipo intencional (MERRIAM, 1998), visto que foram escolhidos propositadamente indivíduos que detiveram cargos à frente da prefeitura e na direção dos órgãos de gestão da cultura em São Gonçalo, no período em análise, bem como indivíduos que participaram dos seminários de formação de gestores da cultura. Os roteiros das entrevistas e os questionários encontram-se em anexo.

3.3. Tratamento dos dados

A pesquisa procurou compreender as mudanças nos entendimentos da cultura através da interpretação das ações do estado brasileiro na área, assim como mudanças de significado na própria noção de cultura ao longo da história, enfatizando o contexto nacional. Depois, um maior aprofundamento às implicações disso nos discursos das políticas municipais de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Por fim, analisou como os gestores culturais se apropriam desse discurso em sua prática cotidiana, sua capacitação e os desdobramentos desse processo. Esse percurso foi feito acompanhando as mudanças em curso, mudanças essas que engendram novas práticas culturais e novas formas de pensar e viver a cultura.

Assim, este trabalho segue a abordagem construtivista de pesquisa que, em linhas gerais, defende que a pessoa não acha ou descobre conhecimento, mas sim constrói, contribui e inter-relaciona. É a partir desta perspectiva que prossegui na construção desta investigação, numa reflexão através de novas concepções do que seja discurso e prática, para então se pensar em novas concepções de praticar o organizar, elaborar e formular políticas de cultura.

Em verdade a análise dos dados ocorre em paralelo à coleta – ainda que no texto escrito, tenha que ordenar as partes para torná-lo mais claro ao leitor – o que permite uma constante avaliação da validade dos dados, melhoria permanente da

forma das entrevistas e redirecionamento da coleta para complementar dados que precisam ser confirmados ou cotejados com outros.

A partir de uma concepção histórica e interpretativa da realidade do cenário cultural brasileiro e de um município em particular, a análise dos dados foi realizada, principalmente, com base na interpretação do discurso dos entrevistados – seja na forma de entrevistas ou de questionários - e também por meio da análise documental dos materiais usados, de forma a complementar e confirmar a interpretação.

Em «A Ideologia Alemã», Marx e Engels (1982, p.38) registram que “desde que se apresente este processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos”. Sem fazer qualquer comparação, mas tomando o registro como aprendizagem, a história aqui figura como um elemento que além de possibilitar a contextualização, explica. Por essa interpretação (apesar da história se mover por leis necessárias e objetivas) possuir o lado subjetivo, político, social, que destaco o papel da narrativa histórica neste trabalho, dando-lhe um contorno e fundamentação de história cultural: os fatos, sua contextualização, as pessoas como agentes e construtores da história, os tempos da história e as construções sociais.

Em suma, o tratamento dos dados foi feito a partir da análise interpretativa ao confrontar discursos e práticas, entendendo-os como em permanente construção mútua que, em verdade, percorre toda a interpretação que é retratada no capítulo seguinte.

3.4. Limitações da pesquisa

Todas as pesquisas têm limitações visto que é impossível, principalmente se há que atender a prazos acadêmicos, abranger todas as facetas da complexa realidade histórico-social da atualidade, bem como todas as possibilidades de interpretação ou perspectivas. Neste caso, as limitações que há que mencionar situam-se, no meu entender, num elemento que, ainda que de grande valia por conferir amplo conhecimento da realidade em análise, pode em outros aspectos imprimir um viés não controlado nas interpretações: meu papel de participante do processo estudado. A prática e a vivência no tema abordado impuseram ajustes entre o empírico e o teórico. Todas as medidas para garantir a necessária objetividade foram tomadas, mas sempre é possível algum ou outro momento de

tomada de posição que, aliás, não fará mais do que fazer jus à atualidade apaixonada do tema.

4. INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo tem início a parte empírica desta pesquisa cujo palco é a cidade de São Gonçalo, local de acontecimento foco deste trabalho, considerando a influência da capacitação de gestores de cultura na formulação e execução de políticas de cultura na cidade.

Para realizar esta etapa e por meio dela responder ao problema de pesquisa proposto, começo com o retrato da história da formação histórica, econômica, social e cultural da cidade de SG, seguindo para discussão sobre as políticas e a gestão cultural na cidade. Em seguida são discutidas as ações de capacitação dos gestores de cultura no estado fluminense, em particular, o caso do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Por fim serão discutidos os desdobramentos destas intervenções educativas no contexto da elaboração e efetivação das políticas culturais em São Gonçalo.

4.1. Um retrato da história gonçalense

Considerando o cenário político cultural de São Gonçalo, através de análise nos anos de 1993 a 2005, uma breve retrospectiva histórica é necessária para situar o contexto da cidade. A partir dos últimos anos do século XX, novas publicações e pesquisas da historiografia gonçalense são identificadas, somando-se com as poucas publicações anteriores, consideradas “clássicos” já esgotados, com acervo nas bibliotecas pessoais, algumas bibliotecas de escolas, faculdades, na biblioteca nacional e especialmente, no Instituto Gonçalense de Memória, Pesquisa e Promoções Culturais - MEMOR.

Uma contribuição de 1999, do Laboratório de Pesquisas Históricas / Faculdade de Formação de Professores – FFP, Universidade Estadual dos Rio de

Janeiro - UERJ (unidade São Gonçalo), o “Guia de fontes para a história de São Gonçalo”, traz registros para pesquisa da cidade, com um “itinerário” já percorrido na cidade e fora dela. Relatos orais, atos oficiais, trabalhos acadêmicos de dissertação de mestrado e tese de doutorado, bem como uma apostila pessoal de trabalho, composta nos anos de 1982 a 1984 (quando iniciava trabalho de professora de história nas escolas gonçalenses) complementam o material base que substanciou a composição deste retrato histórico do município.

A breve composição apresenta o “caminhar” de São Gonçalo para o final do século XX e início do século XXI, onde situo o cenário local da política cultural com os elementos chaves da análise aqui proposta: gestão cultural, capacitação de gestores e políticas culturais.

Baía de Guanabara: nas margens opostas à cidade do Rio de Janeiro, na região conhecida desde o século XVI até meados do século XIX, por Bandas d’Além, “ é o cenário de origem da cidade de São Gonçalo, inicialmente habitada pelos índios Tamoios, com domínios até Angra dos Reis, naquele período “ (MOTTA, 1989). De 1500, considerando o período do descobrimento do Brasil pelos portugueses, a chegada do capitão Francisco Dias da Luz, no local que hoje é denominado praia da Luz, na Ilha de Itaoca, situa-se o começo da história gonçalense, no decorrer do século XVII. E o local de construção da primeira capela da cidade, considerada uma das mais antigas do Brasil¹.

Gonçalo Gonçalves, natural de Amarante (Portugal), começa o processo de fundação da cidade quando recebe doação de uma sesmaria, no lado oriental da Baía de Guanabara, iniciando em 6 de abril de 1579, processo de exploração, da área, a partir da construção de uma capela dedicada ao santo português São Gonçalo D’Amarante. Vinte anos após a morte do fundador que batiza o nome da cidade, com uma população de seis mil habitantes e ocupando área de 52 Km², São Gonçalo é elevada à condição de Freguesia, em 1647, tornando-se parte da Vila Real da Praia Grande, denominação de Niterói, até as primeiras décadas do século XIX. (GUIÃO HOMERO, 1973)

A data da fundação nas décadas finais do século XVI, é motivo de debate entre alguns historiadores e pesquisadores, que registram ser esta a data que marca o “nascimento” da cidade, a partir de sua fundação e não de sua emancipação

¹ Informação oferecida oralmente por Dona Alda Gomes, moradora do local há cinco décadas e guardiã da Capela, em Setembro de 1988.

política, três séculos mais tarde. Tal fato confere a São Gonçalo uma história de quase quatro séculos e meio.

Visando a facilidade de comunicação, a sede da sesmaria foi posteriormente transferida para as margens do Rio Imboáçu, onde foi construída uma segunda capela, da Matriz. O conjunto de marcos históricos remanescentes do século XVII inclui a Fazenda Nossa Senhora da Boa Esperança, em Ipiíba, o Engenho Pequeno, a capela de São João no Porto do Gradim, a Fazenda do Colubandê, e a Capela e Fazenda da Luz, em Itaoca: lembranças e relíquias de um passado colonial em São Gonçalo. (MOTTA, 1989)

A Freguesia de São Gonçalo do Amarante começou a se tornar política e economicamente importante em 1808, com a chegada da Família Real na cidade do Rio de Janeiro, que se torna a mais importante cidade do país no período: São Gonçalo era importante fornecedora de alimentos e produtos para o Rio de Janeiro, estabelecendo relações comerciais variadas com a capital do País, além dos processos de urbanização que são operados com o aumento populacional na capital, sendo São Gonçalo diretamente atingida por tal cenário. Segundo Motta, com o grande aumento populacional do Rio de Janeiro, e a conseqüente falta de gêneros alimentícios na cidade, medidas foram adotadas pelo Rei D. João VI:

Recrutamento obrigatório para a formação de uma milícia de tropeiros e condutores de gado para o comércio de mantimentos, construção de trapiches e armazéns para a circulação e estocagem de alimentos, por último, a reestruturação econômico-produtiva das regiões das Bandas d'Além para a produção de gêneros alimentícios. (MATA e SILVA, 1995)

São Gonçalo tinha estratégica localização geográfica, e terras apropriadas ao cultivo, fatores fundamentais para ocupar importante papel de “fornecedora” da capital, o Rio de Janeiro e mesmo a vizinha Niterói.

o desenvolvimento das freguesias localizadas nas Bandas d' Além, foi acelerado devido à proximidade com o Rio de Janeiro, pois essa cidade exerceu crescente influência sobre as áreas ao seu redor, sendo fator determinante de expansão e modificação das atividades produtivas nas regiões circunvizinhas. O fato de contar com muitos portos em sua orla, possibilitava aos fazendeiros locais a escoagem e a circulação de mercadorias, o que tornou São Gonçalo do Amarante, durante quase todo o século XIX, o principal mercado abastecedor de produtos hortifrutíferos para as cidades de Niterói e Rio de Janeiro. (MATA e SILVA, 1995)

O local hoje conhecido como “centro da cidade” tem origem nas aglomerações em torno das estações ferroviárias, próximas a igreja matriz de São Gonçalo: as estações surgem por conta da cultura do café, em finais do século XVIII, trazendo com elas o povoamento ao longo das estações de trem (como Guaxindiba, Alcântara e Porto da Madama). No registro da educadora, sobre o centro da cidade, destaca-se:

O centro da cidade – o Rodo (refere-se ao fato de que, nesse período, os bondes só trafegavam até aquele ponto, sede administrativa, ali rodando em torno da praça para o retorno) viveu nesse período um grande desenvolvimento econômico-cultural, com a circulação das pessoas e dos objetos, possibilitando um maior fluxo das idéias. A cidade começa a se metropolizar. Esse tipo de ocupação da cidade, que tomou forma da periferia para o centro, produziu um crescimento urbano desordenado, que explica, por exemplo, o desenvolvimento das áreas de Neves e Alcântara, em contraposição ao Centro de São Gonçalo, o que ainda é visível na atualidade, vide a importância comercial do bairro de Alcântara. (TAVARES, 2003)

Identifica-se o crescimento desordenado e sem planejamento da cidade, durante os séculos XVIII e XIX, criando desde aquele momento, o cenário periférico que a cidade apresentaria no século seguinte. A posição de “abastecedora” da vizinha Niterói e da capital do país, não apenas com “gêneros alimentícios”, mas também com mão de obra, estabelece ao longo da história profunda dependência com relação a estas áreas vizinhas, gerando vários problemas para a cidade, no tocante ao seu desenvolvimento e estruturação urbana, social e econômica (BRAGA, 1997). A população de São Gonçalo recorre a Niterói e Rio de Janeiro para atividades diversas, quer de consumo (compras e lazer) e mesmo mercado de trabalho. Na segunda metade do século XX, a condição de “cidade dormitório” era referencia corrente para cidade.

A Vila Real da Praia Grande (Niterói) como centro comercial e de negócios para o gonçalense e logo depois, o Rio de Janeiro, mais as precárias condições de transporte dentro da própria freguesia, são fatores que contribuíram para que grande parte do consumo de São Gonçalo fosse realizado nos centros comerciais de Niterói e Rio de Janeiro, e conseqüentemente, ampliando o desenvolvimento destes centros comerciais, em detrimento da própria cidade gonçalense. (GUIÃO HOMERO, 1968)

Com o desenvolvimento político-econômico, em especial pela atividade agrícola, a Freguesia é elevada a distrito da Vila Real da Praia Grande em 1819: a ampliação das atividades comerciais, explorando a posição geográfica estratégica às

margens da Baía de Guanabara é fator de destaque nas primeiras décadas do século XX, onde 30 engenhos já estavam exportando através dos portos de Guaxindiba, Boaçu, Porto Velho, Gradim e Ponta de São Gonçalo (décadas de 1840 e 1850) gerando intensa movimentação na Freguesia.

Paralelamente, o processo de emancipação política era construído, fruto do desenvolvimento econômico iniciado no início do século XIX, atrelado ao pensamento de uma identidade gonçalense, de uma conscientização política, com vistas a protagonizar sua própria história. (PALMIER, 1940)

Após mais de um século de dependência política de Niterói, a Vila de São Gonçalo é desmembrada, sendo emancipada e elevada à categoria de município em 1890, no dia 22 de setembro.

Aos 22 de setembro de 1890, São Gonçalo sobe à categoria de Município. No Decreto nº 124 do mesmo dia, o Dr. Francisco Portela, então Governador do Estado do Rio de Janeiro, decreta a emancipação político-administrativa. (Aguiar, V., O São Gonçalo, 21, 22 de setembro de 1988, 4)

A tentativa de desvinculação de Niterói é fato importante neste desmembramento territorial, considerando a necessidade de atitudes geradoras de uma identidade gonçalense, dificultada pela dependência de décadas junto a vizinha Niterói, que apresentava quadro de desenvolvimento avançado em relação à antiga freguesia:

Assim, mais do que uma emancipação de ordem territorial, esse processo de ordem também simbólica procurou instituir a gênese de uma identidade gonçalense, tornando o povo protagonista desse processo, ao conseguir desvincular-se do povo niteroiense. A tematização desse acontecimento, até hoje procura recriar a identidade do povo gonçalense, desenhando-a de maneira oposta à do niteroiense, processo pelo qual a cidade se libertaria do sufocamento (TAVARES, 2003).

Uma seqüência de decretos e portarias no final do século XIX e início do século XX, suprime, reincorpora, restaura, suprime, e por fim, declara os foros de cidade a São Gonçalo, criando cenário de situação instável na sua configuração administrativa, durante quase quarenta anos: os prefeitos se revezam, em curtos mandatos que são interrompidos ou suspensos. Finalmente, em plena crise mundial de 1929, a Lei nº 2335 de 27 de dezembro concede a categoria de cidade a todas as sedes do município, iniciando de forma mais tranqüila, sua trajetória com seus seis distritos: São Gonçalo Sede, Ipiíba, Monjolos, Neves, Sete Pontes e Itaipu, esta

última área é reincorporada à Niterói anos mais tarde, numa redistribuição de terras no Estado Fluminense: São Gonçalo perde sua praia oceânica (MONTEIRO, 1993).

Gradativamente, a paisagem rural do município começa a sofrer grandes alterações. Aos poucos, as novas atividades comerciais e industriais foram substituindo o sistema de produção agrária, produzindo uma nova paisagem, um novo retrato, mudando aos poucos de área rural, para urbana, principalmente no centro e em alguns lugares, como o bairro de Neves, que concentra desde a década de 20, posição estratégica (porto e ponto final da estação de trem) para instalação de indústrias, que garante a cidade o título de “Manchester Fluminense”, citado pelos historiadores e ainda, nos relatos de gonçalenses que viveram tal período: a cidade possuía o mais importante parque industrial do Estado do Rio no período da década de 40 (SILVA, 1980).

No período da 2ª Grande Guerra Mundial (1936/1942), São Gonçalo, cresceu de forma meteórica. Com as grandes fazendas, sendo desmembradas em sítios e chácaras, mão de obra barata e abundante, grandes áreas, além da proximidade com a capital, o que facilitava o escoamento da produção, a cidade tornou-se solo fértil ao desenvolvimento. O município teve grande arrancada para a urbanização, com calçamento das principais vias, ligando Niterói ao Alcântara (PALMIER, 1951). Nas décadas seguintes, os bairros fora do centro e das áreas de movimentos, não acompanham tal “arrancada”, apresentando falta de estrutura básica: saneamento, ruas calçadas, iluminação, educação e saúde. Este cenário, sem as devidas medidas de planejamento e o aumento populacional crescente, apresenta quadro que se agrava cada vez, no decorrer dos anos seguintes:

O acelerado e pouco planejado crescimento industrial da cidade sobreviveu até meados dos anos 60, incentivado pelo processo de substituição de importações, incrementado pela política nacional desenvolvimentista do período. Em minhas andanças pela cidade, percurso Niterói – Paraíso (bairro da Faculdade de Formação de Professores) ainda é possível reconhecer na paisagem de Neves os vestígios de um parque fabril fantasma, onde os esqueletos de prédios, ruínas de um passado, convivem com grandes e pequenas indústrias, ainda presentes no bairro. Os esqueletos das fábricas – essas ruínas arquitetônicas, ainda alimentam as lembranças dos históricos sobre o passado glorioso da cidade (TAVARES, 2003)

A construção da ponte Rio-Niterói e uma intensa atividade da indústria naval às margens da Baía de Guanabara, estimulam novo crescimento demográfico na região. Com a chegada de migrantes nordestinos e a falta de infra estrutura, é

acentuado o quadro periférico dos bairros que estão localizados fora dos eixos de maior movimentação (Rodo, Neves, Alcântara e bairros portuários), a partir da década de 70: o crescimento populacional da cidade e investimentos básicos, não acompanham o mesmo ritmo, e a propagação de loteamentos sem condições básicas de infra estrutura, junto com o início de “organização” das primeiras favelas, foi fato marcante deste período.

Mesmo com o Decreto Municipal, nº 370, de 10/11/1962 (ATOS Oficiais/PMSG) que declarava a cidade, em sua totalidade uma área urbana, identificam-se extensas áreas de práticas rurais, com retrato da presença de três áreas distintas: urbanas, periféricas e rurais (SOARES, 1976).

As décadas de 70 e 80, de crise político - econômica e recessão econômica no Brasil, atingem São Gonçalo fortemente, trazendo baixa aguda de sua industrialização e a falência de empresas, pela fuga de capitais. Uma repercussão econômica negativa que afeta em cheio o desenvolvimento da cidade e a qualidade de vida da população, e simbolicamente, a identidade do gonçalense. Pela sua trajetória econômica – social com Niterói e Rio de Janeiro, o declínio que a cidade vivência, gera um quadro de retorno e dependência junto a estas cidades vizinhas, onde a população gonçalense recorre prioritariamente, para ocupação de espaço de trabalho, e ainda, consumo e lazer.

Em linhas gerais, a cidade com um tipo de urbanização inversa, da periferia para o centro, e com um crescimento populacional não planejado, não conseguiu implementar até os dias atuais um planejamento urbano que resolvesse e/ou atenuasse os principais problemas de infra-estrutura no município, que é caótica, onde a miserabilidade crescente das áreas periféricas dificultam o processo de urbanização da cidade. O fato de ter se tornado, uma cidade-dormitório, parece ter contribuído para ampliar o abandono e desinvestimento da cidade. (TAVARES, 2003)

Na atualidade, apesar da importância da cidade no cenário político econômico estadual (é o segundo município em densidade demográfica, e também o segundo maior colégio eleitoral fluminense, segundo dados do ultimo censo IBGE 2002), os problemas de infra-estrutura urbana se multiplicam e com eles, altos índices de violência e degradação sócio-cultural. Identifica-se nas recentes décadas de 80 e 90, uma cidade ainda mais dividida e desigual, com esgoto a céu aberto a poucos quilômetros da sede da prefeitura local.

A população é um mosaico que espelha o retrato da cidade que foi sendo construída em etapas, sem planejamento ou organização: um espaço de “passagem” e travessia, onde muitos se instalam pela proximidade com o Rio de Janeiro e a facilidade de acesso aos loteamentos – convites para moradia nas áreas periféricas, onde esta população da periferia dificulta, senão impede a edificação de uma cultura urbana mais identificada com a democracia e a inclusão. (SANTOS, 1993). Neste quadro, considera-se a presença de “dois” gonçalenses:

Os gonçalenses históricos, isto é, aqueles que nasceram e se identificam com a cidade, e os que são chamados de desenraizados, aqueles que a transformam numa cidade-dormitório. A área de ocupação antiga (dos habitantes históricos) se estenderia desde os limites com Niterói até o centro e suas adjacências. A outra São Gonçalo, classificada como nova ou periférica, se espalharia do Centro da cidade às fronteiras com Itaboraí, justamente uma área de ocupação urbana mais recente, demarcada pelos loteamentos e ainda aqueles ao redor da Niterói – Manilha, que apresentam total falta de infra-estrutura básica, apresentando índices altíssimos de degradação ambiental e violência urbana. Os habitantes dessas áreas, os desenraizados, com base nas interpretações citadas, não seriam classificados como gonçalenses, pois não teriam uma identidade com a cidade, sem o partilhamento de modelos de sociabilidade assentados no conhecimento mútuo. (TAVARES , 2003)

Dos tempos da Freguesia, localizam-se ainda os cinco distritos agora mais populosos, que abrigam bolsões de pobreza e miséria, numa média de renda per capita inferior a dois (2) salários mínimos, com a presença média de 70 mil gonçalenses abaixo da linha da pobreza, segundo levantamento da Prefeitura Municipal e do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2004, quando da instalação do Programa Bolsa Família na cidade, o segundo maior do país.

Atualmente, São Gonçalo conta com mais de 1 milhão e duzentos mil habitantes, de acordo com levantamento de março a junho de 2009, da Fundação Cide (dado ainda não oficializado pelo IBGE, que estabelece como parâmetro populacional da cidade, o número apurado de 991.382 mil habitantes, de seu último levantamento). A população, mal distribuída em 92 bairros, numa extensão territorial de 251,3 km², continua crescendo, sem que o plano diretor da cidade recém aprovado este ano, apresente condições exequíveis para efetivação das metas apresentadas, com mudanças estruturais fundamentais, considerando o plano vigente desde 1991, que se mostrava inadequado e ultrapassado, diante da realidade gonçalense no tocante a infra-estrutura, organização urbana e social, e o crescimento populacional.

Sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro (20 quilômetros de distância) e a ligação rápida com outros municípios, além de passagem quase obrigatória para as áreas turísticas, como a Região dos Lagos e as praias oceânicas de Niterói e Marica, tendem a marcar a cidade como um “lugar de passagem”.

Considerando os baixos indicadores sociais e econômicos, e a infraestrutura (sistema de saneamento, saúde, educação, tráfego, trabalho, cultura e lazer, de segurança) em crise, dificultando uma melhor qualidade de vida na cidade, identificam-se os principais fatores que desencorajam os “novos” moradores a estabelecerem uma relação de pertencimento na cidade, da cidade. A realidade local é uma não localização do gonçalense na sua cidade, fazendo dele, além daqueles que estão realmente de passagem, um habitante “sem raiz”, sem identidade com o lugar. Gerando um “não pertencimento” social que afeta o desenvolvimento cultural em geral: do gonçalense e da própria cidade.

Com 13 agências de correios, 22 agências bancárias, 38 estabelecimentos hoteleiros (na verdade, motéis, que já funcionaram como hospedagem alternativa para artistas e convidados, empresários e pesquisadores, em função da total ausência de hotéis na cidade), 01 shopping center de grande porte e 02 de pequeno porte, 04 cinemas, 09 teatros de pequeno porte (integrados a escolas particulares, rede pública, SESC SG e SEST SENAT) 01 auditório público de médio porte (Faculdade de Formação de Professores – UERJ), 09 bibliotecas particulares e públicas (integradas a faculdades, escolas e entidades culturais), duas livrarias, 03 galerias de arte (particular e pública), 02 clubes de grande porte, 03 clubes de médio porte, 06 casas de show, bares com atividade eventual de música, ateliês particulares de artistas plásticos e movimentos culturais espontâneos, englobam a vida econômica, social e cultural gonçalense. (ROTA CULTURAL, 2005)

Dados representativos no cenário sócio – cultural, é a presença de apenas um jornal de circulação diária, jornal “O São Gonçalo”, com tiragem e distribuição limitadas, considerando a população local. As rádios comunitárias, organizadas em vários bairros e localidades, têm atuação de destaque no item comunicação. E a cidade, que usa as faixas e carros de som, nos lugares estratégicos de grande movimentação, como as melhores opções de propaganda funcional e barata, não tem sinal de televisão aberto para seu milhão de habitantes.

No aspecto turístico, além dos patrimônios históricos que datam a fundação da cidade e seu povoamento inicial, destaca-se o Alto do Gaia (área de vôo livre

com 1.504 metros de altitude) a APA de Guapimirim, e os passeios pela Baía de Guanabara, com embarcações saindo da Praia da Caieira, na Ilha da Itaoca, com horários cativos para Paquetá (distante de São Gonçalo apenas vinte minutos, numa ligação muito mais estreita com a cidade gonçalense, do que com a carioca, Rio de Janeiro) para ilhotas da orla das praias gonçalense e ainda, cidades vizinhas.

Soma-se a este quadro, a forte presença de igrejas (evangélicas, católicas e outras denominações), centro espíritas e entidades de matizes afro, com presença marcante na vida social – religiosa do gongalense, ou agendas de apelo popular, de “ massa”, envolvendo milhares de pessoas em eventos esporádicos. Neste quadro, é acentuada a busca de agendas culturais e o consumo de compras e lazer pelo gonçalense, nas cidades vizinhas, visto que se restringe aos dois principais pólos - centros da cidade (Alcântara e o Rodo) a concentração de oferta de bens e serviços para toda população.

Neste ponto, além das questões estruturais registradas, o não reconhecimento da cidade por boa parte da população, figura uma questão essencialmente cultural: a falta de identidade como um fato não recente, um fato em estreita ligação com a história da cidade, sua formação, seu passado, criando o cenário atual nos primórdios da fundação da cidade (a aldeia, os arredores, o povoado, a vila, a freguesia, o distrito, o município) onde esta condição de “lugar de transição”, era um fato corrente.

Na contra-mão do progresso, onde o desenvolvimento econômico e os avanços sócios – culturais deveriam ser realidade para uma das maiores cidades do estado, na região metropolitana fluminense, a realidade em São Gonçalo apresenta tímidas ações mais concretas da administração pública que viabilizem mudanças, onde a prática assistencialista e de profundo fisiologismo, ainda se configura como prática corrente no poder público e poder legislativo. A descontinuidade das políticas, da não permanência de programas em função das mudanças de governo, é identificada como um dos fatores para as dificuldades de desenvolvimento, onde os projetos propostos (alguns realizados) não cumprem uma pauta de todo eficaz para a realidade do município, considerando seu caráter transitório e passageiro.

Os planos de ação apresentados pelas recentes gestões municipais, não se efetivam de modo a suprir os débitos que foram construídos ao longo da história gonçalense, apenas atenuando, e de modo insipiente, o quadro sócio econômico do município. As metas para o futuro, não apresentam sustentabilidade de execução,

salvo as iniciativas e investimentos externos que envolvem prioritariamente, os governos estadual e federal, como por exemplo:

COMPERJ - refinaria de petróleo instalada no município vizinho, Itaboraí, com alguns setores e serviços, sendo operadas também em São Gonçalo. É o maior investimento da PETROBRÁS ,na atualidade.

METRÔ - projeto de implantação da Linha 3 do metrô, 10 estações: Neves, Vila Lage, Paraíso, Parada 40, Centro, Estrela do Norte, Antonina, Trindade, Alcântara, Jardim Catarina e Bom Retiro (obras serão iniciadas em breve)

BARCAS - estação em Boa Vista (aguarda liberação de verba)

RODOVIÁRIA - projeto no bairro Colubandê (aguarda liberação de verba)

SHOPPING - shopping no centro da cidade, 200 lojas e universidade privada, outro projeto de shopping em Alcântara, apart-hotel, hiper-mercado.

CONTRUÇÃO CIVIL - empreendimentos imobiliários de alto e médio padrão.

COMÉRCIO - projeto do Mercado Popular em Alcântara e lojas e prédios comerciais novos, em vários locais da cidade.

INFRA-ESTRUTURA - revitalização do eixo Neves e Alcântara, reabertura da estação de tratamento de esgoto, urbanização da ilha de Itaoca e suas praias, ampliação da rede de distribuição e tratamento de água, canalização dos rios Alcântara e Guaxindiba. (Dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico/ PMSG - Maio de 2009)

Neste contexto, ações de médio e longo prazo com vistas a mudanças efetivas protagonizadas pelo poder público local, com soluções para os principais problemas vivenciados pela cidade gonçalense, apresentam encaminhamentos lento na mesa das decisões políticas, quadro este agravado pela fragilidade do poder institucional e político na cidade, identificado claramente pelo cenário cotidiano da cidade. O que fica evidenciado em grande parte é a prática de projetos e ações de curto prazo, limitados e restritos a condição do “possível” em função dos calendários eleitorais.

Tais calendários tendem a paralisar a máquina pública, engessando ainda mais seu funcionamento. E a prática das medidas e ações aplicadas no município, apresentam características de “intervenções na superfície ou as maquilagens urbanas” (TAVARES, 2003). Medidas, estratégias ou ações de caráter marcado pelo provisório, uma cidade que ainda é confundida como um bairro de Niterói, ou mesmo, mais um dos subúrbios do Rio de Janeiro, nas franjas metropolitanas. Este

caráter provisório, dificulta o aprofundamento nas questões sócios - culturais, agravando a realidade econômica, sem estabelecer e oportunizar caminhos ou alternativas da aplicação e efetivação de políticas públicas, nos diversos setores, que possibilitem maior e melhor crescimento e desenvolvimento do município.

4.2. Políticas e gestão cultural na cidade Gonçalense

Os mandatos de João Bravo (1993 a 1996), Edson Ezequiel (1997 a 2000), Henry Charles (2001 a 2004), e o primeiro ano da gestão Aparecida Panisset (2005) apresentam variações no setor cultural, sendo identificado que em alguns momentos a gerência de cultura municipal, cumpria agendas culturais - educacionais, em outros, propostas e encaminhamentos de políticas culturais mais específicas, sendo diagnosticado avanços e melhorias, com marcante operacionalidade no setor, e ainda, outros momentos de retração e retrocesso.

Na administração pública em geral, como já foi aqui identificado, os itens de prioridade dos setores de educação, saúde e infra-estrutura se repetem, deixando para os planos e metas da cultura, a ocupação de um lugar irrelevante, com baixíssimo orçamento e reduzida estrutura de funcionamento. Em pleno século XXI, a cidade de São Gonçalo com seu milhão de habitantes, não conta ainda com a existência de um teatro municipal e uma lista de outros itens no tocante a aparelhos de cultura fundamentais, ainda que algumas iniciativas tenham sido operacionalizadas, em especial, nos recentes cinco e seis anos, ainda que não tenham comportado o conjunto da população, na seqüência geral dos serviços públicos.

O Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura, inaugurado em 1989 no bairro Estrela do Norte, concebido para agregar as manifestações culturais, pesquisa, laboratório de ensaios dramáticos e espaço multi-cultural, com centro de memória, sede da biblioteca municipal e galeria de artes, funciona nos primeiros anos para este fim. Com a alteração de gerenciamento na metade da década de 90, passa a sediar burocraticamente a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, chegando a excluir em 80% a programação cultural do espaço, até a retirada do prédio-espaço, da estrutura administrativa da cultura em 2005, quando a pasta da educação passa a ocupar e gerenciar totalmente o espaço.

Este fato é demonstrativo do espaço-local de ocupação da cultura na cidade, considerando o espaço físico e o espaço político. A pauta de trabalho dos agentes culturais que ocupam as funções no setor cultural, nos primeiros anos da década de 90 (onde ainda não existia esta caracterização de “gestão cultural”) era diretamente ligada às escolas, através da coordenação de ações culturais criadas para este fim, numa estreita concepção de políticas voltadas para o calendário escolar.

A presença administrativa da cultura na pasta da educação, nos anos de 1993 a 1996, é ampliada de Coordenação Municipal de Ação Culturais, para Subsecretaria Municipal de Cultura, com alguns setores específicos das linguagens artísticas, denominados “núcleos” (animação cultural, núcleo de artes plásticas, núcleo de áudio visual, núcleo de teatro) interligados numa coordenação geral de ações culturais, que desempenhavam atividades específicas, e de acordo com os calendários de atividades e programações, todos em conjunto, em função do número reduzido da equipe.

O calendário de atividades, em potencial, era desenvolvido nas escolas públicas da rede municipal, de onde são destacados os agentes culturais para atuar em conjunto com a equipe central, da secretaria de educação e cultura.

A estrutura de governo voltada exclusivamente para a cultura compunha-se apenas de um Departamento de Cultura, que na segunda metade do mandato passou a se subordinar a uma Subsecretaria de Cultura. Abarcava uma equipe central, um auditório conversível em espaço de exposições e mais uma Biblioteca Municipal. A gestão Bravo, não patrocinou qualquer iniciativa de formação de gestores culturais. Contudo, de 1994 a 1996, a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, selecionou, com base em análise de currículos e entrevistas pessoais, servidores para o exercício das funções de Agentes de Cultura e estes passaram a atuar em todas as escolas públicas municipais, sob supervisão permanente do nível central, que lhes oferecia suporte técnico permanente, mediante reuniões, seminários e assistência permanente. (Marcos Franco, professor, ex – Secretário de Educação e Cultura / Governo João Bravo).

Fora dos muros escolares, eram desenvolvidas agendas que agregavam os artistas da cidade em alguns eventos. Para as agendas propostas, além do pequeno orçamento estabelecido na pasta da educação (sem informação precisa de percentual ou valor ano, na gestão João Bravo) os agentes de cultura do setor buscavam pequenas parcerias com empresários próximos, ou ainda, na própria estrutura administrativa, sem caracterizar convênios ou parcerias formais.

Em função da demanda apresentada, das agendas de atividades propostas, a mobilização de todo setor era dirigida para atender a prioridade do momento, como por exemplo: a Festa de Artes e Tradições Populares, onde toda a equipe dos núcleos era envolvida, e o cumprimento da pauta mantinha foco específico para execução da tarefa em pauta. O que fica evidenciado é ausência de um planejamento norteador das ações, ou mesmo uma linha diretriz. Ainda que existisse um calendário de atividades, tal cenário não se configura como um planejamento.

Participávamos de reuniões constantes para traçar algumas metas, não existia uma política cultural definida. Até porque o gerenciamento de políticas culturais nas esferas públicas, sempre apresentaram um atrelamento político que de uma forma direta ou indireta interferia na execução de projetos. Infelizmente vivemos uma situação real, na qual os interesses políticos pessoais são muito maiores do que a produção de uma política cultural séria que crie estruturas e possibilidades novas para o município de São Gonçalo. (Jodar Roberto, professor de letras, Coordenador do Núcleo de Áudio Visual / Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Governo João Bravo)

Um dado importante a ser registrado é a permanência de boa parte dos mesmos agentes culturais ao longo dos anos de 1993 a 2000, garantindo a permanência de um calendário, que ganha um referencial de “tradicional”, pela permanência das atividades a cada ano (ex: gincana de pinturas, salão de belas artes, festival de poesia, feira de tradições e artes populares, festa do folclore, saraus de poesia, cursos e oficinas de arte).

Ainda durante a gestão João Bravo (1993 a 1996), é identificado ausência de diálogos e interação com os governos estadual e federal, sem programas ou investimentos conjuntos no setor. Tal falta explicita uma condução solitária operada na cultura municipal, sem participação das estruturas administrativas da cultura estadual e federal, esta mesma, como já identificado anteriormente, sem eixos norteadores ou linha de atuação que envolvesse os municípios. Pode-se registrar que a ausência de um plano local para cultura, é fato seqüencial pela ausência de um plano estadual para cultura e ainda, do plano nacional para cultura.

A criatividade e operacionalidade da pequena equipe reúnem no período, atribuições mínimas para atuação do papel de agente cultural, peculiar que é a própria cultura, como também desempenho funcional na administração municipal, ainda que conceitos e significados de “gestão e gestor cultural” não estivessem em voga: distribuíam-se as funções comissionadas ou professores cedidos para atuar

no setor, em função de sua potencialidade artístico - cultural, tendendo para as áreas das linguagens artísticas que eram operacionalizadas nos núcleos de ação, por este fio condutor. Assim, quem apresentava perfil identificado para atuar com artes plásticas, cuidava deste núcleo. Quem tinha identificação com teatro, acompanhava a área teatral.

Tal composição seguia semelhante dinâmica operada em outras cidades, levando-se ainda em conta, a presença administrativa da cultura nas pastas de educação, com dependência do setor no seu funcionamento (equipe, espaço, encaminhamentos de ação e orçamento) direcionado pela política norteadora da pasta, a educação.

Em 1997, tem início novo mandato, com o Governo Edson Ezequiel. Parte da equipe de agentes culturais permanece na estrutura administrativa, que recebe novo titular para pasta, assumindo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de 1997 a 2000, o Prof. Wagner Ribeiro Laranjeira, com a presença do Prof. João Luiz de Souza na função de Subsecretário Municipal de Cultura. Estabelecendo continuidade ou mesmo permanência de parte das ações, projetos e atividades do mandato anterior do Prefeito Ezequiel (1989 à 1992).

Na área cultural, procurava-se descentralizar ao máximo as ações implementadas, utilizando-se, além dos espaços físicos disponíveis na estrutura da SEMEC, como a Biblioteca Pública Municipal, o auditório do Centro Cultural, as escolas da rede pública municipal, também espaços gentilmente cedidos por universidades, escolas, bancos, associações de moradores, clubes de serviços, órgãos do Sistema SSS, etc., buscando ampliar ao máximo a pequena infraestrutura oficial disponível para ampliar o raio de ação da implementação de projetos culturais. (Wagner Laranjeira, mestre em matemática, ex-Secretário Municipal de Educação e Cultura / Governo Edson Ezequiel).

Neste período, onde a cidade caminha para a virada do milênio, a equipe de educação e cultura mantinham agenda integrada de trabalho e ações, onde a condição do município na periferia metropolitana, com uma expressiva população de baixa renda, que demandava ações sociais, educacionais e culturais muitas vezes incompatíveis com a sua capacidade de arrecadação, estava na pauta constante das avaliações e eram determinantes para as decisões da pasta. Na atuação da equipe e os desdobramentos das ações, lê-se uma assinatura que nem sempre é realidade nas pastas de educação e cultura: a presença de titulares que agregando

de modo operante e em grau de importância similar, as agendas de educação com as agendas da cultura.

No período de 1997 a 2000, trabalhamos com a orientação da UNESCO-ONU, dando enfoque ao protagonismo juvenil, garantindo que crianças, adolescentes e jovens ocupassem a cena nos mais diversos projetos culturais e artísticos..Cada escola municipal possuía um Coordenador de Atividades Culturais, atuando como uma referência física e real do fazer cultural, provocando as comunidades escolares a incluírem arte em seu cotidiano, e a promoção de um permanente diálogo com a comunidade, de modo que a escola, segundo preconiza DARCY RIBEIRO, fosse um Núcleo Vivo de Paixão pela descoberta dos mecanismos de funcionamento da Vida e das coisas do espírito e da criatividade. Foram muitos os embates, recuos, avanços, erros e acerto.Com os Coordenadores de Atividades Culturais, com reuniões todas às terças feiras, das 14h às 17h, vivenciamos uma das experiências mais apaixonantes e mobilizadoras, geradora de resultados que ainda hoje ecoam em nossas vivências em São Gonçalo. (João Luiz, professor, ex-Subsecretário Municipal de Cultura/ Governo Edson Ezequiel)

No cenário corrente, as demandas e exigências da pauta da educação, tendem a absorver não apenas todos os recursos, como também os espaços e mão de obra. Na gestão conjugada do secretário e subsecretário, neste período, localizam-se investimentos que procuram atender tanto a educação, como a cultura, em suas atividades propostas, ainda que prioritariamente, fosse a escola o alvo central das ações.

O saneamento básico, a saúde preventiva, a urbanização dos espaços, o transporte coletivo, o crescimento desordenado, são temas que acabam tomando conta da agenda e dos recursos disponíveis, e a Educação, que surge como prioridade em qualquer agenda política, enfrenta dificuldades na implantação de melhorias significativas, por sua necessidade crescente de recursos financeiros, que mesmo considerados como investimento (que realmente são), nem sempre estão disponíveis. Mesmo assim, a SEMEC atuava na implementação de programas e projetos que insistiam na importância da Cultura no processo de desenvolvimento humano, defendendo a impossibilidade da construção da cidadania à sua revelia, tendo contado sempre com o apoio incondicional do Prefeito Edson Ezequiel. Educação e Cultura gozavam do mesmo grau de prioridade e enfrentavam dificuldades comuns, irmãs que são no processo de desenvolvimento sociocultural do homem. (Wagner Larangeira)

Tendo ainda como referência o relato do Secretário, analisamos a fala repetida dos Agentes Educacionais e Culturais do mandato anterior, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sobre os poucos recursos, como fator de limitação para o desenvolvimento de mais ações para o setor cultural. Contando ainda com a presença de outras limitações, as “preconceituosas, de poucas compreensões” sobre a importância da cultura para desenvolvimento da humanidade.

Pelos projetos que foram desenvolvidos e operados, a equipe de Agentes Culturais da Secretaria de Educação e Cultura, instalada na Subsecretaria de Cultura, contando com a presença dos Coordenadores de Cultura nas escolas municipais, mantinha uma proposta contínua de ações na rede municipal de ensino.

Para além das portas da escola, a equipe dirigia ações que integravam parcerias, frente às limitações orçamentárias da pasta. É deste período a abertura da Casa das Artes e a instalação das Casas do Futuro: um proposta que oferecia gratuitamente, em variados locais da cidade, acesso a internet e sala para exibição de filmes. No relato dos dirigentes de cultura da época, parte das ações desenvolvidas, com baixa dotação orçamentária para o setor, eram realizadas pela proximidade com o chefe do executivo, viabilizando em negociação direta com o Prefeito, as ações para cultura local:

Não fui propriamente dito, um GESTOR. Fui um quadro de confiança do Prefeito, que tinha acesso direto ao mesmo, o que provavelmente me possibilitou realizar eventos, projetos e outras iniciativas no campo da cultura, que muitos dos meus colegas que me sucederam, provavelmente, pela dificuldade de acesso aos seus Prefeitos, não puderam viabilizar. Tivemos uma série de eventos regulares de enfrentamento com o preconceito e montamos uma equipe na Subsecretaria de Cultura, formada por negros, gays, mulheres, heterossexuais e de compleição intergeracional. Talvez, aí sim, já estivesse um indicativo de gestão futura que desejávamos, posto que em nossas vidas pessoais éramos oriundos da classe trabalhadora e de setores progressistas à esquerda, que contribuíram nas lutas pela redemocratização do país.(João Luiz)

No tocante a formação e capacitação de gestores de cultura, ou cursos específicos para área de políticas culturais, o investimento era desenvolvido diretamente nas escolas, ou ainda, com agendas específicas para atender ao grupo dos coordenadores de cultura.

Penso (e pensávamos) que o trabalho com “cultura(s)” não está, necessariamente, condicionado a uma formação acadêmica específica. Considerando, evidentemente, a importância de todo e qualquer investimento intelectual. O trabalho com as coordenações de atividades culturais das escolas já previa, por si só, uma ação que envolvesse professores, formados em diversas áreas.(Mônica Mançur, mestre em literatura, ex- Coordenadora Central de Atividades Culturais /Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Governo Edson Ezequiel)

Em 2001, após as eleições no ano anterior, um novo mandato tem início, proporcionando movimentação e mudanças na política da cidade, e conseqüentemente na cultura. Ainda no final de 2000, um grupo de artistas acompanha o cenário das eleições e apresenta proposta para o setor para todos os candidatos a prefeito, fruto de espontâneo movimento de debates que aglutina as lideranças culturais e representantes de vários segmentos da cultura local.

Tal encaminhamento se efetiva em ações de governo pelo Prefeito Henry Charles, sendo organizada pela nova gestão, a Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação de Artes, envolvendo diferentes integrantes para o setor, com renovação geral do quadro de agentes culturais.

Neste período, principalmente em função da sintonia com outras cidades e tendo como referencia modelos de trabalho mais consistentes de cultura (como a vizinha Niterói, por exemplo e cidades que apresentavam histórico de atuação mais avançado na condução de políticas culturais) o agentes de cultura apresentam nova linha de atuação, num período de profunda organização do setor, principalmente pela sua desvinculação da pasta da educação.

Nos primeiros meses de atuação da Secretaria Municipal de Cultura e organização oficial da Fundação de Artes da cidade, o xadrez da política envolve na mesma pauta, artistas e trabalhadores de cultura, com intelectuais e empresários, criando inicialmente um cenário diferenciado na condução da política, esta mesma em momento de formulação e organização geral. Os olhares diferenciados são caracterizados pelas origens e interesses dos grupos que atuam na cultura municipal, onde se pode registrar que justamente pela ausência de um plano norteador, uma linha já estabelecida para ser trabalhada e seguida, a condução da política cultural ainda se estabelece pela adoção dos interesses e encaminhamentos quase exclusivo dos titulares.

Foi um período de intensas mudanças e organização do setor, tanto no tocante à questão de ordem física-material, quanto das questões mais conceituais da cultura.

Não existia quase nenhuma estrutura administrativa, quase tudo estava para ser organizado. Não havia Secretaria de Cultura, nem Fundação em SG. Foram criados em 2001. Então não havia quase nenhuma estrutura. Herdamos algumas estruturas da Educação, onde funcionava a Cultura, Quais sejam: a Casa das Artes, uma Galeria Pública, a Escola de Música Pixinguinha, que tinha alguma estrutura mas funcionava com o curso livre, com foco em banda, e mais nada. Até o Centro Cultural da Cidade era

ocupado pela educação, e acho que ainda funciona assim. Não havia quase funcionários, nem carro, nem computadores. (Randal Farah, teatrólogo, ex-Presidente da Fundação de Artes – Governo Henry Charles)

A presença de vários trabalhadores de cultura principalmente na Fundação de Artes, oriundos dos movimentos artísticos da cidade, é um fato a ser considerado em dois aspectos: o primeiro dá conta do entusiasmo e dedicada participação da equipe, que gera instantânea movimentação no cenário local, criando rapidamente cenário de agendas, debates, polarização da cultura nas demais unidades administrativas da prefeitura, fóruns de reflexão e projetos culturais envolvendo a cidade de modo mais amplo, oportunizando dinâmica singular entre agentes municipais, prefeitura, artistas e a sociedade em geral, bem como a “exportação” de São Gonçalo para as cidades vizinhas, com a participação de agentes culturais municipais e artistas em várias programações fora da cidade.

O segundo aspecto trata do despreparo e falta de conhecimentos desta mesma equipe, para o gerenciamento da cultura. Identifica-se que o novo grupo de agentes culturais, ainda que motivado e com condições estruturais para organizar o setor, não apresentava acúmulo ou orientação para tal gerenciamento. Neste momento, frente às necessidades que eram colocadas e a natural expectativa criada dentro e fora da prefeitura, é operada uma movimentação que garanta o preparo e melhores condições de atuação na própria estrutura: começa a ser discutido na cidade o conceito de gestão, e na seqüência, de gestores culturais.

No ano de 2002, com a instalação do Governo Lula e as mudanças que começam a ser operadas no Ministério da Cultura, bem como as movimentações dos gestores em rede de outras cidades, o setor cultural da prefeitura gonçalense incrementa sua atuação, buscando de modo mais sólido e efetivo, novos canais de interlocução, trocas e intercâmbios, tendo acelerada organização na Secretaria Municipal de Cultura e Fundação de Artes.

Era necessário criar, administrativa e funcionalmente, a FASG. Também era necessário repactuar os agentes culturais com a atividade em si e com uma política de governo, na perspectiva de uma política de estado. Como era uma Unidade Orçamentária recente precisávamos de planejar e elaborar o PPA e a LOA do ano seguinte. Por fim era preciso criar uma estrutura administrativa para a Cultura que fosse mais perene que os cargos de confiança. Então encaminhamos a criação de diversas carreiras públicas para a área de cultura como produtor cultural, animador cultural e técnicos em artes cênicas e música. (Randal Farah).

Em paralelo aos investimentos externos, fora da cidade (intercâmbios com o governo federal e a rede de gestores do estado, COMCULTURA) outras ações eram desenvolvidas internamente, como a criação e adaptação de espaços culturais, organização e execução de agendas e calendários, debates e fóruns internos e externos, da própria equipe e na sociedade em geral, envolvendo instituições culturais e educacionais, movimentos culturais e artísticos, apoiando e estimulando a cultura local.

Nos anos seguintes, 2002, 2003 e 2004, o aprimoramento da equipe e mais conhecimentos de gestão cultural foram efetivando a própria figura-presença dos “gestores de cultura” da cidade, mudando a terminologia que caracterizava o funcionário do setor, de “ agente cultural”, para gestor cultural. Este novo gestor adota metas mais conceituais e técnicas da cultura, para a cultura, como o encaminhamento de reestruturação do Conselho Municipal de Cultura, a criação do Fundo Municipal de Cultura e Lei de Incentivo à Cultura, a negociação de um orçamento mínimo para a pasta da cultura, com referencial proposto no marco nacional e pelos indicativos da UNESCO, e ainda, os primeiros passos para elaboração de um Plano Municipal de Cultura.

O cenário nacional que apontava profundas mudanças, apresenta-se como fator importante nas articulações e movimentações da cidade, que passava a contar com a um parâmetro nacional para cultura, bem como as trocas e parcerias estabelecidas que garantiam para a cidade, procedimentos inéditos e positivos, ampliando as possibilidades de atuação da equipe e na seqüência, mais oferta de ação cultural para a cidade.

É deste período a instalação da Lona Cultural do Jardim Catarina, do Teatro Carequinha: um antigo auditório que foi reestruturado, dentro da Escola Municipal Ernani Farias, numa ação integrada com a Secretaria Municipal de Educação, com titular em sintonia com as ações da cultura, Prof. Helter Barcelos . Da reforma e organização da Loninha Cultural, no Centro Cultural Prefeito Joaquim Lavoura, das galerias de artes alternativas, da reabertura da Casa de Artes, da organização de novos calendários e projetos, envolvendo todas as linguagens artísticas (música, artes plásticas e artes visuais, artes cênicas, letras e literatura, patrimônio e identidade - memória, comunicação e pesquisa) priorizando a descentralização da programação para todos os distritos, em especial nas regiões periféricas da cidade, articulando composição de trabalho com outras Secretarias Municipais, além da

Educação, como por exemplo, as Secretarias de Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, e parceiros externos (empresas, sociedade civil, entidades sócio culturais e educacionais).

Mesmo com este quadro e alternativas de ampliação do setor, apresentando nítida melhoria na garantia dos acessos à cultura junto à população e a circulação dos bens culturais, bem como a própria organização interna administrativa, devido ao cenário geral sócio - econômico da cidade e sua numerosa população, o montante desenvolvido e ampliado pela cultura, não chegava a atender parcela significativa da população, em função do orçamento que não proporcionava a viabilização de maior envergadura nas atividades e projetos da pasta (mesmo que o orçamento tenha apresentado aumento de cem mil reais ano, no início do governo Charles, para um milhão no final da gestão)

Um fato para ser registrado é a movimentação dos titulares na pasta da cultura ao longo do Governo Henry Charles, com várias trocas em função do calendário eleitoral, alternando na seqüência, setores e equipe, bem como parte das ações. Em quatro anos, foram cinco mudanças, passando pela função de Secretários Municipais de Cultura o professor Otto São Paio, o teatrólogo Randal Farah, a atriz bonequeira Cleise Campos, o professor Marcos Madeira e novamente, Cleise Campos.

O que está dando certo, não se devia mexer. E a política muda tudo, e a cultura acaba sendo muito atingida. Aí entram as pessoas que não tem jeito para o trabalho na cultura e ficam. Já tem pouca verba e a política ainda atrapalhando, não se consegue avançar nada na cidade. Se tiver uma cartilha que todos tem que seguir, com certeza ajuda, pois o troca - troca não vai mudar o que precisa ser feito, vai esta tudo lá, na cartilha. (Maria Aparecida de Abreu Alves, funcionária pública / Assessora na Secretaria Municipal de Cultura – Todos os Mandatos)

Em 2005, com a instalação de novo governo após as eleições do ano anterior, tem início a gestão de Aparecida Panisset, quando a estrutura administrativa da cultura, volta à condição de Subsecretaria Municipal de Cultura, integrando a nova pasta de Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, sob a direção do Prof. Eugênio Abreu. Perdendo o status de Secretaria, a mudança gera ainda afastamento gerencial da Fundação de Artes, o que ocasiona imediata mudança nos trabalhos desenvolvidos.

As novas composições políticas provocam em parte, interrupção de ações e programas que eram desenvolvidos no mandato anterior, alinhados com o cenário nacional, este mesmo mais organizado e propositor de ações e programas nas cidades e estados brasileiros.

De acordo com a análise apurada, a Subsecretaria Municipal de Cultura recém instalada, tinha proposta de “ligar as pontas” para garantir uma política cultural municipal, tomando as escolas públicas como multiplicadoras de um projeto que englobasse outras culturas, como a cultura ambiental, a da cidadania e a da não violência. No campo externo, a meta era aproximar artistas e produtores culturais da gestão pública, numa via de mão dupla. Neste período, o exercício do diálogo foi a tônica proposto pelos gestores que operavam na cultura, através de contatos com os gestores dos governos anteriores, com quem faz cultura no município, e outros setores do poder público e sociedade em geral.

Com uma visão independente, procurava defender o pluralismo necessário a uma gestão cultural. Se a imagem dominante era a de que o governo espelhava a religião da prefeita evangélica, a subsecretaria de Cultura fazia questão de apoiar a celebração do Corpus Christi e seus tradicionais tapetes de sal, colocando músicos, cantores e artistas plásticos ao longo do trajeto, em maio. Ao mesmo tempo, reforçava o resgate de “santo violeiro” de São Gonçalo, no material de divulgação da intervenção artística do grupo Imaginário Periférico, na Praia das Pedrinhas, em junho. Tudo sem distinções ou coloração partidária. Representava o PV num governo que o partido não tinha ajudado a eleger a Prefeita e seria o último a fazer distinções entre siglas, até porque isto não cabe na administração pública. (Renato Guima, jornalista, ex-Subsecretário Municipal de Cultura / Governo Aparecida Panisset).

Essas ações foram feitas por uma pequena equipe formada basicamente por professores cedidos pela Subsecretaria de Educação. Em função de concurso público realizado no ano anterior, a tentativa de efetivação de novos funcionários para equipe, com cargos específicos de produtores culturais aprovados, esteve em negociação ao longo de vários meses, não sendo concretizada. Para compensar a ausência de “especialistas”, o Subsecretário responsável pela pasta estimulava a participação da equipe “improvisada” em cursos, palestras e oficinas de capacitação. Também na linha de formação, as parcerias com entidades e órgãos competentes (Ministério da Cultura- MinC, Fundação Nacional de Artes - FUNARTE,

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e o Serviço Social do Comércio - SESC SG), foi iniciativa para garantir oficinas para os artistas.

A não realização de algumas agendas propostas, segue a tradição da deliberada descontinuidade de projetos na administração pública brasileira. A mesma tradição que tentou barrar a Feira de Artes e Tradições naquele ano. Nesta lógica perversa, o projeto pode até ser reaproveitado mas com outro nome. É da cultura política, dirão alguns. É da vaidade humana, lembrarão outros. O consenso é que se estiver tudo firmado num plano de gestão, pactuado e fiscalizado pela sociedade, a história é outra. E isto vale para asfalto e circo (Renato Guima).

Em novembro de 2005, encerrando o primeiro ano do Governo Panisset, a pasta recebe novo nome para atuar na gestão cultural, Doralice Cordeiro, com proposta de manter a mesma linha trabalhada pelo antecessor na Subsecretaria, em sintonia com as negociações políticas partidárias, sendo indicada pelo Partido Verde da cidade, a ocupar a função.

A breve passagem pela política cultural ao longo dos mandatos, é também um dado de análise: os poucos registros existentes, a não-memória cultural, a começar pelo serviço público, que teria necessariamente que ser, em primeira instância, seu guardião primeiro. De uma passagem para outra de governo e ainda, as vezes, na mudança de titulares na mesma gestão, a “guarda” desta memória cultural era ameaçada. Para além da questão cultural, a política se apresenta perniciosa e até mesmo irresponsável, não estabelecendo senso do bem público, da gestão da “coisa pública”, sem garantias da manutenção e preservação natural dos bens da cidade: materiais, imateriais, intangíveis e tangíveis, a começar pelo próprio acervo do setor.

No primeiro e segundo mandatos analisados, identifica-se quadro semelhante aquele vivenciado em outras cidades e na própria estrutura administrativa do Estado, no mesmo período, onde a cultura era planejada e trabalhada sem aprofundamento de políticas, com relativa dependência das ações junto à pasta da educação, e ainda, sem detalhamento orçamentário específico para funcionamento do setor administrativo da cultura.

No terceiro mandato, o quadro de mudanças é constatado, no tocante a nova linha de atuação com propostas de implantação de políticas, geradoras de

programas contínuos. O período é marcado por intensa movimentação, em sintonia e associado ao cenário nacional e ainda, parcerias e intercâmbios com outras cidades do estado fluminense. A presença de gestores de cultura em cursos de capacitação, é também constatado. A organização da estrutura administrativa, com a criação da Secretaria Municipal de Cultura e Fundação de Artes, é também marcada pelas trocas dos titulares da pasta, em função dos calendários eleitorais.

No primeiro ano do quarto mandato analisado, a dissolução da Secretaria Municipal de Cultura para Subsecretaria, novamente integrada a pasta da Secretaria Municipal de Educação, absorvendo ainda Turismo, Esporte e Lazer, revela a instabilidade da estrutura política - administrativa da cultura, dentro do corpo geral da Prefeitura gonçalense.

4.3. A experiência do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do RJ e a capacitação de gestores de cultura

No acompanhamento do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura desde seu primeiro ano, e agora fazendo dele um objeto de análise e estudo, identifica-se um contexto a ser registrado, quando em 2001 um grupo de gestores públicos de cultura, recém instalado em variadas funções nas estruturas municipais (secretarias, fundações subsecretarias, diretorias, coordenações e assessorias de cultura) nos municípios fluminenses, buscavam caminhos de melhor desempenho em sua atuação, identificando entre as necessidades prioritárias, a sua própria capacitação – formação.

Deste modo, um dos objetos desta pesquisa tem data anterior a calendário acadêmico instituído, acumulando deste modo uma soma empírica peculiar, junto à teoria e ao comportamento de pesquisadora, como testemunha participante do processo.

A presença de gestores culturais nas funções municipais é identificada na virada do milênio a partir de variados cenários. Alguns recebem convite diretamente dos prefeitos para atuar na pasta da cultura, outros são apresentados pela classe de artistas da cidade, outros ali instalados pela distribuição partidária de cargos comissionados, outros ainda pela trajetória cultural na cidade local, ou por apresentarem destacado papel nas agendas festivas da cidade ou mesmo nos

calendário escolares. Há ainda aqueles de “sobra” das divisões administrativas, fruto dos acordos e composições políticas (muito constante nas cidades) sob indicação de padrinhos políticos.

Logo após encontro oficial de secretários municipais de cultura, convocado pelo governo estadual no início daquele ano e seu nulo resultado no tocante a encaminhamentos e debates concretos de políticas culturais esperado, frustrando vários gestores (no encontro, foi priorizada uma agenda de passeios turísticos - gastronômicos na cidade de Paraty), despertando naquele momento a idéia de novos possíveis encontros: era o início de intercâmbios e trocas entre os municípios, criando inusitadas condições de dialogo entre os gestores.

No mês de agosto, em 2001, na cidade de Casimiro de Abreu, vários gestores se reúnem durante a I Jornada Fluminense de Cultura, retomando o debate iniciado no início do ano em Paraty, discutindo as primeiras metas conjuntas de ação, com calendário de encontros e principalmente, com a decisão de buscar alternativas de um possível curso de capacitação para o setor. A data de novo encontro do grupo, no mês de outubro, em Búzios, é marcada. Um amplo convite para outros secretários e/ou titulares da área de cultura das demais cidades fluminenses, também foi encaminhado pela direção provisória da Comissão, entre os representantes de 27 municípios reunidos em Casimiro de Abreu. A motivação de participação nos encontros teve resposta positiva, criando novo cenário entre os gestores.

Quis participar de tudo: primeiro no grupo de gestores reunidos em Casimiro de Abreu, na I Jornada Fluminense de Cultura, quando sentimos necessidade de dizer ao estado o que queríamos para nossos municípios. O que culminou com a reunião em Búzios, onde a proposição do curso para gestores se pautou como prioridade. Senti na própria pele as mudanças ocorridas com as trocas e os intercâmbios, com e as mudanças ocorridas também em outros municípios a partir de nossa capacitação. (Sônia Cardoso, pedagoga, Ex - Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Casimiro de Abreu – RJ).

Em Búzios no mês de outubro, durante três dias, vários gestores se reúnem com pauta específica, elaborando o primeiro documento e ainda um comunicado oficial a Secretaria de Estado de Cultura, ela própria sem linhas definidas de cultura ou ações que fossem encaminhadas aos municípios fluminenses. Tomava forma e nome a rede dos gestores: Comissão Estadual dos Gestores Públicos de Cultura, a COMCULTURA RJ.

Assim que organizada, foram encaminhados à secretária de estado, à época Sra. Helena Severo, os primeiros documentos formulados, onde se expunham as considerações da Carta de Búzios e a proposta de um curso de capacitação para os gestores de cultura.

Na ocasião, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, não dispunha de qualquer ação ou programa que objetivasse capacitação e formação de gestores de cultura e tampouco dispunha de orçamento em apoio a tal ação, até porque isto era papel da academia, e sobre as considerações da Carta de Búzios, não houve resposta ou desdobramentos. (Paulo Lisboa, empresário, ex-Presidente da Fundação Cultural de Petrópolis).

O grupo de gestores, oriundo de diferentes regiões do estado, apresentava cenário comum, onde as dificuldades e indagações no tocante a execução de políticas culturais era o ponto chave. Desde a necessidade de presença de políticas de cultura e questões de organização e estrutura (espaço físico, equipe, orçamento, participação administrativa no corpo executivo) aos intercâmbios entre as cidades, tudo era debatido. Nas prefeituras, que em sua maioria absorviam o setor cultural no conjunto de outras unidades administrativas, principalmente na pasta da educação, tudo era novidade e o interesse pelo trabalho em rede iniciado pela Comissão de Gestores, era necessário e bem-vindo.

Em 2001, dos 92 municípios que compõe o mapa estadual, apenas 14 secretarias municipais de cultura estavam organizadas administrativamente, e 9 fundações municipais de cultura. A rede foi sendo ampliada e dos encontros, foi organizada a Comissão Estadual dos Gestores Públicos de Cultura – COMCULTURA RJ: apresentando de modo pragmático metas prioritárias de atuação, dentre elas a necessidade da formação e capacitação dos gestores.

O grupo de gestores, identificado como COMCULTURA RJ, se mantém coeso, atuando em paralelo às atividades nas suas próprias cidades e nos encaminhamentos em rede, criando inédita ação conjunta e parceira entre os municípios integrantes (trocas de circuitos artísticos, de informações, e intercâmbios), criando novo canal de comunicação entre os municípios do interior, a baixada metropolitana e grande Rio, que viviam marcante exclusão do cenário da capital e elas mesmas, as cidades, sem definições de políticas públicas de cultura norteadoras de ação, salvo algumas exceções, como as cidades de Niterói e Volta Redonda.

A proposta do curso permanece como prioridade das ações iniciais dos gestores, levando a tomada de iniciativa de uma agenda junto à Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, no final de 2001.

Em novembro de 2001, tem início positivo debate com a UERJ, através da Subreitoria de Extensão e Cultura - SR3, que acolhe afirmativamente a proposta de um curso, sendo imediatamente elaborado pelo Departamento de Cultura e um pequeno grupo de trabalho dos gestores de cultura. Tal elaboração leva a primeira sistematização do curso, surgindo em 2002, em parceria com a Universidade e os gestores de cultura, o Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. É o início de um programa de qualificação para os gestores de cultura dos municípios fluminenses, e ainda trabalhadores de cultura e técnicos de educação, visando contribuir criticamente para o desenvolvimento das políticas públicas na área da cultura no Estado. (Paulo Bahiense, professor de geografia, ex - Coordenador de Cultura da Fundação Municipal de Casimiro de Abreu, idealizador da proposta do Seminário junto a UERJ)

A presença de um “educador cultural” a frente da Sub-reitoria de Extensão e Cultura, Prof. André Lázaro, foi determinante para a concretização do Seminário, onde as portas da Universidade foram abertas de modo singular, para se “pensar” e realizar aquela experiência: nova para academia e para os próprios gestores. Estes últimos sabiam o que não queriam (continuar sem capacitação e formação para atuação no setor) e a UERJ se mostrou interessada para atender a demanda apresentada, ela mesma com uma oportunidade de novo experimento e expansão, para além de seus muros.

A universidade do Estado do Rio de Janeiro caminha pela trilha da Extensão, em direção à sociedade da qual faz parte. Compreendo a importância da transformação do dia a dia, velocidade com que o tempo presente se dirige ao futuro, a universidade cumpre o seu papel: criar condições para que todo o conhecimento nela gerado saia do círculo acadêmico propriamente dito e seja integrado em todos os níveis sociais, em todos cantos e recanto tos nosso Estado. Entendemos que a universidade não tem fronteiras. Entendemos que a cultura, em seu sentido mais amplo, é o caminho da integração dos variados espaços que compõem a multiplicidade das gentes deste país imenso que se chama Brasil. A arte está em todos nós: criar condições para que a beleza seja via de transformação do cotidiano sofrido e difícil de nosso povo é o propósito do Departamento Cultural e da Sub-reitoria de Extensão e Cultura. Entendendo isto, estaremos entendendo que a multiplicidade de aspectos com os quais lidamos no meio acadêmico deixará de ser um fechamento para se tornar a abertura nada fluida do quere saber. O Seminário com os gestores de cultura em nosso Estado, consolida esta vocação de nossa Universidade. (André Lazaro, professor, ex- Sub reitor de Extensão e Cultura UERJ /Palestra - Julho de 2003).

Realizado inicialmente na UERJ Maracanã, entre março e dezembro, quinzenalmente, às segundas-feiras, sessões pela manhã e à tarde, o seguinte programa em três vertentes temáticas foi aplicado através das palestras e debates, materializando a idéia do Seminário em tempo recorde:

Vertente I – Cultura e Política Cultural: o conceito de cultura; relações entre estado, sociedade e cultura; as políticas culturais no Brasil e no exterior; as leis de incentivo à produção cultural.

Vertente II – Cultura e Linguagens: arte e culturas indígenas, africanas e européias; folclore e cultura popular; música e artes cênicas; artes plásticas e visuais; literatura; a mídia; patrimônio cultural.

Vertente III – Cultura e Gestão Cultural: administração da área de cultura; instituições culturais; espaços de cultura; tensões culturais e especificidades regionais; ética e cultura. (informações DECULT SR3 / UERJ)

Numa divisão de trabalho inicial no ano de abertura do curso, em 2002, a UERJ pensava o seminário e apresentava a maioria dos professores e palestrantes, convidados oficialmente para as aulas, bem como o espaço sede para a maior parte dos encontros. A COMCULTURA operava a logística, informando e mobilizando os gestores, suprimindo as necessidades de produção básica para funcionamento das aulas, como a busca de outros parceiros, viabilizando apoio, principalmente com verba necessária para o funcionamento do Seminário, uma vez que o DECULT não dispunha de recursos. Uma ação de “consórcio” entre as cidades e ainda pequena participação da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, foi viabilizada pela COMCULTURA e a soma das tarefas cumpridas garantiu o êxito daquele primeiro momento.

A parceria estabelecida entre a UERJ e a COMCULTURA, teve momento solene em São Gonçalo, município da Região Metropolitana do Estado, ocupando numa manhã e tarde, do mês de setembro, dois espaços da cidade: Faculdade de Formação de Professores – UERJ e a Galeria de Artes do ICBEU, com a presença do Sub reitor de Extensão e Cultura - UERJ, Prof. André Lazaro, o prefeito da cidade, vários secretários de educação e cultura, trabalhadores e técnicos de cultura, professores da UERJ e convidados.

Durante o ano de 2002, o Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro se consolidou como um fórum de

discussões políticas culturais e lugar privilegiado de exercício do apuramento do olhar sobre as manifestações culturais em sua plena diversidade. Sobre a iniciativa, seria suficiente destacar a importância da produção cultural no desenvolvimento, em termos de ciência e tecnologia, do Estado do Rio de Janeiro, campo ainda pouco explorado pelos gestores, mas com infinitas possibilidades. (Guilherme Lemos, coordenador do Seminário, Departamento Cultural Sub-reitoria de Extensão e Cultura da UERJ / Teatro Noel Rosa, Maio de 2003).

A parceria instituída entre a UERJ e a COMCULTURA RJ, é fator determinante para a instalação da proposta e sua efetivação, nos anos seguintes:

Por um lado, a Universidade abriu-se para o estabelecimento de um vínculo permanente com este importante setor das políticas públicas; por outro, a COMCULTURA RJ mostrou-se atenta à necessidade de qualificação e aperfeiçoamento de seus integrantes. Nesse sentido, a proposta do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro atendeu a ambas as demandas, social e acadêmica, além de constituir relevante instrumento de suporte à produção cultural fluminense. (Guilherme Lemos / 2003).

Segundo registros do Departamento de Cultura da UERJ, o Seminário teve em 2002 um total de 180 participantes de 50 dos 92 municípios do Rio de Janeiro e outros 20 integrantes, entre representantes da UERJ, de outras instituições públicas, privadas e alguns profissionais autônomos, além de ouvintes esporádicos. Teve em 2003 um total de 212 participantes de 51 dos 92 municípios do Rio de Janeiro e outros 20 integrantes, entre representantes da UERJ, de outras instituições públicas, privadas e alguns profissionais autônomos, além de ouvintes esporádicos. O número de participantes dos primeiros anos de trabalho do Seminário, representando várias cidades do estado fluminense, atestam o interesse pela proposta, e o que gerou de mudanças na condução da gestão, em várias cidades do estado.

Acredito que a oportunidade que se criou com a existência do Seminário foi de extrema importância para minha função na prefeitura, na medida em que me transformei numa ponte de acesso a um mundo de informações em diversas áreas culturais para cidade. Por menor que tenha sido minha atuação como secretária, sinto gratificação pela oportunidade que todos os interessados na cultura de Vassouras tiveram ao longo da minha gestão e mudei meu foco de ação na gestão justamente a partir do Seminário e as trocas que ele promoveu entre as mais diferentes pessoas e cidades do estado. (Marta Fonseca, arqueóloga, ex - Secretária Municipal de Cultura – Vassouras).

As palestras, as aulas e contribuições de textos complementares presentes no Seminário, de variados locais (professores da UERJ, técnicos e intelectuais,

trabalhadores de cultura) produzem resultado diversificado, criando uma forma não muito acadêmica para o curso, abrindo as portas da Universidade para outras experiências. Tal formato favorecia ao mesmo tempo, a presença do público alvo, os gestores de cultura (muitos ainda naquele primeiro momento, não tinham escolaridade mínima obrigatória que garantisse sua presença nos cursos padrão da academia). Era uma reflexão da diversidade de abordagens possíveis ao campo da cultura: uma novidade para todos os envolvidos.

O relato de gestores que passam a fazer investimentos em suas variadas qualificações (acadêmicas ou de técnicas específicas) a partir da experiência – presença no Seminário é um resultado positivo do alcance desta abordagem no campo da cultura, saindo da condição de “possível” para real:

Na minha formação acadêmica e mesmo na atuação como gestora cultural na prefeitura da cidade, a participação no Seminário foi um incentivo para buscar novos conhecimentos e articulações, como o investimento numa pós graduação e novas experimentações no campo das artes visuais, atuando nas artes plásticas. Participar do Seminário me movimentou . (Ana Sobral, artista plástica, Ex- Superintendente Municipal de Artes Plásticas, Prefeitura de São Gonçalo)

O livro Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é a primeira publicação do Seminário, com tiragem de 1.500 exemplares e lançamento oficial no dia 24 de março de 2003, na Prefeitura Municipal de Vassouras, primeira sede da COMCULTURA RJ, durante a aula inaugural do ano. A divisão desta primeira tiragem foi destinada a FAPERJ, à distribuição para Bibliotecas e Centros Culturais dos Municípios participantes, a rede de Bibliotecas Universitárias, Bibliotecas Públicas do Estado, Bibliotecas que compõem a REDARTE - Rede de Bibliotecas de Arte, a COMCULTURA, aos autores dos artigos e ainda uma pequena parte destinada à venda (livrarias localizadas em Universidades). O livro Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro ultrapassa a condição de documento, com textos reunidos e as questões abordadas e discutidas ao longo das aulas de 2002, que interessam a todos aqueles que se ligam ao campo cultural, como os artistas, produtores, técnicos, pesquisadores, estudantes e os gestores de cultura.

Organizado em Comissões, o Seminário conta com a assessoria de uma Comissão Executiva, composta por docentes e servidores da UERJ e membros

representantes da COMCULTURA RJ e da Fundação Casa de Rui Barbosa, que se tornou parceira no decorrer do ano de 2003. E uma Comissão Acadêmica, composta por professores da UERJ e um pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. O trabalho das comissões é discutido e refletido em encontros periódicos (mensal para a executiva e bimestral para acadêmica) onde os assuntos do Seminário é pautado entre os integrantes.

Durante o ano de 2003, o Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro teve um desenvolvimento semelhante ao ano anterior, acrescido por mais um representante da Casa de Rui Barbosa para compor a Comissão Acadêmica. Foi então elaborada uma nova vertente temática para atender à necessidade da elaboração de um banco de dados centralizado na UERJ, objetivando a disponibilização de informações sobre as ações e equipamentos culturais entre os municípios fluminenses.

As vertentes passaram a se denominar módulos, encaminhando o registro formal do curso, como uma especialização. O Seminário adota uma estrutura bastante aberta e flexível, alternando as aulas nos três módulos, dando conta da abordagem de cada um deles, tanto nas conferências e comunicações, quanto debates, estudos de caso, relatos de vivências e desenvolvimento de pesquisas, atendendo às demandas específicas dos gestores culturais de produzir conhecimento específico e trocar suas experiências na área de gestão pública de cultura.

No Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura, fui ajudada em todos os aspectos na minha atuação como Secretária de Cultura. Desde a obtenção de mais conhecimento em Patrimônio Imaterial, por exemplo, até a aquisição de conhecimentos em assuntos considerados mais áridos para mim, como por exemplo, Legislação Cultural. A minha compreensão clara de que o setor cultural público é hoje um segmento prioritário da administração pública, constituindo-se também num setor de importância estratégica para o desenvolvimento da nação, também foi um olhar que adquiri participando ali, dos debates e dos outros espaços que o Seminário abria. De posse dessa consciência fui levada a praticar ações de estruturação do setor de forma abrangente e democrática. Mudando até meu comportamento em relação à importância dos coletivos. (Maria Amélia Curvello, artista plástica, ex - Secretária Municipal de Cultura de Friburgo – RJ).

Sendo o público do Seminário oriundo dos municípios do Estado, o caráter multidisciplinar da programação, a variedade de abordagens e a diversidade das estratégias e recursos de explanação – projeção de slides e vídeos, audição de

CDs, apresentações de dança, dinâmicas de leitura de textos, entre outras – possibilitaram que o grande arco de demandas e expectativas dos participantes fosse atendido. Ao final, as palestras sempre resultavam em debates a partir da explicitação de dúvidas, questionamentos e proposições dos participantes. O público, que formava as primeiras turmas do Seminário era diversificado: artistas das variadas linguagens de expressão artística, professores, animadores culturais, produtores culturais, bibliotecários, empresários e mesmo funcionários públicos sem ligação direta com a cultura, profissionais de outras áreas (como administradores ou advogados) e ainda políticos que ocupavam os cargos destinados à pasta da cultura.

No decorrer dos anos seguintes e a linha adotada no Seminário, a composição da turma apresenta formação mais homogênea, com a presença de grande parte dos participantes de perfil mais cultural (artistas, animadores e trabalhadores de cultura, arte-educadores, professores e produtores de cultura).

Eu me interessei pelo Seminário pelo fato do curso ser gratuito e tendo a UERJ como parceira. É claro, era uma forma de aprender o gerenciamento da cultura de uma forma mais profissional. Estar lá mudou a minha articulação. Percebi que poderia me organizar melhor contando com o apoio e parceria de outras instituições, entidades, autarquias, através da aproximação junto a outros gestores e autoridades estaduais e federais, que até então, eram personalidades muito distantes. Eu abri portas. (Ivan Cid, músico, ex- presidente da Fundação Cultural da Prefeitura de Itaboraí / RJ)

Foi iniciado em 2003, o recolhimento de informações através de planilhas digitalizadas que atendem ao mapeamento de ações e aparelhos culturais, material este que não chegou a ser sistematizado, por falta de recursos, principalmente. Ainda neste ano, um momento especial para o Seminário foi a participação dos alunos e de alguns integrantes das comissões acadêmica e executiva no Seminário Cultura para Todos, promovido pelo Ministério da Cultura na UERJ, em setembro: o informe do que acontecia no estado para todo Brasil, por iniciativa dos gestores de cultura, efetivando tal parceria com a UERJ, foi amplamente divulgado, trazendo visibilidade ímpar para o trabalho desenvolvido, gerando maior e mais fácil trânsito entre novos convidados palestrantes, bem caminhos de parcerias para ação.

No ano de 2004 o Seminário, além de dar continuidade à sistemática vivenciada, acrescentou à programação, as mesas redondas onde os próprios participantes expunham e debatiam as políticas públicas por eles praticadas. Essas

exposições, além de salientar a diversidade das práticas, sinalizaram as lacunas na qualificação dos gestores participantes: ausência de conhecimentos específicos nas áreas da gestão pública, projeto de turismo, captação de recursos, técnicas de planejamento, legislação, entre outras. Essas lacunas passam a ser discutidas através de aulas mais direcionadas, além de aprimorar o debate acerca das práticas, promovendo mesas para debates tanto de experiências de políticas bem sucedidas como os casos contrários.

O Seminário representa um marco na descentralização das decisões sobre a cultura e uma conquista em termos de gestão compartilhada da política cultural e ainda coloca os municípios a nu, trazendo à tona a política cultural das cidades, com boas e péssimas experiências. Uma inversão de prioridades passa a existir, uma vez que grande parte das decisões sobre as questões culturais é tomada apenas por instituições federais ou estaduais, quase nada cabendo aos municípios e sem a participação da sociedade civil organizada, o Seminário incentiva a construção de organismos de gestão cultural, dentro e fora da esfera pública, trazendo benefícios aos Municípios e desonerando os órgãos federais e estaduais. O interior começa a aprender sobre política cultural e quer fazer. (Fernanda Peralta, técnica ambiental , ex - supervisora de projetos da Secretaria Municipal de Cultura de Vassouras – RJ)

Acompanhando o levantamento do Departamento Cultural da UERJ, em 2004 (ano eleitoral nos municípios) o Seminário teve 121 participantes de 31 municípios. Em 2005, foram 149 inscritos de 35 municípios. Em 2006, foram 230 inscritos de 32 municípios fluminenses e 2 mineiros. Embora o número de municípios participantes tenha diminuído o número de secretários municipais aumentou significativamente, o que trouxe uma melhora qualitativa aos debates e conseqüentemente, no retorno às cidades, os titulares das pastas passam a adotar novas ações em suas gestões. O número de cidades presentes nestes anos, variando entre 30 a 35 cidades, faz referencia à soma de secretarias e fundações municipais de cultura distribuídas pelo estado existentes, onde se destaca o interesse dos titulares das respectivas pastas, no processo de capacitação e debate propostos pelo seminário.

Em 2005, o total de 32 aulas foi dividido entre os parceiros realizadores: 10 para convidados de fora do Estado do Rio de Janeiro, 06 mesas redondas para práticas de políticas públicas praticadas, 06 conferências do Ministério da Cultura sobre modificações nas políticas públicas de cultura e sobre patrimônio material e imaterial, 02 sessões de debates com os membros da COMCULTURA RJ, e 08

aulas sobre temas que atinjam diretamente as necessidades de qualificação dos gestores, ministradas por professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, técnicos da Fundação Casa de Rui Barbosa, além de profissionais de outras instituições.

Também neste ano, representantes da COMCULTURA RJ, passam a compor a Comissão Acadêmica, interagindo ainda mais nas decisões conceituais do Seminário, além do papel protagonista de produção e logística desempenhado deste o primeiro ano. Neste aspecto, são sensíveis as mudanças de relação entre a academia e os gestores, uma vez que ao longo dos primeiros anos de ação conjunta, os papéis de atuação dos atores envolvidos, doutores e mestres da academia e os arte - educadores, artistas e trabalhadores de cultura da COMCULTURA RJ, tinham profunda distinção, evidenciado na separação das “tarefas” desempenhadas por um e outro, representando as lacunas existentes entre os dois lados, o distanciamento da teoria e da prática, dos saberes convencionais e os saberes informais.

Ainda em 2005, o Seminário firma convênio de Cooperação Técnica com a Fundação Casa de Rui Barbosa, mais especificamente com o Setor de Políticas Culturais, dando novo impulso ao projeto, abrindo espaço para a formulação de linhas de pesquisa na área das políticas públicas de cultura. O Seminário passa a priorizar uma programação completamente focada nas políticas públicas de cultura, firmando-se como uma experiência que atrai o olhar de outros estados da federação, inclusive. Nesta nova parceria formalizada, destaca-se a presença fundamental da pesquisadora e historiadora Lia Calabre, que passa a atuar diretamente no Seminário, através da Comissão Acadêmica e sendo ponte para a vinda de nomes do cenário nacional das políticas de cultura, dentre outros intelectuais e pesquisadores.

As mesas sobre experiências municipais foram aprimoradas e apresentadas tematicamente: o relato dos gestores municipais, trazendo não apenas as informações e histórico das cidades, é também um balizador para o próprio Seminário, frente ao cenário que estava sendo apresentando, detectando as carências e necessidades deste ou daquele investimento no campo do saber e das trocas possíveis. A Comissão acadêmica é reformulada, com olhar agora ainda mais atento e afinado às questões das políticas culturais, contando com a participação de

profissionais ligados à área da cultura, de origens diversas: política, história, literatura, geografia da cultura e educação, redefinindo ainda seus módulos em:

Módulo I Cultura e Política cultural

1. Estado e cultura: panorama contemporâneo
2. Política cultural: conceito e histórico
3. As políticas culturais no Brasil e no exterior
4. Legislação cultural

Ementa

Panorama do estado atual da implementação de políticas públicas pelo governo federal com foco especial nas ações integradora de políticas nos níveis municipal, estadual e federal. Conceito de política pública de cultura. Histórico das ações do Estado no Brasil no campo da cultura e alguns modelos internacionais. Legislação cultural nos seus diversos aspectos.

Módulo II Gestão cultural

1. planejamento e ação
2. administração de instituições culturais
3. gerência de atividades culturais
4. gestão de patrimônio
5. elaboração e avaliação de projetos culturais
6. tensões culturais e especificidades regionais
7. economia da cultura

Ementa

Modelos de gestão e sua aplicação em organizações públicas voltadas para a produção cultural. O papel do gestor. Produção documental e acervos culturais. Estruturação e gerenciamento de eventos. Ações patrimoniais. Leis de direito autoral. Gestão de recursos e informações .Diversidade cultural. Função social e econômica da cultura.

Módulo III Produção, comunicação e marketing

1. marketing cultural
2. pesquisa de mercado
3. turismo cultural
4. consumo cultural

Ementa

Conceitos de comunicação e marketing com direcionamento específico para a área de produção de cultural. Pesquisas e elaboração de diagnósticos de planos de marketing. Planejamento de ações de turismo cultural.

Módulo IV Experiências Municipais

1. especificidades municipais

2. práticas administrativas culturais

Ementa

Montar um quadro das especificidades municipais com ênfase no interior. Apresentação de experiências.

(Informações do Departamento Cultural da Sub reitoria de Extensão e Cultura – SR3 UERJ)

Dois fatos em 2005, ampliam de modo ainda mais consistente os trabalhos desenvolvidos no Seminário: a assinatura de convênio entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD e a COMCULTURA RJ, obtendo financiamento para suas ações, com verba para palestras e publicações. Essas publicações colocam em dia os resultados de 2003 a 2006, em dois volumes com o selo Editorial Casa de Rui Barbosa, numa organização conjunta de pesquisadores que representam a Casa de Rui Barbosa, a UERJ SR3 e a COMCULTURA RJ.

Neste momento de convênio com o Ministério Educação, a COMCULTURA RJ por exigência do mesmo, formaliza-se enquanto entidade, registrando Estatutos e demais documentos pertinentes à condição de organização, estabelecendo-se como uma associação cultural, sem fins lucrativos, com direção coletiva e linha de atuação pautada em suas metas de organização original.

O outro fato é a presença do Seminário, já legitimado como um fórum permanente de debate e espaço de pensamento da cultura no estado fluminense, no processo de efetivação das conferências municipais, intermunicipal e estadual de cultura, como palco de aglutinação entre os parceiros da ação, resultando na organização da delegação do estado do RJ, para I Conferência Nacional de Cultura, em dezembro de 2005, envolvendo representantes de municípios, do estado, da UERJ e sociedade civil organizada.

Ao longo desses quatro anos é perceptível a mudança operada nos municípios, onde os gestores assimilam e aplicam o conteúdo apresentado nas aulas nas suas práticas de gestão, traçando novas metas e mesmo a elaboração de políticas culturais, bem como os intercâmbios e ligações entre professores, palestrantes, que visitam e criam ligações nos municípios nas mais variadas agendas (encontros, fóruns, conferências e oficinas de cultura).

Particpei de quase todos os Seminários de Políticas Públicas de Cultura da COMCULTURA / UERJ, desde seu início, e depois fiz cursos pelo IBRAP e

outros cursos na área de Educação Patrimonial, cultura e turismo, entre outros. O desenvolvimento da malha institucional da cultura no município de Casimiro de Abreu se deve muito ao fato de ter ido buscar capacitação e ter podido proporcionar a outras pessoas do quadro funcional a mesma oportunidade. Mudou meu olhar, mudou a percepção sobre a cultura local, mudou a forma de gerir e gerou a necessidade de levar muitas outras pessoas a aprenderem e assim, verem de forma diferente o nosso lugar. A riqueza dos intercâmbios entre os gestores e os municípios, o conhecimento das realidades de cada localidade, das expressões culturais próprias de cada município ou região, era muito importante e uma novidade. E ainda, a auto estima de muitos de nós, gestores, que aprendemos a olhar para a academia e nos sentirmos donos e participantes dela, passamos a conversar com o Estado e o Ministério da Cultura de igual para igual e não como pedintes que esperam um favor. Isto foi muito bacana para o crescimento social e cidadão de muitas pessoas. (Sônia Cardoso, pedagoga, ex - Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Casimiro de Abreu – RJ).

Cria-se cenário rico, de contínuo aprendizado, onde a cultura se estabelece com nova prática no mapa fluminense, em especial, no interior, no tocante à construção de políticas públicas de cultura. De 2002 a 2005, com quatro anos de atividades do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, a mudança no encaminhamento de políticas culturais foi sensivelmente alterada nas estruturas municipais: organização de secretarias ou gerências mais específicas para a cultura, investimento em equipes técnicas, melhoria nos aparelhos de cultura, organização de concursos públicos inéditos para o setor, implantação de planos e conselhos municipais de cultura, bem como leis de incentivo e legislação mais detalhadas para cultura.

Assim, considerando o pouco tempo de existência do Seminário e o quadro anterior dos municípios, antes de sua realização, identificam-se alterações positivas no mapa das políticas de cultura no estado fluminense de modo marcante, em função da capacitação e formação dos gestores de cultura.

4.4. A influência da capacitação de gestores culturais na elaboração e efetivação de políticas de cultura em São Gonçalo.

Aprender, aprimorar-se, buscar aperfeiçoar-se, ampliar os conhecimentos, estar apto, enfim: construir cenários de avanços é desejo natural daqueles que objetivam melhorar e avançar, quer na sua condição individual ou em grupo, na

melhoria da condição intelectual e profissional do indivíduo. Em todos os segmentos e ramos de trabalho, especificações técnicas ou investimento intelectual, o exercício da formação e capacitação é investimento de retorno positivo.

No desempenho de funções na área da gestão cultural, não é diferente: todo investimento em prol da capacitação para melhor atuar no setor, é de igual modo importante, necessário.

Considerando os anos de foco de análise deste trabalho, e os resultados identificados nos períodos pesquisados, é real afirmar que o investimento na capacitação dos gestores culturais em atividade na prefeitura da cidade de São Gonçalo, em determinados momentos, exerceu influência na elaboração e efetivação de políticas públicas de cultura. Para isso leva-se em conta os resultados analisados nos demais períodos, onde a capacitação e formação de gestores de cultura não era realidade.

A melhoria na oferta dos serviços culturais, as propostas para envolver as variadas linguagens artísticas, o debate mais conceitual das políticas de cultura, a organização administrativa do setor, as movimentações de intercâmbios e parcerias (internas e externas), as alternativas para ampliação de recursos e fundos orçamentários, o estímulo e apoio às organizações e movimentos artísticos, o reconhecimento de manifestações e entidades sócio-culturais locais, as metas estruturais de médio e longo prazo para a cultura, apresentaram melhoria e avanços, na seqüência da condução das políticas culturais no período onde a capacitação dos gestores foi estabelecida, sendo, portanto, fator de influência para sua elaboração e execução.

Nos 13 anos percorridos da análise, identifico em vários momentos nos diferentes mandatos, ações e iniciativas semelhantes, no que diz respeito ao comprometimento pela cultura, localizando Agentes de Cultura com estreita ligação local, mantidos pelos laços de identidade com a cidade, numa soma de trabalho e dedicação que não se restringia às horas de expediente: a fala recorrente de “... *é tudo muito difícil, mas a cidade precisa tanto e eu amo a cultura...*” explicita a disposição localizada em vários agentes e gestores culturais.

Nos períodos identificados onde a formação e capacitação do gestor não era realidade, as atividades culturais eram desenvolvidas sob um ordenamento sem planejamento, uma condução “solta”, mesmo que existisse um roteiro, as atividades

eram aplicadas pela imposição das agendas a serem cumpridas. Trabalha-se na condição *do instinto*, com a prática otimista “*de que no final tudo dá certo*”.

E como todo ponto de vista é a vista de um ponto, é que a cabeça pensa onde os pés pisam (Boff, 1997), os condutores das políticas culturais trilhavam caminhos sem prévio planejamento ou estratégias de pré-produção e desdobramentos: a meta era “*fazer a cultura acontecer, tínhamos que colocar as atividades na escola e depois na praça*”, sem que este “fazer a cultura acontecer”, ou em quais condições se “colocava as atividades na escola e na praça”, fossem previamente pensadas e avaliadas, integrando um projeto que respondesse por um programa e este, finalmente, dentro de uma linha definida, de um plano norteador da cultura, com seqüência e continuidade.

Esta ação, nos primeiros anos da década de 90, é a ação que se repete em boa parte das cidades fluminenses, onde São Gonçalo acompanha o cenário estadual. A cultura *acontecía, funcionava*, ainda que sob a ótica daqueles que a conduziam, num período que gestão cultural e gestores de cultura, eram expressões desconhecidos e seus conceitos, ainda mais, na cidade gonçalense.

Nos primeiros anos do século XXI, estas expressões e conceitos passam a fazer parte do cenário da política estadual e nacional, chegando até as cidades. Em São Gonçalo, os agentes culturais vão se “localizando” na função de gestores, onde a gestão da cultura, para melhor administrada e executada, carecia de formação e capacitação mais específica.

Embora considerando que capacitação e formação de gestores culturais tenham sido determinantes para a elaboração e execução de políticas do setor em um período, quando tal processo foi operado, na capacitação dos gestores atuantes nos setores da cultura, mesmo aptos e mais capacitados, ainda assim, as limitações foram diagnosticadas: nas “leituras” e observações interpretativas das entrevistas e dos questionários observados, e ainda, pelas muitas horas de conversas com trabalhadores e artistas de cultura da cidade, intelectuais e professores, agentes e gestores de cultura, três fatores são realidade para o não encaminhamento das políticas de cultura da cidade, sua elaboração e execução. Ou mesmo, encaminhamentos e elaborações das políticas culturais, apenas em parte.

O primeiro é o baixíssimo orçamento destinado à pasta, que não assegura que políticas possam ser estabelecidas de fato, uma vez que a falta de recursos para os programas, compromete e ameaça os trabalhos a serem desenvolvidos. Por

mais *bem intencionada e criativa* que seja a equipe, levando-se em conta o tamanho da população e contexto sócio-econômico da cidade, sem orçamento, é difícil propor, encaminhar e manter as ações e programas culturais.

O segundo aspecto é a constante interferência da política partidária na operacionalização da pasta, alterando propostas encaminhadas que não chegam a ser efetivadas, dificultando sua movimentação e dinâmica, quando os cargos comissionados são distribuídos e muitas vezes, não considerando o perfil técnico pertinente para o setor. Ou ainda, a constante mudança de titulares, gerando instabilidade e descontinuidade nas ações. Ainda neste mesmo aspecto, a condição temerária da própria estrutura administrativa, com alteração volante, menos independente no conjunto executivo da prefeitura, ativando e desativando o setor.

O terceiro aspecto é fator preponderante, criador dos cenários anteriores: o pouco espaço e diminuta importância da cultura na pauta executiva e legislativa da cidade, sendo considerada uma *política menor*, que *não dá voto* e não vai *nunca chamar a atenção dos políticos*, segundo as escutas nas diversas falas que se repetiram, em todos os mandatos.

Este terceiro aspecto engloba num quase resumo do trabalho aqui apresentado, desde a fundamentação teórica, com o breve histórico traçado sobre a cultura brasileira, políticas de cultura no estado fluminense, gestão e gestores de cultura, e a análise no campo empírico, fazendo recortes da história gonçalense e suas políticas de cultura, considerando a influência da capacitação de gestores de cultura para as políticas de cultura em São Gonçalo. É também um aspecto que não se esgota nesta pesquisa, onde mais aprofundado olhar e levantamentos são necessários para sua reflexão.

Numa cidade que apresenta profundos problemas de ordem social e econômica, onde a falta de identidade com o lugar é incentivo para o pouco cuidado dela própria, onde a desestruturação e caos urbano é motivo de embaraço e mesmo vergonha, onde estão localizados os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado, sem políticas exequíveis que os confrontem, como a cultura pode não ter importância?

Porque a cultura não é vista como instrumento fundamental para alteração do cenário social e econômico que marca a cidade? Como a política cultural da cidade, não tem localização estratégica nos demais planejamentos das unidades administrativas, tratando de medidas de transversalização de suas práticas e

linguagens, sendo utilizada como instrumento de projetos que amenizem, atenuem, ou mesmo erradiquem os índices alarmantes de exclusão e miséria de parte expressiva da população?

A cultura, como “ política menor”, ou fora da linha de prioridade na pauta política do executivo, é ela mesma, enquanto ausência, a política cultural vigente. Ou seja: a não política, que não implica em investimentos e demandas no setor, para o setor.

A tarefa de universalizar o acesso à cultura, de ampliar a representatividade dos atores e das práticas no campo político e simbólico da cultura, esta ainda por ser implantada, por ser colocada como fator estratégico, mantendo-se ainda em compasso de espera, na cidade de São Gonçalo.

De 1993 à 2005, melhorias e avanços, mais organicidade e pontuais mudanças foram identificadas no universo da cultura local, mas o saldo identificado é tímido, considerando o contexto geral da cidade aqui apresentado, onde a presença de políticas culturais e os desdobramentos em função de sua execução, em muito contribuiriam para o desenvolvimento do município, sendo necessário, maior e mais intenso investimento no setor, quer no aperfeiçoamento e capacitação de seus gestores, quer no posicionamento da localização da cultura no interior das políticas públicas da cidade e na sociedade de geral.

A contextualização com o cenário estadual e nacional, ao longo dos 13 anos de análise, é fundamental na composição deste tempo da história das políticas de cultura em São Gonçalo, onde os trinta anos de organização do primeiro setor administrativo no governo estadual, o Departamento de Cultura, em 1975, os vinte anos de criação do Ministério da Cultura, em 1985, e onze anos da organização da Secretaria de Estado de Cultura, em 1994 e a nova linha adotada nacionalmente, a partir de 2003 pelo Governo Lula nas políticas culturais, exercem influência no caminhar da cultura local.

Mesmo com a capacitação, o aprimoramento e a formação adquirida, ao longo da análise desenvolvida, identifico que o caminho para a formulação e execução das políticas de cultura é mais árduo e amplo: não basta estar qualificado e apto, deve-se também compor politicamente e garantir orçamentos, adensando o próprio conceito de cultura na cidade de São Gonçalo, para que uma linha de atuação das políticas culturais seja realidade e exeqüível.

A composição com as demais políticas públicas, considerando a realidade do município gonçalense, é um exercício de articulação a ser ampliado. A cidade, de modo geral, tende a trabalhar a política de cultura como instrumento da ação social. Priorizar a cultura no processo de democratização e no fortalecimento da cidadania, é ação que envolve o poder público e também o segundo e terceiro setor, com uma nova prática de cultura, das políticas culturais, com encaminhamentos efetivos e estratégicos, de forma pragmática no município.

5 CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS

Parte dos números da pesquisa IBGE 2006, que trata dos Indicadores Culturais do país, registram que dos 70 milhões de trabalhadores no Brasil, 4 milhões e 200 mil atuam em atividades culturais, deste montante, 6% estão no estado fluminense, com total aproximado de 300 mil trabalhadores de cultura. Quantos seriam na cidade de São Gonçalo, atuando no setor cultural?

Quase vinte anos antes, na condição de atriz bonequeira, não associava cultura aos números. Não fazia contas dos elementos necessários para garantir na cidade gonçalense, medidas efetivas para a criação e estímulo de platéia e consumo cultural, dentro do meu próprio círculo de interesse profissional. Também não identificava, duas décadas antes, quais ações do governo local para que os trabalhadores de cultura da cidade, parte desta cadeia produtiva, pudessem atuar sem precisar sair da cidade no investimento de outros palcos e agendas de trabalho sistematicamente, em função do cenário local, restrito e limitado para atuação.

Nos últimos cinco anos, números e cultura têm caminhado muito próximos em várias ações do governo federal e vários governos estaduais, pois através dos indicadores pode-se identificar e localizar o que precisa ser feito, onde e quais programas precisam ser aplicados e desenvolvidos. Que setores carecem de mais incentivos: as cidades também precisam descobrir os números da cultura, traçando a sua própria rota cultural.

Olhando para trás, 16 anos antes, num tempo bastante recente da história local, onde a política cultural se apresenta fragmentada, localizam-se indicativos que a cidade precisa ser descoberta: a cidade, o local primeiro da cultura. Este espaço

onde as relações se estabelecem, onde a convivência é deflagrada na esquina e nas mesas de bar, nas agendas sociais, religiosas e culturais. O espaço aberto, das relações do espaço comum e coletivo, onde a pluralidade se estabelece, livremente.

A cidade, como o primeiro lugar onde a “a cultura é produzida, as idéias são produtos da vivência do lugar. Onde as ações são solidárias, no sentido de que são independentes, pois é nos lugares que as pessoas realizam seus intercâmbios, sua cultura e seus modos de vida“. (SANTOS, 1989) ainda está por ser descoberta. No decorrer desta pesquisa, ouvindo os relatos e as entrevistas, lendo os questionários e investigando os lugares da memória coletiva, fica evidenciado que o *papa - goiaba* gonçalense, ainda não descobriu a própria cidade, e a relação da cidade com o restante do Brasil, sugere um distanciamento, como se ela *custasse* a integrar-se neste corpo - país.

Os gestores de cultura de várias cidades do Estado Fluminense, desejosos de aprender mais sobre cultura, foram dialogar com os *donos do saber* e juntos, descobriram que todos podem contribuir com algo. Sem aceitar o cenário que era colocado, trabalhadores de cultura recusaram *modelos ou formas* de cultura, criando em cenários de crise (e crise sem o “s“ é crie), um novo processo cultural, um novo fazer cultural, tentando dar conta do que Marilena Chauí trata de “cidadania cultural“, começando pelas próprias cidades, que compõem o mapa do estado.

A cultura como direito, como um dos mecanismos para materialização da *condição cidadã*, se apresenta como um instrumento de realização para a própria cultura de direitos, ainda *desconhecida* nas cidades, pautada na reflexão de Arendt (1998), no “direito a ter direitos“. O desenvolvimento, associado ao marco legal de políticas culturais sendo efetivadas na máxima da *cidadania cultural*, como meta proposta nos planos diretores e planejamentos estratégicos, ainda que represente cenário utópico, que seja! Se tal cenário for construído nas diferentes esferas de poder em linhas transversais, com as demais políticas públicas, amenizaria a insuficiência histórica que é realidade em relação à cultura, nas cidades.

Nestas considerações quase finais sobre direito, cidadania e desenvolvimento, registro o conceito de cultura do Sr. Germano, com a autoridade que seus 73 anos de vida lhe garantem de sabedoria, apresentado em dia de atividade cultural, numa praça da cidade: “...cultura é o que movimenta as pessoas, né? Forró para mim, é cultura, e as coisas bonitas que tem gente que sabe fazer, né? É quando tem programa aqui na praça que a prefeitura bota – de

música, destes artistas ai que fazem peça, né? Quanto tem feira do artesanato e a praça fica com gente, movimentada, é cultura. Pena que não tem sempre. Olha, escreve ai D. Gleice: cultura é vida, e a praça fica melhor, com mais gente, e eu vendo mais pipoca. ²

Procurando seguir o ritual acadêmico de praxe, para desenvolver a pesquisa, tentei manter o olhar e postura de pesquisadora, de investigadora no tema-assunto. Ainda sim, imagino que em alguns momentos a análise possa ter tomado uma escrita mais autoral e descritiva: eu e a cultura. Tal fato é apenas uma consequência, vivendo ao longo da vida pela cultura, um amor comprovado e não apenas uma paixão passageira.

Olhando para história da cultura gonçalense, entremeada e interligada em fios e fios com a história da cultura fluminense e brasileira, penso nas costuras que foram feitas e quanto ainda está por fazer. Em 05 de novembro de 2004, Dia Nacional da Cultura, fui alertada antes de chegar ao gabinete da Secretaria Municipal de Cultura, onde ocupava função de titular da pasta, que a Feira de Artesanato da Rua Salvatori (centro da cidade, em frente à sede da prefeitura) estava sendo interditada por fiscais da Postura (setor da Secretaria Municipal de Fazenda, no departamento de Fiscalização), e os artesãos obrigados a entregarem seu material de trabalho, e desmontar as barracas de exposição. *Negociando* com os fiscais, funcionários de outras unidades administrativas da mesma Prefeitura, alegava que a autorização dos artesãos para exporem no local estava em ordem. Em uma das barracas, mostrei ao fiscal uma colcha de fuxico, dizendo que se tratava de material artesanal, não era produto industrializado e que os artesãos gonçalenses, em pleno Dia Nacional da Cultura, faziam daquele artesanato uma peça de orgulho para todos, movimentando a economia e vida cultural da cidade. O fiscal respondeu: *“E quem liga pra cultura? Recebi ordem para retirar as barracas, e liberar o local para estacionamento.”*

O fuxico, de idade secular, tem a sua criação atribuída (cogitada) aos escravos africanos, popularizado dentro do universo do *patchwork* no início do século XX. Um pequeno círculo com as extremidades alinhavadas e franzidas inspiram a criação de pequenos enfeites e adereços, até a composição de peças maiores como colchas. O fuxico é um artesanato que está presente em todas as

² Informação oferecida oralmente pelo Sr. Germano Silas, pipoqueiro. na Feira de Artes, Praça do Zé Garoto/ SG, em Junho de 2002.

regiões do Brasil. O termo em português é sinônimo de "fofoca" (cochicho) e, segundo o folclore brasileiro, recebeu este nome porque as mulheres se reuniam para costurar e cochichar sobre a vida alheia.

O fuxico sempre esteve associado à classe social de baixa renda, e ainda as comunidades rurais. De uma década para cá, com o surgimento da customização e a introdução de novas técnicas artesanais na moda e na decoração é que ele começou a ser mais valorizado. Hoje, fuxicar é arte, beleza, graça. Fuxicar está na moda.

A tecelagem e o artesanato já foram proibidos no Brasil, cem anos antes da organização do primeiro setor administrativo de cultura no Estado do Rio de Janeiro, noventa anos antes da criação do Ministério da Cultura. Hoje são atividades de destaque no pacote da cultura e da economia fluminense e brasileira: tempo e história. Cultura e desenvolvimento.

Uma colcha de fuxico cultural: assuntos e assuntos sobre políticas culturais, sobre cultura, bordada numa roda integrando "outros" assuntos, aprendendo e costurando artesanalmente, tempos novos no mapa do estado fluminense e país. E o Brasil começa nas cidades, como São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.



*Capela da Luz / Praia da Luz
Ilha de Itaoca*

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Coleção debates política. Editora Perspectiva/ SP, 1997.

_____. *O que é política?* 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARROYO, Miguel. *O aprendizado do direito à cidade: Belo Horizonte – A construção da cultura política*. Belo Horizonte: Revista da Faculdade de Educação da UFMG, n. 26, 1997.

BADARÓ, Murilo. *Gustavo Capanema, A revolução na cultura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BAIENSE, P.R. *Panorama atual da cultura fluminense - Cultura, Arte e Tradições Fluminenses – Painel I*, Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2003.

BARBATO Jr., Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular*. Os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo, São Paulo: Annablume\Fapesp, 2004.

BARCELOS, Jalusa. CPC-UNE. *Uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas. VOL I – SP/Brasiliense, 1985.

BHABHA, Homi K.O. *Local da cultura* / Homi K. Bhabha; Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima e Gláucia Renate Gonçalves – Belo Horizonte:ED UFMG, 1998.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976 – 1990*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo: Perspectiva. 2001, vol.15, no. 2, p.73-83.

_____.A política Cultural e o Plano das Idéias. IN: Rubim, BOTELHO, Isaura Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. (orgs.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BRAGA, Maria Helena Carvalho. *O Município de São Gonçalo e sua história*. Niterói, Gráfica Falcão. RJ, 1997.

BRANT, Leonardo. *Políticas Públicas*. BARUERI, SP: Manole, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Frederico A. Barbosa da Silva, autor. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2)

BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. Brasília, 2006. 52 p. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br> > 2007.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALABRE, LIA. *Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n 31. 2003.

CAMPOS, Cleise; LEMOS, Guilherme. CALABRE, Lia (Orgs.) - *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – 2004 - 2005* Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007. v. 01. 235 p.

CAMPOS, Cleise; LEMOS, Guilherme, CALABRE, Lia (Orgs.) - *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro - 2006*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius, 2007. v. 01. 224 p.

CAMPOS, Cleise. *História de São Gonçalo – Apostila de Trabalho/ Reprodução* Colégio Leopoldo Coelho /São Gonçalo - RJ, 1984.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Políticas Culturales in América Latina*. México: Editora Grijalbo, 1987.

_____. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARNEIRO, Édison. *Folgedos tradicionais*. Rio de Janeiro: Editora conquista 1974.

CARVALHO, Cristina Amélia. *Outras formas organizacionais: o estudo de alternativas ao modelo empresarial na realidade brasileira*. Projeto para o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), UFPE/UFRGS, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Mostra de cultura popular*. SESC, s/ cidade, s/ data.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre práticas e representações, Difel. 1990.

_____. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico* In: Estudos históricos, Vol. 08, nº16. Rio de Janeiro, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Professores, professoras*. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 2 - 2, 14 nov. 1983.

_____. *Política e cultura democráticas*. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 4, 16 jun. 1990.

_____. *Cultura e Democracia*. 6ª Edição. São Paulo: Cortez. 1993

_____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Cultura política e política cultural*. São Paulo: Estudos Avançados 9 (23), 1995, P.71-84.

_____. *Brasil mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *Cultura e democracia*. O discurso competente e outras falas. Nova edição revista e ampliada.. 11. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. *Cidadania Cultural – 1 Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.*

CHAUÍ, Marilena, FARIA, Hamilton. *Uma opção radical e moderna: democracia cultural* - Polis nº 12 / São Paulo, 1993.

COELHO, Teixeira. *Guerras Culturais – Arte e Política no Novecentos Tardio* – Editora ILUMINURAS, São Paulo / SP, 2000

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. *A Imaginação a Serviço do Brasil: programa de políticas públicas de cultura*. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.lula.org.br>

COLL, Augusti Nicolau. *Projetos para uma diversidade Cultural intercultural na era da globalização*. Col. Interculturalidade Polis, SP, 2002.

CONDURU, Roberto e Siqueira, V. – *Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro* - Organização do livro, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2003.

CUNHA, MARIA HELENA MELO DA. *Gestão cultural: profissão e, formação* – Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Presidência da República – Atualizada / Ementa 48*. Brasília.DF, 1988.

CURY, Cláudia Engler. *Políticas culturais no Brasil: subsídios para lembrar construções de brasilidade*. 2002. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP: 2002.

DINIZ, Luisa M. Rodrigues. *Análise das Dimensões da Sustentabilidade dos Pontos de Cultura em Pernambuco* – Dissertação Mestrado / UFPE .Recife, 2008.

FALCON, Francisco J. Calazans. *A História Cultural*. In: Rascunhos de História. Rio de Janeiro: PUC, 2002.

FARIA, Hamilton. *Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades*. In: BRANT, Leonardo (org) Políticas Públicas. BARUERI, SP: Manole,2003.

FEATHERSTONE, M. *O Desmanche da Cultura – globalização, pós- modernidade e identidade*. São Paulo/ SP Estúdio Nobel / SESC- SP 1997.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.1967.

_____.*Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.1970.

_____. *Pedagogia da indignação*. São Paulo / UNESP, 1994.

_____. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro /Editora Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma bibliografia*. Rio de Janeiro / Editora Cortez, 1996.

GAMEIRO, Rodrigo Guimarães. *No Campo das Políticas Públicas Culturais em Pernambuco, os Caranguejos com cérebro se organizam para desorganizar –* Dissertação Mestrado/ UFPE.Recife, 2007

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GUIÃO, Homero. *Capela, Fazendas e Engenhos*. São Gonçalo. Gráfica Tricolor, 1973 (MEMOR).

_____. *História de São Gonçalo*. Rio de Janeiro: Edições RJ, 1968.

GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão*. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 1965.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos Interessantes: Uma vida no século XX* – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____ *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 27 - Maria Inez TARUZZI (org), Brasília: IPHAN, 1999.

ITAÚ CULTURAL, *Revista do Observatório Itaú Cultural \ OIC* – n 1,2,3,4,5,6,7 (2007 e 2008) São Paulo-SP: Itaú Cultural, 2008.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais*. (IBGE) Página visitada em 15 de agosto de 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005. (19 de dezembro de 2007). Página visitada em 29 de julho de 2009.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo, SP. Unesp, 1992.

LOPES, Antonio, Herculano; CALABRE, Lia.(Orgs.) *Diversidade Cultural Brasileira*., Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. *A informação esquartejada*. Rio de Janeiro, ed.do autor, 1971.

_____ *El triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro\ Brasília, Nova Fronteira – Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

- MARTINELL, Afons. Gestión cultura y procesos de profesionalización. *Revista Iberoamericana de Educación*. Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), out, 2002.
- MARTINS, E. de Rezende. *Cultura e Poder*. Brasília: IBRI/FUNAG / 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo. Martin Claret. 2004.
- MATA, Salvador e Silva e FERREIRA, O.L. *História de São Gonçalo – 1890-1990*. São Gonçalo: Ed. Belarmino de Mattos, 1993
- MATA, Salvador e Silva. *São Gonçalo no século XVI*. SG, Companhia Brasileira de Artes Gráficas: RJ, 1995.
- MEIRA, Marcio. Uma política republicana. In: *Teoria e Debates*, São Paulo – maio/junho, 2004.
- MEMÓRIA, Tatiana Chagas. CIEP’S e GPS: Programa Especial de Educação. Fundação Darcy Ribeiro. RJ, 1999.
- MERRIAM, Sharan B. The design of qualitative research. In. *Qualitative research and case study applications in education*. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MINAYO, M.C. de S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- Ministério da Cultura. 1 *Conferencia Nacional de Cultura 2005 / 2006 Estado e Sociedade Construindo Política Públicas de Cultura - MinC – SAI*, Brasília – 2007
- _____ *Cultura é um bom negócio*. Brasília: MinC, 1995.
- MOISÉS, José Álvaro. Estrutura Institucional do Setor Cultural no Brasil. *Cadernos do Nosso Tempo*. Cultura e Democracia. Rio de Janeiro: FUNARTE, vol. 1, p. 13-55, 2001.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Desestruturação e Reestruturação do Município de São Gonçalo: 1913 – 1918*. Ciclos de Estudos Fluminense – 1983. Niterói / UFF (Monografia).

MOREIRA, Adriano. *Teoria das relações internacionais*. Porto: Almedina, 1999.

MOTTA, M. *Pelas bandas d'além: porteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora, 1808-1888*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1989.

NACIONAL, Arquivo. *Arquivo Nacional e a História Luso Brasileira – Notas do Estado do Ministério do Reino, 1835 – 1885*. RJ, 1953.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Os intelectuais, a nação e o povo In: *Seminário folclore e cultura popular – série encontro e estudos n°01*. Rio de Janeiro: IBAC, 1992.

ONU, *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Cultura*, disponível: <http://www.pnud.org.br>.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidades nacionais*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALMIER, L. São Gonçalo, *Cinqüentenário*. História, Estatística, Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

_____. Distrito de Neves. IBGE – *Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, 1951. Niterói (MEMOR).

PITOMBO, Mariella. Entre o universal e o heterogêneo: uma leitura do conceito de cultura da UNESCO. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007

PNUD. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil, Atlas do Desenvolvimento Humano.* (PNUD 2000). Página visitada em 29 de julho, 2009.

PONTES, Ipojuca. *Cultura e modernidade.* Brasília: Secretaria de Cultura, 1991.

PORTO, Marta. *Cultura e desenvolvimento: um desafio de todos.* In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura e Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

PRIORE, M. L. M. *Roger Chartier, o historiador da leitura.* Veredas, Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Arquivo Nacional, Guardião da memória do país. Gazeta Mercantil,* Rio de Janeiro, 2002.

RIBEIRO, R.J. (1994), "A política como espetáculo", in E. Dagnino (org.), *Anos 90. Política e sociedade no Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 2001.

ROCHA, Adair. *Cidade cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta – 2 Ed.* – Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2005.

ROTA Cultural. *Agenda de cultura da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo / PMSG,* 2005.

RUBIM, Antonio Albino Canela. *Políticas Culturais no Brasil – Coleção Cult.* Salvador: EDUFBA, 2007a.

_____. *Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafio.* Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007b.

SANTOS, A. M. *Apresentação, Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro 2003-2005 /* Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização as Ciências Sociais.* CORTEZ Editora, SP, 2002.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea. In SANTOS, Milton et al. (Orgs.). *O novo mapa do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. (Organização RIBEIRO, Wagner Costa). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SEGALA, Lygia. *Bumba meu boi Brasil*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001

SILVA, José Mota. *Terra Fluminense: Microrregiões*. Niterói. Gráfica do Colégio Salesianos, (UFF), 1980.

SOARES, Maria Thereza Mello. *São Gonçalo* (Estudos Sociais). Lumak Gráfica Editora LTDA, Niterói. RJ, 1976 (MEMOR).

TAVARES, M. T. G. *Os pequenos e a cidade: O papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã*. Tese de Doutorado / UFRJ.RJ, 2003.

TAVARES, M. T. G.; PEREZ, Carmem Lúcia Vidal; ARAÚJO, Mairce da Silva (Orgs.) *Caderno da Professor@ alfabetizadora: Oficinas de Alfabetização patrimonial e formação de professores*. 01. ed. Rio de Janeiro: HP comunicações: Editora Ágora da Ilha, 2006.

TEIXEIRA Neto, Jose. *Da Política Cultural A Cultura Política*, Revista Contato Brasília nº 2 jan/ mar 1999.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. *De falácias e de cultura*. Revista de Administração Pública, RAP, Rio de Janeiro (agosto 2001)

www.wbape.fgv.br/academicos/asp/dsp_artigos.asp.

TURINO, Célio. *Um conceito de política pública em construção: gestão cultural compartilhada e transformadora*. São Paulo, 2004. Disponível em

www.interblogs.com.br/celioturino/pdf.kmf

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. São Paulo, SP: Campus, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989

YUDICE, George. *A Conveniência da Cultura*, usos da cultura na era global – Tradução Marie – Anne Kremer / Belo Horizonte: UFMG. 2006.

6 ANEXOS

ANEXO 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA

ANEXO 2 QUESTIONÁRIO

ANEXO 3 TABELA DE ENTREVISTAS

ANEXO 4 TABELA DE QUESTIONÁRIOS

ANEXOS 5 MAPAS DE SÃO GONÇALO

ANEXO 6 CARTA DE BÚZIOS

ANEXO 7 FOTOS COMCULTURA

ANEXO 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO**

Dissertação de mestrado: **Gestão cultural e capacitação de gestores de cultura: o caso de São Gonçalo (1993 a 2005)**

Pesquisadora: **Cleisemery Campos** da Costa

Banca Examinadora:

Dra. Mary Del Priore / UNIVERSO – Orientadora

Dra. Maria Tereza Goudard / UERJ-FFP - Examinadora Externa

Dr. Lincoln Penna / UNIVERSO - Examinador Interno

Defesa 27 de Agosto de 2009 – 10h

Observação: Este roteiro de entrevista de tipo semi-estruturada foi aplicado aos prefeitos, prefeita e dirigentes de cultura de São Gonçalo, entrevistados para esta pesquisa.

- Nome e idade?
- Atividade Profissional?
- Formação?
- Que cargo(s) ocupou na Prefeitura de São Gonçalo, e qual período?
- Qual estrutura administrativa dispunha para cultura? Foi ampliada ou diminuída ao final de sua gestão??
- Quais as principais metas gerenciais da cultura?
- Como formulava, implantava e/ou executava as políticas de cultura?
- A cultura apresentava qual grau de prioridade nas suas ações políticas?
- Para o exercício da função de gestor cultural, alguma formação específica era proposta ou exigida?
- Participou ou encaminhou assessores para cursos de capacitação e formação em gestão cultural?
- Se sim, qual(is)?
- Diga o que lhe parece ser importante para a atuação de gestores públicos no setor cultural.
- Diga o que lhe parece ser importante e não foi perguntado acerca da contribuição de programas de formação de gestores de cultura e suas implicações nas políticas para a cultura da cidade.
- Cite as principais dificuldades que encontrou para sua atuação na gestão pública, em especial na cultura.

ANEXO 2 QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO**

Dissertação de mestrado: **Gestão cultural e capacitação de gestores de cultura: o caso de São Gonçalo (1993 a 2005)**

Pesquisadora: **Cleisemery Campos** da Costa

Banca Examinadora:

Dra. Mary Del Priore / UNIVERSO – Orientadora

Dra. Maria Tereza Goudard / UERJ-FFP - Examinadora Externa

Dr. Lincoln Penna / UNIVERSO - Examinador Interno

Defesa 27 de Agosto de 2009 – 10h

Observação: Este questionário foi aplicado aos gestores de cultura, dirigentes de cultura de São Gonçalo, e alunos que participaram do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, respondentes desta pesquisa. Aos respondentes entrevistados, conforme informação em outro anexo, as perguntas deste questionário foram usadas como roteiro de entrevista semi-estruturada.

1. Nome, Idade e atividade profissional
2. Formação
3. Que cargo(s) ocupou na Prefeitura local, qual cidade e período?
4. Qual estrutura administrativa dispunha para realizar sua função?
5. Quais as principais atividades, metas gerenciais e políticas de sua função?
6. Como formulava, implantava e/ou executava as políticas?
7. A cultura apresentava algum plano de ação política? Qual?
8. Para o exercício da função de gestor cultural, alguma formação específica era proposta?
9. Participou de cursos de capacitação e formação em gestão cultural? Se sim, qual(is)? O que mudou no seu desempenho como gestor, depois de sua participação no(s) curso(s)?

RESPONDA ÀS PRÓXIMAS PERGUNTAS SE VOCE TIVER PARTICIPADO DO **SEMINÁRIO PERMANENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** (UERJ / MINISTÉRIO DA CULTURA / SEC RJ / COMCULTURA) **SE NÃO, VÁ DIRETAMENTE PARA A PERGUNTA 20**

10. Em que ano participou do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro?
11. Que função ocupava na Prefeitura da cidade, quando participou do Seminário?
12. Que função ocupa hoje?
13. O que o motivou a participar do Seminário para a formação e capacitação de gestores de cultura?
14. O Seminário contribuiu para a sua capacitação como gestor de cultura?
15. Dê algum exemplo.
16. O que mudou no seu desempenho como gestor cultural depois de sua participação?
17. Em que aspectos de sua função a participação no Seminário mais o ajudou?
18. Escreva o que lhe parecer importante e não foi perguntado acerca da contribuição do Seminário para formação e capacitação de gestores e suas implicações nas políticas para a cultura da cidade.
19. Escreva o que lhe parecer importante e não foi perguntado acerca da contribuição de programas de formação de gestores de cultura e suas implicações nas políticas para a cultura da cidade.
20. Cite as principais dificuldades que encontrou para sua atuação na gestão pública de cultura

ANEXO 3 TABELA ENTREVISTAS

Relação das entrevistas realizadas com gestores de cultura e dirigentes municipais de São Gonçalo

Nome	Cargo	Período	Aluno do seminário S/N
João Bravo	Prefeito	1993/1996	N
Maria Aparecida de Abreu Alves	Assessora	1993/2005	N
Nelcir Santos	Assessor	1993/2005	N
Edson Ezequiel	Prefeito	1997/2000	N
Henry Charles	Prefeito	2001/2004	N
Marcos Madeira	Subsecretário de Cultura	2003	S
Janaina Magalhães	Presidente Fundação de Artes	2004	S
André Leite	Diretor de Cultura	2003/2004	S
Natinho Batera	Superintendente de Música	2004/2005	N
Aparecida Panisset	Prefeita	2005	N

ANEXO 4 TABELA QUESTIONÁRIO

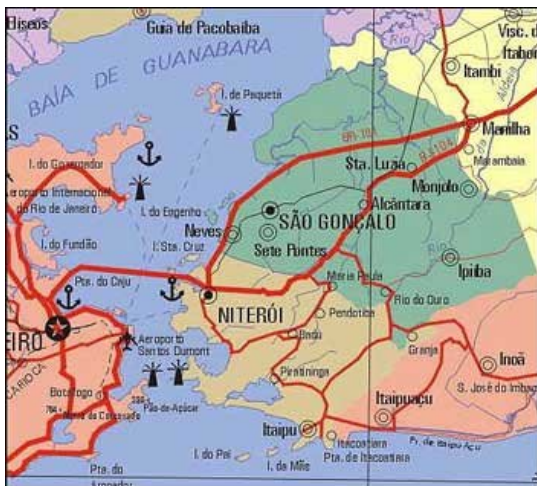
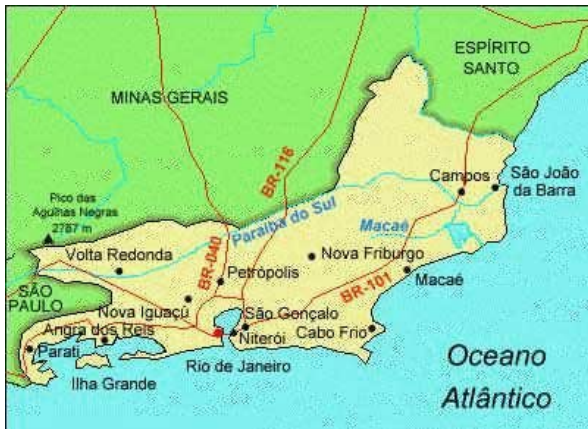
Relação dos questionários aplicados a gestores e dirigentes de cultura de São Gonçalo

Nome	Cargo	Período	Aluno do seminário S/N
Marcos Souza Franco	Secretário de Educação e Cultura	1993/1996	N
Mônica Mançur	Diretora de Cultura	1993/2000	N
João Luiz de Souza	Subsecretário de Cultura	1993/2000	N
Mariléa Braga Rocha	Coordenadora de Cultura	1993/2005	N
Jodar Roberto	Coordenador de Áudio Visual	1993/1996	N
Edson Ezequiel	Prefeito	1997/2000	N
Wagner Laranjeiras	Secretário de Educação e Cultura	1997/2000	N
Marilyn Pires	Assessora	1994/2005	S
Carlos Medeiros	Assessor	1997/2005	S
Verônica Inaciola	Diretora de Folclore	1993/2005	S
Randal Farah	Presidente Fundação de Artes	2001/2002	S
Ana Sobral	Superintendente de Artes Plásticas	2001/2004	S
Luzimar Valentim	Diretora de Cultura	1997/2002	S
Renato Guima	Subsecretário de Cultura	2005	N
Doralice Cordeiro	Subsecretária de Cultura	2005	N

Relação dos questionários aplicados a alunos do Seminário

Nome	Cargo público na gestão de cultura	Cidade
Argina Seixas	Diretora Municipal de Cultura	Guapimirim
Dulce Cordeiro	Secretária Municipal de Cultura	Carapebus
Fernanda Peralta	Diretora Municipal de Cultura	Vassouras
Ivan Cid Júnior	Presidente da Fundação M. de Cultura	Itaboraí
Marcelo Mourão Basbo	Diretor Municipal de Cultura	Paty do Alferes
Maria Amélia Curvello	Secretária Municipal de Cultura	Friburgo
Maria das Graças Tadeu	Diretora Municipal de Cultura	Rio Bonito
Marta Fonseca	Secretária Municipal de Cultura e Turismo	Vassouras
Paulo Lisboa	Presidente da Fundação M. de Cultura	Petrópolis
Regina Santiago de Oliveira	Subsecretária Municipal de Cultura	Tanguá
Ricardo Adriano Rosa	Secretário Municipal de Educação e Cultura	Araruama
Silvana Felix	Subsecretária Municipal de Cultura	Itaguaí
Silvio Leal	Diretor Municipal de Cultura	Cachoeiras de Macacu
Sônia Cardoso	Presidente da Fundação M. de Cultura	Casimiro de Abreu
Suely Guedes	Presidente da Fundação Municipal Cultural	Maricá

ANEXO 5 MAPAS DE SÃO GONÇALO

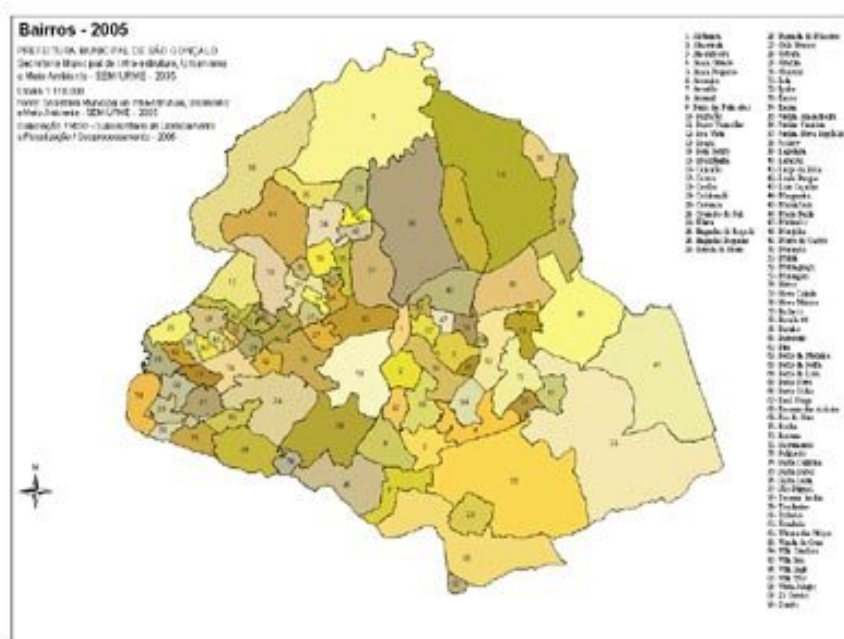


1º Distrito : 6800 ha | 2º Distrito : 7200 ha | 3º Distrito : 5100 ha
 4º Distrito : 1200 ha | 5º Distrito : 2400 ha



Bairros de São Gonçalo

1º Distrito (30 bairros)	2º Distrito (20 bairros)	3º Distrito (17 bairros)	4º Distrito (13 bairros)	5º Distrito (10 bairros)
1. Palmeira 2. Itaoca 3. Fazenda dos Mineiros 4. Porto do Rosa 5. Boaçu 21. Zé Garoto 22. Brasilândia 23. Rosane 24. Vila Lara 25. Centro (Rodo de S.G.) 26. Rocha 27. Lindo Parque 36. Tribobó 37. Colubandê 38. Mutondo 39. Galo Branco 40. Estrela do Norte 41. São Miguel 42. Mutuá 43. Mutuaguaçu 44. Mutuapira 45. Cruzeiro do Sul 46. Antonina 47. Nova Cidade 48. Trindade 49. Luiz Caçador 50. Recanto das Acácias 51. Itaúna 52. Salgueiro 54. Alcântara	55. Almerinda 56. Jardim Nova República 57. Arsenal 58. Maria Paula 59. Arrastão 60. Anaia Pequeno 61. Joquei 62. Coelho 72. Amendoeira 74. Jardim Amendoeira 75. Vila Candoza 76. Anaia Grande 77. Ipiíba 78. Engenho do Roçado 79. Rio do Ouro 80. Várzea das Moças 81. Santa Isabel 82. Eliane 83. Ieda 84. Sacramento	53. Jardim Catarina 63. Raul Veiga 64. Vila Três 65. Laranjal 66. Santa Luzia 67. Bom Retiro 68. Gebara 69. Vista Alegre 70. Lagoinha 71. Miriambi 73. Tiradentes 85. Pacheco 86. Barracão 87. Guarani 88. Monjolo 89. Marambaia 90. Largo da Idéia 91. Guaxindiba	6. Boa Vista 7. Porto da Preda 8. Porto Novo 9. Gradim 10. Porto Velho 11. Neves 14. Vila Lage 15. Porto da Madama 16. Paraíso 17. Patronato 18. Mangueira 19. Parada 40 20. Camarão	12. Venda da Cruz 13. Convanca 28. Santa Catarina 29. Barro Vermelho 30. Pita 31. Zumbi 32. Tenente Jardim 33. Morro do Castro 34. Engenho Pequeno 35. Novo México



ANEXO 6 CARTA DE BÚZIOS

CARTA DE BÚZIOS

Búzios, 24 de outubro de 2001

Nós, gestores públicos culturais, abaixo assinados, representando as regiões culturais que constituem os Municípios do interior fluminense, reunidos em Búzios, nos dias 23 e 24 de outubro de 2001 para discutir as políticas culturais dos respectivos municípios e do próprio Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERANDO a importância do Estado do Rio de Janeiro como pólo de cultura que respeita as manifestações culturais nos vários segmentos da sociedade;

CONSIDERANDO que há necessidade de permanente intercâmbio entre a capital e o interior para que o equilíbrio de distribuição de recursos seja equitativo, permitindo que haja produção e desenvolvimento da cultura no interior do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que um trabalho permanente junto à sociedade com programas e projetos sólidos cria raízes para a formação e manutenção de uma política administrativa, respeitando o princípio da continuidade;

CONSIDERANDO que a tradição histórica marcou de forma intensa a cidade do Rio de Janeiro como capital do País, gerando uma concentração de equipamentos culturais na metrópole carioca em detrimento do interior que, por sua vez é base primordial do patrimônio material e imaterial;

CONSIDERANDO que a nova política cultural do Governo do Estado do Rio de Janeiro acena para uma descentralização, o que se coaduna com a necessidade premente de uma destinação de recursos para se incentivar um desenvolvimento cultural fluminense autônomo nos moldes já existentes em outros setores públicos como por exemplo o SUS (Saúde) e FUNDEF (Educação), de modo a fortalecer a cidadania cultural fluminense e reforço da identidade do seu povo;

CONSIDERANDO que o orçamento público de Estado do Rio de Janeiro para a área da cultura não contempla a transferência direta de recursos para os municípios do interior;

CONSIDERANDO que os bens culturais tangíveis e não tangíveis do interior do Estado do Rio de Janeiro, através de seus Municípios, possuem valores indiscutíveis e incontestáveis que permitiram o desenvolvimento e manutenção da história e tradição de seu povo;

CONSIDERANDO que a descentralização dos recursos para a cultura possibilita maior democratização do acesso e da oferta, abrindo um caminho coerente e eficiente para que os gestores culturais nas esferas governamentais estadual e municipal possam desenvolver programas que reflitam a realidade local em respeito aos artistas e às diversas manifestações culturais;

CONSIDERANDO, finalmente, que a experiência adquirida com a prática de reuniões das regionais de cultura, através dos seus representantes de gestão pública, fortaleceu de maneira incontestável a voz da sociedade, dos artistas e dos produtores culturais, diagnosticando a vontade de consumo do produto cultural;

PROPOMOS: A criação de um **FUNDO ESPECIAL DE CULTURAL** com destinação do percentual de 20% (vinte por cento) do orçamento da Secretaria de Estado de Cultura para repasse direto aos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, signatários do presente documento, para aplicação em projetos culturais;

Definição de regras para que os Municípios tenham acesso à liberação dos referidos recursos, com preenchimento de requisitos próprios necessários, quais sejam;

Projetos para infra-estrutura, fomento, formação e cultura popular locais;

Formação de Platéia;

Prioridade para programas permanentes e não projetos e eventos isolados;

Assim sendo, em nome da **CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, que reflete através de seus Coordenadores e Representantes Regionais da **Comissão Estadual dos Gestores Públicos de Cultura – COMCULTURA RJ** a vontade da sociedade e a valorização da identidade do povo, esperam e confiam no deferimento da proposta para um novo momento da produção cultural do Estado do Rio de Janeiro.

ANEXOS 7 FOTOS COMCULTURA RJ

SEMINÁRIO PERMANENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE CULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Aula Seminário / Lia Calabre – Palácio Capanema
Rio – RJ 23 de Abril – 2009*



*Aula do Seminário Permanente de Políticas Públicas de Cultura RJ
Agosto de 2005 / UERJ Maracanã*



*I Conferência Estadual de Cultura
Novembro - 2005 Rio, RJ*



Reuniões da Diretoria COMCULTURA RJ

São Francisco de Itabapoana – Março, 2003 - RJ
Nova Friburgo - Abril, 2004 - RJ



I Conferência Nacional de Cultura Dez /2005, Brasília - DF
Aula Inaugural do Seminário Maio / 2005, Rio - RJ

